



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ASSOCIAÇÃO PLENA EM  
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE**



**Doutorado em Desenvolvimento  
e Meio Ambiente**

**Associação Plena  
em Rede**



**CAMILA BOMFIM DE GOIS**

**APRENDIZAGEM SOCIAL DE JOVENS RURAIS EM AMBIENTES DO  
BAIXO SÃO FRANCISCO SERGIPANO**

**SÃO CRISTÓVÃO/SE**

**2019**

CAMILA BOMFIM DE GOIS



Imagem: Camila Bomfim de Gois, 2017.

## **APRENDIZAGEM SOCIAL DE JOVENS RURAIS EM AMBIENTES DO BAIXO SÃO FRANCISCO SERGIPANO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientadora: Profa. Dra. Maria José Nascimento Soares

SÃO CRISTÓVÃO/SE

FEVEREIRO/2019

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

G616a	<p data-bbox="389 1525 1203 1682">Gois, Camila Bomfim de Aprendizagem social de jovens rurais em ambientes do Baixo São Francisco Sergipano / Camila Bomfim de Gois; orientador Maria José Nascimento Soares. – São Cristóvão, SE, 2019. 170 f. : il.</p> <p data-bbox="389 1715 1203 1776">Tese (doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, 2019.</p> <p data-bbox="389 1839 1203 1928">1. Meio ambiente. 2. Aprendizagem Social. 3. Educação. 4. Juventude rural. 5. Sergipe. I. Soares, Maria José Nascimento, orient. II. Título.</p> <p data-bbox="798 1962 1203 1986">CDU: 502:37.091.39-053.6(813.7)</p>
-------	---

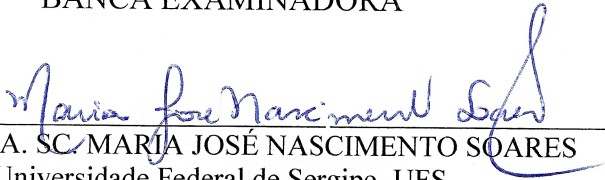
CAMILA BOMFIM DE GOIS


## APRENDIZAGEM SOCIAL DE JOVENS RURAIS EM AMBIENTES DO BAIXO SÃO FRANCISCO SERGIPANO


Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para obtenção do título de doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente.


Aprovada em 22 de fevereiro de 2019

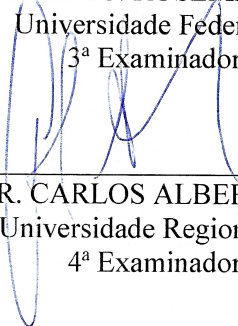
### BANCA EXAMINADORA

  
\_\_\_\_\_  
PROF<sup>a</sup>. DRA. SC. MARIA JOSÉ NASCIMENTO SOARES  
Universidade Federal de Sergipe - UFS  
Orientadora

  
\_\_\_\_\_  
PROF<sup>a</sup>. DRA. SC. MARIA NEIDE SOBRAL  
Universidade Federal de Sergipe – Departamento de Educação  
1<sup>a</sup> Examinadora Externa

  
\_\_\_\_\_  
PROF<sup>a</sup>. DRA. SC. RONISE NASCIMENTO DE ALMEIDA  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS  
2<sup>a</sup> Examinadora Externa

  
\_\_\_\_\_  
PROF<sup>a</sup>. DRA. SC. ROSEMERI MELO E SOUZA  
Universidade Federal de Sergipe  
3<sup>a</sup> Examinadora Interna

  
\_\_\_\_\_  
PROF. DR. CARLOS ALBERTO CIOCE SAMPAIO  
Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB  
4<sup>a</sup> Examinador Externo

SÃO CRISTÓVÃO (SE), 22 DE FEVEREIRO DE 2019



Este exemplar corresponde à versão final da Tese de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente concluído no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

---

PROF<sup>a</sup>. DRA. MARIA JOSÉ NASCIMENTO SOARES  
Universidade Federal de Sergipe -UFS  
Orientadora

É concedido ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), da Universidade Federal de Sergipe (UFS), responsável pelo curso de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, permissão para disponibilizar, reproduzir cópia desta Tese e emprestar ou vender tais cópias.

---

CAMILA BOMFIM DE GOIS  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA  
Universidade Federal de Sergipe

---

PROF<sup>a</sup>. DRA. MARIA JOSÉ NASCIMENTO SOARES  
Universidade Federal de Sergipe -UFS  
Orientadora

À minha orientadora, Maria José, que me abriu as portas da pesquisa científica ainda na graduação, compartilhando saberes e me oferecendo oportunidades de aprendizados e experiências. Gratidão.

Aos sujeitos da APOP por tudo que compartilhamos e aprendemos porque a vida não se resume em teses.

## Agradecimentos

Agradeço aos meus pais, Maria e João, pelo constante incentivo aos estudos, mesmo não tendo tido eles as mesmas oportunidades. E aos meus irmãos, os de sangue e os de alma, por serem distração e conforto nesta caminhada, nomeadamente, Itamara, Itamar, Andrea, Júlia, Alana Mayara e Alana Regina. Amo vocês.

À professora Maria José Nascimento Soares, agradeço por todo cuidado com que partilha ideias, pela paciência que lida com o meu tempo de escrita e reflexão, pelos recém completados dez anos de compartilhamento e aprendizado. Resumi-la em minha orientadora seria incompleto diante do tanto que vivemos nesse período.

Quero agradecer aos professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente e do Departamento de Educação que estiveram comigo desde o início da minha vida acadêmica na UFS, em especial, as professoras Maria Neide Sobral, Ronise Nascimento de Almeida e Rosemeri Melo e Souza, pelas sugestões que permitiram enriquecer minhas reflexões na construção desta investigação. Certamente, devo também a vocês os meus acertos.

Agradeço a todos os meus colegas do PRODEMA, em especial aqueles que mediante alegrias, momentos de discussão e escrita, compartilhamento de crises e incertezas dão vida à Sala 9. E aos funcionários e ex-funcionários do Prodeima, Luzia, Cícero, Íris, Aline, Rosa e Seu Antônio, que sempre me acolheram com carinho e solicitude.

Agradeço aos sujeitos que comigo, também, construíram este trabalho, Eliane, Débora, Jadson, Huilton, Cleyton, Ariane, Rita e Fabrício. Obrigada pelo acolhimento e disponibilidade. Cabe aqui agradecer, também, a Marta e ao Ronaldo pela solicitude em ajudar e compartilhar informações. Meu muito obrigada de coração.

Agradeço à todas as pessoas que sempre torceram e torcem por mim, ainda que seus nomes não apareçam aqui, todo o querer bem que emanam se faz presente em cada uma de minhas conquistas. Obrigada.

Agradeço à CAPES pela concessão da bolsa que tornou possível minha permanência no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, da UFS.

## Lista de siglas e abreviaturas

APA	Área de Proteção Ambiental
APOP	Associação De Produtores De Orgânicos De Ponta De Areia
CADSOL	Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBHSF	Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco
CE	Ceará
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CIB	Centro Integrado de Betume
CMMAD	Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente E Desenvolvimento
Codevasf	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba
CONJUVÉ	Conselho Nacional de Juventude
COP	Conferência das Partes
DEDS	Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável
DESO	Companhia de Saneamento do Estado de Sergipe
EMATER	Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe
Embrapa	Empresa Brasileira de Desenvolvimento Agropecuário
EMDAGRO	Empresa de Desenvolvimento Agropecuário De Sergipe
FAPISE	Federação Apícola de Sergipe Fapise
FETASE	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBES	Instituto Brasileiro de Ecologia e Sustentabilidade
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICODERUS	Instituto de Cooperação para o Desenvolvimento Rural Sustentável
IDH	Índice do Desenvolvimento Humano
MCR	Manual de Crédito Rural
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC	Ministério da Educação

MMA	Ministério do Meio Ambiente
MOP	Manual de Operações do Projeto
MPL	Movimento Passe Livre
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NPT	Nossa Primeira Terra
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S.A.
PIB	Produto Interno Bruto
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PRODEMA	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
PROJOVEM Ação Comunitária	Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROPED	Licenciatura Plena em Pedagogia para Beneficiários da Reforma Agrária
RESEA	Rede Sergipana de Agroecologia
SE	Sergipe
SEAGRI	Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SergipeTec	Parque Tecnológico de Sergipe
SESI	Serviço Social da Indústria
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UNEP	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNFCC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima

## Lista de Figuras

<b>Figura 1.</b> Página da APOP no Facebook.....	39
<b>Figura 2.</b> Localização da APOP, Pacatuba-SE.....	42
<b>Figura 3.</b> Pastagem em lote do perímetro irrigado, no período da vazante em Ponta de Areia, Pacatuba-SE .....	44
<b>Figura 4.</b> Espécies de pau-brasil decoram a fachada da escola do povoado .....	46
<b>Figura 5.</b> Fachada da APOP.....	46
<b>Figura 6.</b> Jovem associado trabalha no estaqueamento dos tomateiros. ....	47
<b>Figura 7.</b> Fruto de NIM (Azadirachta indica) utilizado na preparação de extratos para o combate às pragas. ....	47
<b>Figura 8.</b> Viveiro de mudas nativas na APOP.....	47
<b>Figura 9.</b> Moradores locais cultivam hortas em parceria com os associados.....	47
<b>Figura 10.</b> Coleta de sementes em propriedade particular da comunidade. ....	51
<b>Figura 11.</b> Associada realiza o controle de ervas daninhas nos canteiros por retirada manual.....	51
<b>Figura 12.</b> Estrutura da análise documental .....	59
<b>Figura 13.</b> Parcerias diretas e indiretas .....	60
<b>Figura 15.</b> Primeiro corte de capim-santo, em 2008 .....	113
<b>Figura 16.</b> Colheita do capim-santo no CIB (4 <sup>a</sup> /CIB), em Neópolis.....	113
<b>Figura 17.</b> Instalação da bomba d'água, 2008.....	114
<b>Figura 18.</b> Construção do viveiro da APOP, em 2010.....	114
<b>Figura 19.</b> Distância da sede da APOP aos lotes mais próximos de produção de arroz .....	127
<b>Figura 20.</b> Planejamento semanal de atividades da APOP.....	132
<b>Figura 21.</b> Alunos dos cursos de capacitação do Projeto Amanhã.....	141
<b>Figura 22.</b> Parceiro entregando cultivos para a venda .....	145
<b>Figura 23.</b> Sacolas "Comunidades em Rede" .....	145



## Lista de quadros

<b>Quadro 1.</b> Caracterização dos informantes .....	55
<b>Quadro 2.</b> Lista de espécies cultivadas na APOP, 2018. ....	128

## Resumo

Esta tese teve como objetivo analisar as experiências de aprendizagem de jovens rurais e as redes de formação associadas e particularmente empenhadas em conduzir e fortalecer ações de caráter socioambiental no Baixo Sertão Sergipano, especificamente ligadas à Associação de Produtores de Orgânicos de Ponta de Areia (APOP), em Pacatuba-SE. O aprendizado social envolve ações pedagógicas, mas diz respeito, também, aos sentidos da ação cotidiana, ao comprometimento individual e coletivo na resolução de questões socioambientais do hoje, mas que incidem no amanhã. Desse modo, é preciso considerar as disparidades vivenciadas pela categoria juventude rural na construção e/ou fortalecimento de relações e interações harmoniosas entre homem e meio ambiente (economia, política, educação, ecologia, cultura). A pesquisa, de abordagem qualitativa do tipo etnográfica, se deu por meio da análise de entrevistas semiestruturadas, observação em campo e análise documental. Ferramentas adicionais como notas de campo, fotografias, conversas informais e gravações também serviram de aporte na construção e validação dos dados. Os resultados indicam um processo de aprendizagem social para sustentabilidade centrado na formação-escolarização dos jovens, e na consequente consolidação de parcerias. As parcerias, intermediadas direta ou indiretamente por projetos e programas estaduais, se mostraram eficazes na disseminação de princípios e práticas da agricultura orgânica a partir da criação de espaços de troca para além dos limites da sede da Associação. Apontam ainda que qualquer projeto de desenvolvimento sustentável de médio e/ou longo prazo impõe transformações no caráter da educação para terem a sua efetividade alcançada.

Palavras-chave: Juventude rural; Aprendizagem social; Educação.

## Abstract

This thesis had as objective to analyze the experience of young people from rural area and formative network's associations particularly those committed to strengthening social development actions in the hinterlands of Sergipe known as Baixo Sertão Sergipano, attached to the Associação de Produtores de Orgânicos de Ponta de Areia (APOP), Pacatuba-SE (Union of Organic Producers from Ponta de Areia, from Pacatuba -SE). Social learning involves pedagogical actions, but it also concerns, the senses of meanings of their daily action, an individual and collective commitment to the resolution of nowadays socio-environmental issues, within the focus on tomorrow's repercussions. Thus, it is necessary to consider the disparities experienced by a group of people in the construction and/or strengthening of relationships and interactions between man and environment (economy, politics, education, ecology, culture). The research had a qualitative approach of the ethnographic type, took place through the analysis of semi-structured interviews, field observations, and analysis of documents. Additional tools such as field notes, photographs, conversations, and recordings also supported the construction and validation of data. The results show a social learning process for sustainability in the schooling of young people, and a consequent consolidation of partnerships. Partnerships, intermediaries or outsourcing for the formation of exchange spaces beyond the limits of the Association's headquarters. They also point out that any medium- and long-term and/or long-term development project imposes transformations within the education to achieve its full effectiveness.

Keywords: Rural youth; Social learning; Education.

## Sumário

Agradecimentos .....	viii
Lista de siglas e abreviaturas .....	ix
Lista de Figuras .....	xi
Lista de quadros .....	xii
Resumo .....	xiii
Abstract .....	xiv
Introdução .....	17
1 O caminhar .....	29
1.1 Construindo uma pesquisa do tipo etnográfico nas ciências ambientais .....	31
1.2 Recorte etnográfico da pesquisa .....	37
1.3 Inserção no campo empírico e caracterização da APOP .....	42
1.3.1 Observação participante .....	49
1.3.2 Entrevistas em profundidade .....	52
1.4 Caracterização dos informantes .....	54
2 Juventude rural, meio ambiente e sustentabilidade .....	63
2.1 Juventudes, Jovem Rural .....	63
2.2 Sobre a (in)visibilidade social das juventudes rurais .....	69
2.3 (Inter) ações da juventude no contexto socioambiental .....	76
3 A demanda da aprendizagem social para a sustentabilidade .....	84
3.1 Sustentabilidade: um diálogo necessário .....	86
3.2 O eixo articulador educação e sustentabilidade no desenvolvimento .....	90
3.3 É preciso aprender a (des) aprender .....	98
3.4 Em busca de um processo de aprendizagem social para a sustentabilidade .....	102
4 Nas trilhas da sustentabilidade .....	108
4.1 Associação de Produtores de Orgânicos de Ponta de Areia (APOP): passado, ações presentes e perspectivas .....	108
4.2 Aspectos relevantes das experiências .....	138
Considerações Finais .....	150
Referências .....	155
Apêndice 1 .....	168
Apêndice 2 .....	169
Anexo .....	170

# INTRODUÇÃO

As crianças se encontram dispostas em um círculo. A pesquisadora se dirige ao centro do círculo e inicia a atividade:

- Temos aqui uma plantação. Pensem no ambiente em que vocês vivem e me digam, de que é essa plantação?

- De macaxeira! – as crianças respondem em coro.

- Ótimo! Vamos tentar relacionar a plantação de macaxeira à outras coisas de nosso ambiente. Algo que tem ligação com a plantação de macaxeira? – a pergunta é direcionada à uma criança em particular, mas um grupo de crianças responde:

- Adubo!

A pesquisadora continua:

- E o adubo serve para que?

Um pequeno grupo de crianças responde que serve para adubar as macaxeiras e, indicando a evidência da resposta, todas as demais crianças riem. Outra criança se junta à rede que vai sendo construída com a ajuda de um barbante (a atividade é uma adaptação do jogo do barbante, também conhecida como cama de gato) representando uma lagarta. Ela segura o barbante, mas um pouco afastada das demais crianças, ao passo que a pesquisadora questiona:

- E por que a lagarta está fora do círculo? O que aconteceu com a lagarta?

- Morreu! – respondem.

- Por que? – continua a questionar a pesquisadora.

- Porque a gente colocou veneno.

A resposta é dada em coro por um grupo de crianças e, em seguida, uma das crianças acrescenta:

- Porque ela tava comendo a macaxeira.

Duas crianças se adiantam para continuar a brincadeira, segurando o barbante e se identificando, cada uma, como a terra e a água. De acordo com elas, tais elementos servem para “água e prantá”. A pesquisadora convida outra criança e questiona as demais o que ela irá representar. Elas discutem e chegam à conclusão que será o agricultor. Nesse momento uma das crianças lamenta:

- O agricultor está mal.

- Por que o agricultor está mal? – questiona a pesquisadora.

- Porque colocamos veneno na macaxeira.

Elas discutem por um momento sobre os danos que as lagartas podem trazer para as plantações e, em seguida, a pesquisadora questiona sobre a próxima ligação.

- A morte! – grita uma das crianças.

- É professora, então a gente morre. – O grupo concorda.

Algumas crianças começam a rir enquanto outras se antecipam para segurar o barbante, mas concluem que não há mais ligação a ser feita.

J. (menino, 11 anos)



## Introdução

O tipo de vida, educação e sociedade que teremos no futuro vão depender da qualidade, profundidade e extensão dos processos de aprendizado que formos capazes de criar e exercitar individual e socialmente (LIMA, 2003, p. 116).

A sociedade e a educação enfrentam grandes desafios para assegurar os subsídios necessários à formação de cidadãos críticos e responsáveis que contribuam na construção de um processo participativo e sustentável de gerenciamento do meio ambiente quando na busca pela satisfação de interesses sociais, econômicos e políticos. A consolidação de outras formas de desenvolvimento, em oposição ao modelo hegemônico de caráter insustentável, perpassa pelo respeito aos processos naturais que sustentam a vida, a fim de propiciar às gerações futuras um nível de oportunidades e recursos qualitativamente semelhante ou superior aos atualmente disponíveis.

Um anseio um tanto quanto distante se tomarmos como referência um cenário em que os interesses econômicos ditam o ritmo da atual política e representam uma ameaça às espécies, ecossistemas e à biodiversidade global. O Acordo de Paris, adotado por consenso no ano de 2015 por 195 países durante a 21ª Conferência das Partes (COP21) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCC, sigla em inglês) que ocorreu em Paris, na França, traz à tona um pouco desse cenário por ser palco de antagonismos e disputas políticas que permeiam entre a necessidade de mitigar os efeitos das mudanças climáticas antrópicas e a sustentação de um ritmo elevado de crescimento econômico.

Envolver as juventudes nas discussões e no engajamento da temática ambiental é uma demanda que vem sendo gradativamente ampliada por meio de iniciativas que veem no potencial de mobilização da juventude em torno da temática ambiental uma importante ferramenta de retroalimentação ao necessário movimento de transformação, cuja cidadania em oposição a objetivação desses sujeitos, possibilita a abertura de canais de atuação política e, em uma mesma dinâmica, transformações nas esferas ambiental, cultural, econômica, ética e social.

A poluição, as queimadas, o aquecimento global, portanto, não se restringem as questões unicamente de caráter ambiental, são frutos de relações sociais, culturais, econômicas e, nesse contexto, geracionais. De modo que, a mitigação desses problemas está envolta igualmente na dinâmica dessas relações. A Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS 2005-2014), uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) e cuja proposta se

assenta sobre os processos educativos de ensino e de aprendizagem, dialoga com esse entendimento ao estabelecer a nossa responsabilidade moral, intelectual e cultural para com todos os seres vivos, inclusive com aqueles que virão, e para com a natureza como um todo.

A proposta se consolidou mediante parcerias com instituições e grupos locais (escolas, associações culturais, grupos de apoio escolar, organizações de jovens, dentre outros), na perspectiva de construir estratégias de aprendizagem local a partir da integração de saberes e práticas locais, bem como de troca de experiências de grupos variados na melhoria da prática de desenvolvimento sustentável. Um dos aspectos relevantes a esse respeito, faz referência a presença de jovens (19-29 anos) com interesse ou atuação na educação ambiental.

Com base nas análises de uma pesquisa aplicada em Goiânia, em 2004, junto ao público do V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental e divulgada pelo Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), os jovens merecem uma atenção especial pelo potencial na implementação de programas nesse formato, uma vez que possuem opiniões que diferem da dos especialistas, ampliando o campo de discussão sobre a temática ambiental. Na ocasião, a categoria foi, majoritariamente, favorável à mudança de vocábulo de Educação Ambiental para Educação para a Sustentabilidade (BRASIL. MMA; MEC, 2004).

Para Sauv   (2005), tanto a Educa  o Ambiental como a Educa  o para a Sustentabilidade constituem-se correntes de um mesmo ramo, sendo que os defensores dessa última corrente compreendem que o desenvolvimento econômico está na base do desenvolvimento humano, por abarcar tanto os aspectos de caráter mais naturalista quanto os aspectos sociais no tratamento das questões ambientais.

Para além das implica  es teóricas do termo, a educa  o emerge aqui como um caminho a ser traçado rumo    uma nova sensibilidade, transgredindo a ordem estabelecida (LEFF, 2009), pois sinaliza, em tese, que ao adquirirem determinados conhecimentos, atitudes e valores, os sujeitos poderão ser capazes de garantir um futuro com sustentabilidade. Envolto a essa necessidade, diversos espaços de aprendizagem foram e vêm sendo criados, incluindo o engajamento político e militante de movimentos marginais que suplantam uma lógica individual e paliativa da a  o humana sobre o meio ambiente.

Alguns trabalhos lidos no decorrer da referida investiga  o tratam especificamente dos resultados teóricos e práticos do que representou a DEDS (BASTOS, 2016; BASTOS *et al.*, 2015; RABELO *et al.*, 2013), porém, a perspectiva de ado  o de modos de vida mais sustentáveis por meio da educa  o, no conjunto da vida e suas rela  es, ganha relevância aqui



pela concepção construtivista da aprendizagem, que incluiu o que acontece nos espaços formais de educação, mas se estende à vida cotidiana. De modo a integrar os contextos físicos e socioculturais vivenciados pelos sujeitos envolvidos, no fomento de mudanças comportamentais ligadas aos desafios socioambientais.

A esse respeito, a pesquisa desenvolvida por Campos (2014) enfatiza as relações de aprendizagem nos ambientes de vida como sendo fundamento de um caminho de descobertas e possibilidades com ressonância coletiva. Em seu trabalho, as trocas, os sentimentos, as experiências, as falas, o silêncio, os corpos dos jovens envolvidos na proposta metodológica comunicavam a gradativa compreensão de sustentabilidade e requisitavam a construção de consciência para mudança entre os sujeitos pela arte.

O trabalho da referida autora, nos permite pontuar dois aspectos: 1) a ação educativa contribuiu de forma direta para ressignificação do sentir, do pensar e do agir de um grupo de jovens que fazem de sua realidade rural objeto de reflexão a ser pensada politicamente; 2) o desencadeamento de diversas aprendizagens se fez na realização de variações metodológicas sobre os mesmos temas (água, energia e tecnologia; interação humana; espécies e ecossistemas; economia local e segurança alimentar) possibilitando a construção e fortalecimento da cidadania.

É possível analisar, portanto, que determinadas experiências podem significar o envolvimento do sujeito com questões ligadas ao meio ambiente e, associado a isso, o enfrentamento de sua condição de vida a partir da reflexão, do diálogo e da intervenção na realidade. A expressão dessa capacidade humana aparece como fundamento no trabalho desenvolvido por Gonçalves (2010) em que ele defende o planejamento e a potencialização de ações educativas de caráter socioambiental como forma de enriquecer as experiências de vida dos sujeitos por entender que elas se constituem espaços de aprendizagem, ação e transformação. Para o autor, a valorização das experiências favoreceria o fortalecimento do necessário compromisso com a vida.

Ambas as contribuições teóricas acima referenciadas serviram de aporte ao delineamento da investigação aqui empreendida por reforçarem o entendimento, defendido pela pesquisadora, de que o conjunto de conhecimentos, habilidades, valores e práticas, ligados à uma ética ambiental e compartilhados pelos sujeitos no decorrer de suas experiências de aprendizagem, favorecem a construção de cenários alternativos e possíveis frente à realidade social, educacional, política, cultural e econômica vivenciada por determinado grupo social.

Articulado a esse contexto e sob um emaranhado de referências práticas e teóricas (CASTRO, 2005; ABRAMOVAY *et al.*, 1998; WEISHEIMER, 2005; CARNEIRO, 1998; WARDERLEY, 2013), é possível analisar que as juventudes rurais vivenciam o desafio de assumirem a superação de dilemas cotidianos, não necessariamente e/ou conscientemente ligados às discussões socioambientais dos fóruns e grandes organizações, mas envolvidos aos fatores críticos de sua condição social (desvalorização social e estigmas associados aqueles que vivem no rural, padrões de herança e sucessão familiar, restrições de vida local) e essenciais à necessária contextualização do processo de aprendizagem.

Ou seja, sendo a educação a força motriz na promoção de iniciativas sustentáveis, destaca-se a importância de não a conceber de maneira desprendida das dimensões que se alicerçam dialogicamente na construção da realidade, a fim de evitar e/ou reforçar a exclusão e injustiças sociais vivenciados pela categoria. Nesse sentido, a concepção de educação em que se apoia esta investigação perpassa pelo entendimento de autores como Freire (1987; 2001) e Singer (1996) que, ao associá-la à formação cidadã, defendem a ideia de pertencimento, solidariedade, conscientização, participação e ação-reflexão como um dos grandes desafios políticos do coletivo, sobretudo das classes desprivilegiadas.

Muitas gerações encontram na esfera política um espaço de afirmação pessoal e coletiva, tanto que, historicamente, o surgimento de correntes críticas mais comprometidas com mudanças e propostas de transformações sociais se alicerçaram nas reações contrárias de movimentos marginais, como o das mulheres. A construção de saídas para os problemas socioambientais, ainda que motivada e estimulada pelo Estado, reforça o envolvimento da comunidade em um contexto socioambiental que solicita a descentralização e compartilhamento de responsabilidades e de saberes em relação ao meio ambiente.

No entanto, certos comportamentos relacionados à juventude, aparentemente apática e desinteressada em relação à esfera pública, têm contribuído para descaracterizar suas demandas e mobilizações, sobretudo, quando desconsideradas a diversidade de grupos e espaços de participação social e política organizados e ocupados pelos jovens (BOGHOSSIAN; MINAYO, 2009). A presença de organizações juvenis – Movimento Passe Livre (MPL), movimentos rurais, estudantil, juventudes partidárias, coletivos da juventude, dentre outros – vai de encontro a aparente apatia dos jovens em relação à política e à participação coletiva, mas desperta curiosidade quanto ao nível de envolvimento e atuação desses sujeitos em questões ligadas à temática socioambiental que permeiam as suas experiências cotidianas.

A partir de um levantamento de pesquisas defendidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) – Programa de grande reconhecimento na área socioambiental – a partir do descritor “juventude e meio ambiente”, na base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Catálogo de Teses e Dissertações-CAPES<sup>1</sup>), é possível elencar algumas considerações a esse respeito<sup>2</sup>:

- No plano perceptivo, há o entendimento entre os adolescentes de que suas ações influenciam sobremaneira na realidade socioambiental vivenciada, do mesmo modo, o autoreconhecimento de serem o futuro da nação consolida os seus discursos e preocupações. No plano vivido, por outro lado, suas práticas, ligadas na pesquisa ao consumo, se distanciam de um ideal mais sustentável por, dentre outros fatores, não decorrerem da reflexão (SIQUEIRA; VARGAS; SOARES, 2016);
- Também no quesito percepção, um grupo formado por noventa e seis jovens pernambucanos de uma realidade rural reforçam a necessidade de se repensar a relação entre homem e natureza por reconhecerem que ela se delinea por processos de integração favorável e/ou de destruição. A preocupação dos sujeitos entrevistados se inscreve na ideia de finitude da natureza e, portanto, do homem. A pesquisa sinaliza para um trabalho mais sistematizado nos espaços educativos, em termos da base epistemológica da percepção ambiental da relação homem-natureza (BARROS, 2013);
- O uso de ferramentas diferenciadas, plurais e transdisciplinares, como o Teatro do Oprimido e a Educomunicação, no processo educativo favorece a reflexão e engajamento de jovens rurais nas questões socioambientais, contextualizadas à sua realidade; transformando-os também em possíveis multiplicadores (CAMPOS, 2014; CALADO, 2014);
- A adoção de um modelo de produção agroecológica e a diversificação das atividades dela decorrente nas unidades produtivas dos jovens moradores do Assentamento Rancho Alegre, em Chorozinho-CE, configurou-se, na ocasião da pesquisa, como um dos elementos responsáveis para permanência dos jovens no meio rural por, dentre outros fatores, contribuir para a segurança alimentar de suas famílias, geração de renda (por vezes,

---

<sup>1</sup> O referido banco de dados é alimentado e sincronizado regularmente pelas informações disponibilizadas pelos Programas de Pós-graduação na Plataforma Sucupira, de preenchimento obrigatório.

<sup>2</sup> A partir do descritor “juventude e meio ambiente” e da utilização do filtro “nome do programa”, foram encontrados 1.956 resultados. Para a seleção do material a ser tratado, levou-se em consideração a presença dos descritores “juventude(s)”, “jovem” e/ou “adolescente” no título, no corpo do resumo e/ou nas palavras-chaves.

alternativa) e consolidação de uma forma sustentável de convivência com o meio ambiente (OLIVEIRA, 2015);

- O meio ambiente vivenciado por um grupo de jovens do povoado Rua da Palha, localizado no bairro rural de Santa Luzia do Itanhy, em Sergipe, se inscreve (percepção dos entrevistados) na dinâmica das relações de lazer e de produção (pesca artesanal) empreendidas dentro da comunidade. Outro aspecto interessante da pesquisa é o fato dos jovens, apesar de reconhecerem a importância da pesca para a comunidade, não desejarem dar continuidade a atividade por entenderem que ela não irá proporcionar as mudanças socioeconômicas desejadas; o que faz com que muitos jovens migrem em busca de outras alternativas de trabalho (NUNES, 2013).

É possível analisar que um processo educativo sustentado pelo compromisso com a cidadania, auxilia os jovens na reflexão crítica das questões socioambientais percebidas por eles na realidade vivenciada, ampliando as possibilidades de um cenário mais sustentável. Por outro lado, na aplicação prática da gama de conhecimentos aprendidos e construídos durante esse processo, tantos outros fatores associados ao cotidiano de muitos jovens do mundo inteiro (desemprego, consumo, violência, dentre outros) ganham relevância e, em alguns casos, impedem a sustentação social das ações.

Obviamente, isso não desmerece a educação e o seu potencial transformador na construção da realidade (ela se configura um bem em si mesma). Mas a educação, em termos de acesso, não é suficiente para a edificação de cenários alternativos. É possível, por exemplo, estar ciente dos danos causados ao meio ambiente por determinadas ações e continuar agindo de maneira danosa pelo entendimento de que os riscos são minimizados ante os benefícios imediatos. O fato de estarmos imersos em um jogo político e econômico devem ser levados em consideração na compreensão dos contornos que a realidade socioambiental assume.

O que queremos salientar aqui é: se a educação é um processo intencional, a ela devem ser incorporadas as dimensões que regem as experiências dos sujeitos, permitindo a eles não apenas a instrução, mas a possibilidade de participar, de discutir, de discordar, de decidir, de modo a expandir gradativamente a sua participação política e a busca e acesso coletivo aos benefícios do desenvolvimento que deve abarcar o social, o econômico, o educacional, o ecológico, o cultural. Em uma realidade rural, isso pode significar um processo de mobilização coletiva na resolução de demandas comuns à categoria juventude rural.

Mas quem são esses sujeitos? A Organização das Nações Unidas (ONU) faz uso da faixa etária de 15 a 24 anos de idade ao fazer referência à população jovem mundial, mas reconhece que se trata de um termo variável em todo o mundo e que a sua delimitação sofre influência de circunstâncias políticas, econômicas e socioculturais. Para esta investigação, será utilizada a faixa etária de 15 a 29 anos (salvo especificidades temporais associadas ao projeto de pesquisa) que é uma ampliação utilizada pela Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), uma das cinco comissões regionais da ONU, em se tratando de jovens rurais.

No Censo Demográfico realizado em 2010 a população brasileira na faixa etária de 15 a 29 anos de idade correspondia a 51.330.569 pessoas, representando 26,9% da população total. A pesquisa mostra que 53,5% desses jovens trabalham, 36% estudam e 22,8% trabalham e estudam simultaneamente. Do total de jovens brasileiros, 7.822.455 residiam em zonas rurais. Os dados do município de Pacatuba-SE, *locus* da referida investigação, apresenta um total de 3.838 jovens (15-29 anos), com certa homogeneidade quanto ao gênero. Os dados revelam que entre os que estudam, 764 (setecentos e sessenta e quatro) possuem entre 15-17 anos, 270 (duzentos e setenta) têm de 18 a 19 anos, 399 (trezentos e noventa e nove) possuem de 20 a 24 anos e 339 (trezentos e trinta e nove) possuem 25 anos ou mais. Mas isso ainda não diz tudo.

No cenário acadêmico é possível destacar uma gama de trabalhos que tentam caracterizar esses sujeitos e as diversas problemáticas que envolve as suas vivências, fortalecendo um campo de estudo que para alguns teóricos carece de espaço (CARNEIRO; CASTRO, 2007). Para Weisheimer (2005), os trabalhos desenvolvidos no Brasil sobre juventude rural se estabelecem precisamente em quatro temáticas: juventude e educação rural; juventude rural, identidades e ação coletiva; juventude rural e inserção no trabalho; e juventude e reprodução social na agricultura familiar.

Outras tematizações também configuram o campo de pesquisas sobre a juventude rural, algumas ligadas às temáticas identificadas por Weisheimer (2005), como: transição para o mercado de trabalho, mobilidades e migrações. E outras já pontuadas aqui, como consumo, lazer e percepção ambiental de jovens, ou seja, as múltiplas possibilidades de consolidar uma discussão sobre a juventude rural aponta para a diversidade desses sujeitos, que são múltiplos em seus modos de vida, pertencimentos, identidades, formas de organização, experiências, demandas.

O interesse pela participação social do jovem como forma de enfrentamento de situações e construção própria do ser social e pessoal é fruto do contado, como bolsista de Iniciação Científica, no período de 2010-2011, com a turma do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia

para Beneficiários da Reforma Agrária (PROPED), também conhecido como Pedagogia da Terra, formada por filhos de trabalhadores rurais e militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A convivência com esses sujeitos proporcionou uma oportunidade única de presenciar a construção educativa de suas práticas. Desde o desenvolvimento das atividades curriculares, dentro de uma abordagem mais formal de sala de aula, até a promoção do trabalho coletivo e sentimento de pertença mediante a realização da mística, por exemplo.

O processo de formação-escolarização<sup>3</sup> ao qual estavam imersos não se constituía somente como uma oportunidade de profissionalização, mas também como um desafio pautado no compromisso de transformar a realidade por meio das experiências vivenciadas no contexto formal de escolarização, bem como na reflexão de suas práticas em suas respectivas comunidades. As experiências educativas emergem aqui como fundamento de aprendizagens, de ressignificação, de saber fazer, de construção de ações para com os outros, e com os outros, e para com o mundo.

Problematizar a construção de valores sustentáveis – respeito ao próximo, incluindo às gerações presentes e futuras, à diferença e à diversidade, ao meio ambiente e aos recursos existentes no planeta (UNESCO, 2005) – de jovens dentro de um quadro de envolvimento político se justifica pelo crescente cenário de exclusão social, pobreza, desigualdades e falta de sociabilidade política, em especial no campo institucional que permeia a vivência da maioria desses sujeitos. Nossa reflexão perpassa pelo entendimento que lidar com a problemática ambiental exige muito mais que ações paliativas como a de reciclagem, exige problematizar questões relacionadas também às necessidades imediatas, ao trabalho, à família.

Isso porque, em experiências de campo vivenciadas durante o desenvolvimento da pesquisa de mestrado sobre a percepção ambiental de crianças de um Assentamento localizado no Alto Sertão Sergipano (GOIS, 2014), o conjunto de relações sociais trazidas nas vozes e nas produções das crianças permitiu diferentes indagações, dentre as quais, relacionadas a maneira pela qual se desenvolviam as atividades de subsistência, como a produção de alimentos. A busca pela sobrevivência dos responsáveis por aquelas crianças, das suas famílias e da comunidade em que elas estavam inseridas envolvia também a utilização de agrotóxicos e, associados a essa

---

<sup>3</sup> Entende-se por formação-escolarização o “[...] processo de aquisição da formação necessária para o exercício do magistério na educação básica” (SOARES, 2006, p.34).

prática, os possíveis riscos que a exposição do veneno poderia oferecer, em uma escala menor, à saúde desses trabalhadores (GOIS, 2014).

As crianças, com idade de 9 a 11 anos, tinham conhecimento dos riscos aos quais estavam expostas (texto de abertura do capítulo), mas argumentavam sobre as necessidades cotidianas de, por exemplo, construir cercas na propriedade para a criação de porcos e galinhas; o que levava os seus responsáveis a retirarem as madeiras necessárias à fabricação em uma área de proteção ambiental localizada nas imediações do Assentamento. E isso tem a ver com o ambiente, com o educar para a sustentabilidade, para a complexidade, para a articulação de saberes e o compartilhamento de experiências (MORIN, 2014); problematizando a autonomia, os interesses, a associação, a participação coletiva dos sujeitos frente aos problemas do hoje e do amanhã.

Essa compreensão valoriza o ambiente social enquanto um ambiente de aprendizagem, traz à tona o entendimento de que o envolvimento dos jovens com as questões ambientais para fins de participação social e política se constrói no dia a dia, nas trocas de experiências, nos diálogos. Do mesmo modo, retornando as considerações das pesquisas desenvolvidas no âmbito do Prodeima, coloca em xeque a continuidade, em uma escala temporal um pouco mais ampla que o período de consolidação de um trabalho acadêmico, das ações aprendidas. Daí o questionamento: Quais são os contextos em que se desenvolvem as aprendizagens que impulsionam o debate e a construção coletiva de ações em sustentabilidade socioambiental, de modo a impulsionar impactos sociais, econômicos e ecológicos positivos?

Considerando os dilemas vivenciados pelas juventudes rurais, a expansão de políticas públicas e estratégias de gestão ambiental com a inclusão de sujeitos jovens – Coletivos Jovens, Redes de Educação Ambiental, movimentos, Coletivos Educadores, projetos, dentre outros – pressupomos que a construção de saberes e valores quando na consolidação de proposições político-pedagógicas que estimulam uma educação para a sustentabilidade fortalece a autonomia desses sujeitos (individual e de grupo) no que tange a construção de ações para os problemas sociais e, portanto, ambientais.

O contato em termos epistemológicos com uma realidade tão vasta quanto a vivenciada por jovens rurais exige a comunicação de ideias, de trocas entre diferentes fontes de conhecimento e informação, de maneira que esse processo interativo possibilite a consolidação de uma ação informada e eficaz sobre as múltiplas aprendizagens que concorrem para a construção de um sujeito político de transformação socioambiental, sujeito total, global na sua



pluralidade de forças e em oposição ao homem fragmentado, alienado em relação às objetivações da própria espécie (JAPIASSU, 1976; MORIN, 1999).

O interesse pela juventude rural sergipana, em particular, se atribui às inquietações da pesquisadora em relação ao processo de exclusão social em que muitos desses jovens vivenciam e ao qual se expõe por ser jovem e por compartilhar vivências com tantos outros jovens de origem rural que carecem de redes de apoio, estruturas eficazes de educação, cultura e lazer. Tema amplamente tratado na literatura sobre a temática juventude rural (SANTOS, 2009), sobretudo, na associação com o cenário de migração campo-cidade desse segmento populacional quando na busca por melhores oportunidades de trabalho e qualidade de vida<sup>4</sup>.

O estudo tem como contexto a Associação de Produtores Orgânicos de Ponta de Areia (APOP), localizada no litoral norte do estado de Sergipe, e foco central nas experiências vivenciadas pelos jovens envolvidos na construção da referida Associação em interface com os princípios da sustentabilidade socioambiental, como importante condição de (res)significação de seus respectivos modos de vida (TRAJBER; SATO, 2010). O objetivo geral deste estudo é analisar as experiências de aprendizagem de jovens rurais e as redes de formação associadas e particularmente empenhadas em conduzir e fortalecer ações de caráter socioambiental no Baixo Sertão Sergipano. São objetivos específicos:

- Caracterizar os principais problemas do cotidiano dos jovens e o contexto socioeconômico e cultural no qual eles estão inseridos;
- Descrever os focos de interesses dos jovens, a curto e a longo prazo, seus respectivos modos de organização e atuação;
- Identificar a existência de práticas ambientais resultantes de experiências cujo fundamento é a qualificação e sensibilização dos jovens para as questões de caráter socioambiental e o exercício da cidadania.

A busca pelo trabalho educativo envolto nas práticas desenvolvidas pelos jovens requer a compreensão do universo de situações que compõem o seu dia a dia, na vida e no trabalho, de modo a relacioná-lo às dificuldades e anseios apresentados pelos jovens. A inquietação, nesse contexto, se lança às ações desenvolvidas pelos jovens para transformação da condição

---

<sup>4</sup> Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), qualidade de vida “[...] é a percepção do indivíduo sobre sua posição na vida, no contexto da cultura, no sistema de valores em que vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações”. Essa definição inclui seis domínios principais, a saber: saúde física, mental e emocional, longevidade, satisfação no trabalho, relações familiares gratificantes, disposição, produtividade, dignidade e espiritualidade.

vivenciada participando de iniciativas para reduzir os riscos e buscar oportunidades socioambientais.

Assim, este trabalho está estruturado da seguinte maneira: No Capítulo 1 será apresentada a trajetória metodológica adotada. O capítulo 2 contextualiza os diversos conceitos e significados da categoria juventude, analisando alguns apontamentos por meio da literatura sobre as juventudes rurais e a necessidade de expressão de suas demandas e formas de organização ante o atual modelo de desenvolvimento socialmente excludente e ambientalmente perverso.

No capítulo 3 serão abordados temas relacionados a busca por um modelo de desenvolvimento alternativo, cujos pilares se alicerçam na participação, no diálogo, na construção de ações coletivas por meio de um contínuo processo de (des)aprendizagem. O capítulo 4 apresenta a análise dos resultados com base no movimento que deu origem à APOP, seu funcionamento ao longo de seus onze anos de atuação ao desempenhar papel relevante no processo de aprendizagem social nos níveis individual e de grupo, em virtude das relações estabelecidas entre diferentes atores sociais e parcerias com instituições diversas. Em seguida, as considerações finais do estudo e por fim, as referências que ancoraram as análises e reflexões, os apêndices e o anexo.

## O caminhar



Imagem: Camila Bomfim de Gois, 2018.

## 1 O caminhar

O estudo tem como contexto a Associação de Produtores Orgânicos de Ponta de Areia (APOP), localizada no litoral norte do estado de Sergipe, e foco central nas experiências vivenciadas pelos jovens envolvidos na construção da referida Associação em interface com os princípios da sustentabilidade socioambiental, como importante condição de (res)significação de seus respectivos modos de vida (TRAJBER; SATO, 2010), de modo que a pesquisa de campo teve um caráter predominantemente qualitativo. Em relação aos seus objetivos, a investigação caracteriza-se por seu caráter exploratório e descritivo, uma vez que buscamos ao longo de diferentes etapas uma maior familiaridade com o problema.

A partir do entendimento de que os jovens com os quais foi desenvolvida essa análise são indivíduos que possuem seus próprios saberes sobre as ações que desenvolvem, adotamos a etnografia como viés investigativo. Ela permitiu, por meio da observação participante, da entrevista em profundidade e da análise documental problematizar o universo de ações e reflexões que constituem a vida social dos jovens associados. O processo de coleta de dados, nesse contexto, se deu a partir de três fontes de dados.

Neste estudo, o foco na Associação em questão, se estabelece como uma maneira de gerar “*insights*” exploratórios (BONOMA, 1985) no que se refere ao agir sustentável, num contexto de vida real, entre os jovens sujeitos da pesquisa. Os seus depoimentos e ações justificam a busca por um significado contextual das interações empreendidas por eles na estrutura organizativa de que fazem parte. Dentre os instrumentos de coleta de dados, destacam-se: celular (utilizamos o aplicativo Audio Recorder da Sony presente no aparelho para registrar as vozes dos jovens durante as entrevistas e o aplicativo WhatsApp foi utilizado algumas vezes durante o desenvolvimento da pesquisa para checar disponibilidade dos jovens e realizar o agendamento para o encontro), máquina fotográfica e diário de campo da pesquisadora.

A amostragem foi do tipo intencional, uma vez que a seleção do subgrupo da população de jovens rurais sergipanos levou em consideração informações coletadas na etapa exploratória (que será apresentada mais adiante) conforme critérios que derivam da temática da pesquisa, a saber: jovens rurais na gestão de atividades – de maneira coletiva – e no contexto do desenvolvimento sustentável. De imediato, a economia solidária no Estado de Sergipe emergiu como ponto de partida na procura por esses jovens por ter como base empreendimentos

coletivos (associações, cooperativas, agrupamentos de produção informais) autogestionários e se tratar de uma opção viável de organizar atividades econômicas (produção, distribuição e consumo) sob parâmetros ecologicamente sustentáveis.

Assim, realizamos um levantamento de empreendimentos conduzidos por jovens rurais certificados no Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL), disponíveis no site < <http://cadsol.mte.gov.br/inter/cadsol/main.seam?cid=1014>> . Em paralelo, desenvolvemos uma pesquisa de notícias em imprensa e internet a partir dos termos jovens rurais e protagonismo (na ocasião, tratava-se de uma categoria-chave na proposta de investigação). Para a seleção da APOP, consideramos a participação dos jovens envolvidos na materialização da referida Associação em cursos de formação e capacitação relacionados com atividades produtivas, cujo objetivo era fomentar a organização desses sujeitos e o fortalecimento e/ou estruturação de sistemas produtivos agropecuários e agroindustriais.

Os resultados de uma pesquisa não probabilística do tipo intencional não podem ser estatisticamente generalizados, em termos de população (PRODANOV; FREITAS, 2013), mas nos permitem considerar que os dados coletados façam parte do imaginário do grupo estudado, ainda que sinalize a princípio a visão de um sujeito em particular, em outras palavras: “[...] é o dado particular que abre o caminho para interpretações abrangentes” (FONSECA, 1999, p.60).

Na etnografia, a representatividade dos sujeitos com os quais foi desenvolvida a investigação pode se delinear sem critérios típico-ideais, formulados de antemão. Fonseca (1999) salienta que no caso em que o pesquisador escolhe o “terreno” para só depois entender sua representatividade, o pesquisador vai a campo com algumas leituras e hipóteses – que poderão se modificar ao longo do encontro etnográfico – para só então definir quais as generalizações possíveis.

Vamos destacar, neste capítulo, o delineamento teórico e metodológico que nos levou a construção de uma pesquisa do tipo etnográfica e, em seguida, iremos descrever o contexto no qual ela foi realizada. Por último, nos deteremos às diferentes etapas relacionadas à transcrição e análise dos dados.

### 1.1 Construindo uma pesquisa do tipo etnográfico nas ciências ambientais

Optamos pela abordagem qualitativa por entendermos que é nas espacialidades e nas temporalidades singulares das experiências que “[...] os sujeitos constroem o sentido do seu agir e no qual experimentam as oportunidades e os limites para a ação” (MELUCCI, 2005, p.29). O que dá margem, sem a pretensão de homogeneização, às diferenças culturais ao passo que esse tipo de abordagem tem no ambiente natural, na vida cotidiana, a fonte direta para coleta de dados.

A opção por essa perspectiva metodológica na referida investigação, nos lança à diferentes contextos socioculturais, nos quais inter-relacionam-se sujeitos – jovens associados, pais, professores, vizinhos – e contextos – sede da associação, comunidade, instituições de ensino; e dos quais emergem diferentes vivências e interpretações das experiências vividas cotidianamente e cujo acesso exige do pesquisador sensibilidade e rigor.

Portanto, a abordagem qualitativa não se inscreve aqui em oposição a abordagem quantitativa, mas em virtude do fato da primeira estender o foco “[...] sobre a particularidade dos detalhes e a unidade dos acontecimentos que dificilmente servem para ser observados, contidos e organizados dentro dos modelos de análise unicamente quantitativos” (MELUCCI, 2005, p.29).

Geertz (2008) defende que o homem sente, raciocina, julga e age sob orientação de estruturas culturais, teias de significados tecidas por ele e sob as quais sofre influência, o que nos permite antecipar que as aprendizagens ocorrem nas relações empreendidas pelos jovens nos diferentes contextos de socialização. A análise do que aprendem e como aprendem, o processo de (res)significação de suas práticas a partir da aquisição de uma nova informação deve ser realizada, portanto, por uma abordagem interpretativa que busca nas falas e nas práticas que acontecem no dia-a-dia dos jovens elementos resultantes de suas interações culturais e educacionais importantes para a explicação de suas ações socioambientais. Ainda que “[...] o que chamamos de nossos dados são realmente nossa própria construção das construções de outras pessoas” (GEERTZ, 2008, p.9).

A construção teórica e a descrição de práticas a que esse trabalho se propôs se delineou, portanto, na imbricação e hibridização de sujeitos, processos educativos e culturais, bem como no resultado da construção coletiva dos jovens envolvidos na investigação e das interpretações feitas pela pesquisadora da realidade e dos contextos envoltos ao tema da pesquisa. Daí a

necessidade de se colocar sob rasura as impressões iniciais a respeito do grupo estudado em favor daquilo que os sujeitos em estudo tendem a identificar, dando volume às vozes locais. Aqui a caracterização metodológica vai ganhando contorno, pois para a compreensão de como os jovens envolvidos nessa investigação constroem oportunidades para aprendizagem de como agir sustentavelmente em contextos de práticas sociais, culturais e educacionais diversificadas, partimos para uma pesquisa do “tipo etnográfica”.

André (1995) faz referência a uma pesquisa do tipo etnográfica por entender que são realizadas adaptações quando no uso de procedimentos etnográficos por uma área diferente daquela que lhe deu origem, a antropologia. Para a referida autora, a prática da pesquisa de campo do tipo etnográfica deve se apropriar de conceitos caros à antropologia, como a relativização e o estranhamento, segundo os quais são percebidos outros sistemas de referências simbólicas que não as do pesquisador. De modo que, no momento da inserção do pesquisador no campo de pesquisa tudo se torna significativo, tudo é digno de observação e registro.

De fato, o método etnográfico encontra sua especificidade na prática de trabalho de campo, na convivência do pesquisador com o grupo social a ser estudado, na escrita significativa do outro (GEERTZ, 2008; LAPLATINE, 2007). Apesar do sentido literal da palavra etnografia fazer referência a “escrita sobre as nações” (do grego *ethnos*, que significa nação e *graphein*, que significa escrita), Erickson (1984, p.52, grifo nosso) defende que qualquer grupo social cujas relações sociais sejam reguladas pelo costume pode constituir a unidade de análise do etnógrafo:

[...] nas sociedades modernas, uma família, uma sala de aula, uma escola inteira, um grupo de trabalho em uma fábrica, uma fábrica em sua totalidade são unidades sociais que podem ser descritas etnograficamente (como também não etnograficamente). Um estudo etnográfico não trata apenas de uma unidade social de qualquer tamanho como um todo, **mas retrata eventos, pelo menos em parte, do ponto de vista dos atores neles envolvidos**<sup>5</sup>.

Retratar eventos de uma realidade tão próxima a do pesquisador, que também é jovem, demanda cuidados específicos, talvez o maior deles seja o de estranhar o familiar. E é aqui que se estabelece um dos aspectos mais interessantes do fazer etnográfico, a pluralidade de

---

<sup>5</sup> Texto original: “In modern societies a family, a school classroom, an entire school, a work group in a factory, a whole factory are social units that can be described ethnographically (as well as nonethnographically). What makes a study ethnographic is that it not only treats a social unit of any size as a whole but that the ethnography portrays events, at least in part, from the points of view of the actors involved in the events”.



experiências, relações, atividades, vozes envoltas ao processo de coleta de dados exige que o pesquisador empreenda um esforço sistemático de vivenciar uma situação familiar como se fosse estranha.

Transformar o familiar em estranho/exótico<sup>6</sup> implica “[...] estranhar alguma regra social familiar e assim descobrir (ou recolocar, como fazem as crianças quando perguntam os porquês) o exótico no que está petrificado dentro de nós pela reificação e pelos mecanismos de legitimação” (DAMATTA, 1987, p.5), ou seja, trata-se de uma tarefa impossível de se consolidar em sua totalidade, pois não há como o pesquisador se desvencilhar dos padrões socioculturais por ele enraizados.

Por outro lado, tal exercício possibilita o encontro com o outro – “[...] o próprio intelecto nos fará enxergar nossa humanidade no <<outro>>; e o <<outro>> dentro de nós mesmos” (DAMATTA, 1987, p.14) – e o distanciamento necessário à validação científica das impressões e análises desenvolvidas durante o trabalho de campo. No presente estudo, a escolha da Associação de Produtores Orgânicos de Ponta de Areia (APOP), em Pacatuba-SE, retrata esse envolvimento inerente às vivências da pesquisadora.

Durante o desenvolvimento de um projeto de Iniciação Científica, já pontuado na introdução do referido texto, em que o público-alvo eram jovens, filhos de assentados e, em sua maioria, militantes de movimentos sociais, a pesquisadora observou que o engajamento político e militante assumido pelo grupo de jovens, que na ocasião da referida investigação passavam por um processo de formação-escolarização, permitia maior expressão e visibilidade das demandas sociais vivenciadas por eles em suas respectivas comunidades.

Ao se articularem, eles estabelecem uma aproximação com à esfera pública, consolidando assim um caminho na construção de resultados de projetos individuais e coletivos, além de contribuírem na maximização da voz de um grupo social, tradicionalmente, esquecido nas políticas ou invisíveis às academias (STROPASOLAS, 2002). A questão da participação emerge aqui como uma forma de expressão na luta por melhores condições de existência, mas intriga quanto a “invisibilidade” dos jovens rurais que não participam de nenhum movimento social que lhes permitam a mesma visibilidade daqueles que participam e que consolidam um cenário político-social privilegiado.

Dáí a opção por trabalhar com um grupo de jovens cujas articulações não tivessem como base a luta empreendida por algum movimento social, mesmo aqueles motivados e estimulados

---

<sup>6</sup> O exercício contrário, de transformar o exótico em familiar, implica em compreender o ponto de vista do outro.

pelo Estado, como os Coletivos Jovens do Meio Ambiente (PEIXOTO, 2011; GONÇALVES, 2010), na perspectiva de estabelecer um perfil de atuação de uma juventude igualmente “esquecida” nas políticas públicas, mas vulnerável em termos de formação política – uma realidade familiar e exótica à pesquisadora.

Familiar por ser jovem, por ter uma origem familiar rural e dividir experiências cotidianas com demais jovens que saíram da zona rural em busca de trabalho nos centros urbanos, e exótica pelo caráter subjetivo de tais vivências que a princípio podem parecer familiares, mas não são necessariamente conhecidas, ainda que façamos parte de um mesmo grupo social. Há aqui a necessidade de relativizar o olhar disciplinado de que os jovens não têm oportunidades de emprego nas zonas rurais, ou de que não se interessam pelas atividades agrícolas. A triangulação dos dados reflete aqui uma forma de lidar com a questão da objetividade-participação por se sustentar em mais de uma fonte de evidência, é

a exposição simultânea de realidades múltiplas, refratadas. Cada uma das metáforas “age” no sentido de criar a simultaneidade, e não o sequencial ou o linear. Os leitores e as audiências são então convidados a explorarem visões concorrentes do contexto, a se imergirem e a se fundirem em novas realidades a serem compreendidas (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 20)

Na possibilidade de verificar como os sujeitos envolvidos constituem interacional e discursivamente as ações que teriam permitido ir de encontro a resistência de grupos de diferentes gerações aos conhecimentos trazidos por eles, ou pelo menos aqueles considerados já de domínio daquela atividade ou técnica – a partir de experiências vivenciadas em outros espaços de aprendizagem que não o da comunidade, é que se consolida aqui a necessidade de inserção no campo empírico.

O trabalho de campo não é da alçada exclusiva da antropologia, outras ciências qualitativas recorrem a essa técnica de coleta de dados, mas nesse caso foram adotados exercícios que envolvem o trabalho etnográfico como o de olhar (ver) e o de escutar (ouvir) no interior das relações e interações por meio das quais as aprendizagens dos elementos socioambientais se apresentam diluídos na vida cotidiana dos sujeitos envolvidos na investigação.

O que implica: compreender o fenômeno social pelo ponto de vista daqueles que o vivenciam, desenvolvendo uma descrição interpretativa do pensar, sentir, dizer e agir dos sujeitos envolvidos na pesquisa, ou seja, transformar as informações coletadas em dados a partir

do encontro de distintas reflexividades, tanto do pesquisador quanto dos demais sujeitos envolvidos. Nesse sentido, as observações, as entrevistas em profundidade e as conversas informais foram tomadas como “[...] uma relação social por meio do qual são obtidas as declarações e pronunciamentos em uma instância de observação direta e participação” (GUBER, 2001, p.75).

Essa ênfase nas vozes locais se estabelece no entendimento de que os jovens rurais participantes desta investigação, historicamente atores de ações sociais e interacionais, contribuíram para significar o universo pesquisado. De modo que, a opção pela pesquisa do “tipo etnográfico” se inscreve aqui na possibilidade de compreender as maneiras sociais e culturais de conhecer, ser e fazer – conhecimento local na perspectiva de Geertz (2008) – relacionados ao agir sustentável desses sujeitos, sem que sejam estabelecidos critérios de classificação (certo/errado) (ERICKSON, 1984).

A consolidação do fazer científico se estabelece, assim, no entendimento dos sentidos das ações dos jovens associados conforme esses sentidos se definem na perspectiva desses sujeitos, o que envolve: observação, participação, registro, reflexão analítica com base nos registros de campo e dos relatos dos jovens.

Pensar no campo da educação para o ambiente, para a sustentabilidade, exige domínio de alguns instrumentos teóricos e metodológicos próprios do campo da educação e – em virtude da proposta aqui estabelecida de descrever os processos e espaços de aprendizagem dos jovens em associação as práticas socioambientais desenvolvidas por eles, nas quais eles constroem alternativas de produção de renda ao passo que desenvolvem ações de cuidado para com o meio ambiente – da antropologia. Esse enredo justifica o diálogo aqui empreendido de ordem instrumental e metodológica entre as duas áreas, para além dos desafios convergentes e divergentes que se estabelecem epistemologicamente entre ambas (GUSMÃO, 2018).

O entendimento de que os processos culturais e educativos dialogam com a necessidade de repensar nossas práticas cotidianas de produção e consumo, cujas aprendizagens estão associadas à adoção de um estilo de vida ecologicamente orientado, exige o estabelecimento de outros diálogos de ordem conceitual, epistêmica, instrumental e metodológica que perpasses pela “[...] aventura de se colocar no lugar do outro, de ver como o outro vê, de compreender um conhecimento que não é o nosso” (GUSMÃO, 2018, p.8), mas que nos aproxime epistemologicamente das relações vivenciadas nessa teia cujo sistema é o objeto de estudo das ciências ambientais – a biosfera.

O reconhecimento da complexidade da problemática ambiental implica em aprender a aprender um novo saber sobre o meio ambiente (no questionamento da ciência e da razão instrumental e tecnológica que vêm submetendo o meio ambiente e todo desenvolvimento social ao aspecto econômico), internalizá-lo e concebê-lo em forma de ações, de natureza cotidiana, científica, ética, política e educativa (LEFF, 2006).

É a partir dessa matriz epistemológica que problematiza o conhecimento fragmentado em disciplinas que Leff (2006) defende a consolidação de uma prática interdisciplinar e integradora que impulse novas aproximações holísticas no que tange à compreensão das relações sociedade-natureza, tão fragilizada pela percepção fracionada da realidade.

A abordagem ambiental complexa emerge como uma ferramenta para transcender a crise ambiental (que é uma crise do conhecimento, de acordo com Leff) por assegurar a integração das múltiplas dimensões que fundamentam as relações entre mundo humano e biosfera – ambiental, social, ética, cultural, política e econômica. Essa necessária forma de pensar, religando saberes (MORIN, 2014), nos permite problematizar questões para além de um enfrentamento fundamentado em ações imediatistas quando fundamentadas por seu caráter paliativo e aleatório.

A título de exemplificação, ensinar sobre a necessidade da coleta seletiva e da reciclagem, reduzindo tais práticas à ação de separar o lixo, enfraquece a possibilidade de reflexão crítica dos problemas concretos da realidade vivenciada (seja a nível local ou global), questões ligadas à saúde do planeta e de seus habitantes, bem como ao modo de produção, obsolescência programada, dentre diversos outros temas associados.

A articulação e a pluralidade do pensamento ajudam, portanto, na problematização e socialização de experiências que legitimam a existência humana, tornando-se importante no contexto social, político, econômico, acadêmico e formativo, em especial pelas inquietações teóricas e práticas associadas às mutações que o saber e o agir enfrentam nos dias de hoje (COIMBRA, 2000).

Considerando as más relações empreendidas pelo homem com o restante do mundo natural e que o mais importante na construção de teorias e práticas voltadas para (re)articulação das relações sociedade-natureza seja religar os diversos saberes como forma de melhorar a qualidade de vida dos seres humanos é que optamos em desenvolver essa pesquisa em um programa de ciências ambientais com abordagem interdisciplinar que “[...] longe de restringir-se a simples metodologia de ensino e aprendizagem, é também uma das molas propulsoras na

reformulação do saber, do ser e do fazer, à busca de uma síntese voltada para a reorganização da *óikos* – o mundo, nossa casa” (COIMBRA, 2000, p.53).

É preciso deixar claro aqui que as reflexões empreendidas em torno dos problemas socioambientais na atualidade, como veremos, são frutos de questionamentos de movimentos sociais que impulsionados pela busca de soluções aos problemas vivenciados, bem como pela reivindicação de medidas de proteção ambiental, trouxeram a questão ambiental para o centro do debate no mundo inteiro, auxiliando na construção de legislações, tratados, dentre outros. Entretanto, o fazer interdisciplinar que nos propomos na consolidação dessa investigação não emerge como uma solução mágica à realidade social vivenciada pelos jovens, cuja questão ambiental lhe é essencial e transversal, mas como uma possibilidade de contribuição para a clareza e maior aproximação de um determinado objeto de estudo.

## 1.2 Recorte etnográfico da pesquisa

Captar os significados revelados nos encontros e nas vozes de uma categoria social com pouca ou nenhuma voz dentro da sociedade caracteriza o fazer etnográfico (ERICKSON, 1989) ao passo que abre caminhos para a autodeterminação desses sujeitos e para participação na gestão dos problemas socioambientais. Gonçalves analisa que “[...] esse conjunto de narrativas e observações é a matriz da construção de uma história que articula aspectos sociais, pedagógicos e políticos [...] que merece ser conhecida como subsídio para o planejamento de novos espaços/estruturas educadores” (2010, p.82), ou seja, as ações e os significados podem ser compreendidos a partir de seu potencial de promover mudanças de valores, como os associados a capacidade de articulação e engajamento ambiental, expansão das liberdades e emancipação. De acordo com a abordagem qualitativa da pesquisa e esse enfoque etnográfico, a referida investigação compreendeu duas etapas.

Uma etapa exploratória em que buscamos definir, ante a totalidade e diversidade que compreende a juventude rural sergipana, o grupo de jovens com o qual essa pesquisa iria ser desenvolvida – selecionados a partir de critérios que derivam da temática da investigação. Essa etapa, como já pontuado, compreendeu duas partes que foram realizadas em paralelo: o levantamento em uma base de dados de empreendimentos coletivos de jovens e uma pesquisa exploratória na rede mundial de computadores que pudesse apontar ações e expressões da juventude rural, sob o prisma da sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Assim, as primeiras informações sobre a Associação de Produtores Orgânicos de Ponta de Areia (APOP) foram encontradas em um campo delimitado da pesquisa, o Facebook. Criado no ano de 2004, a rede social virtual se fundamenta basicamente na construção de um perfil com dados pessoais, podendo ser utilizado para compartilhar fotos, vídeos, conversar com amigos, divulgar produtos, serviços e ideias, consolidando-se como uma ferramenta de comunicação.

A adaptação do método etnográfico para o ambiente virtual na etapa exploratória da pesquisa se consolidou a partir das referidas considerações: 1) as interações sociais virtualizadas são indissociáveis dos contextos onde elas ocorrem, de modo que as lacunas entre o que foi expressado em textos e fotos – instrumentos de comunicação – foram preenchidas mediante posterior entrada da pesquisadora no campo empírico<sup>7</sup>; 2) a noção de espaço se inscreve nessa fase não pela perspectiva objetiva e material, mas pela construção simbólica e virtual por diferentes colaboradores (ao curtir, ao comentar, ao divulgar ideias) da Associação, dando margem ao cruzamento entre as fronteiras online e offline (HINE, 2015; HINE; CAMPANELLA, 2015).

Na página da APOP no Facebook, cuja foto do perfil (Figura 1) aponta uma das atividades desenvolvidas pelos associados (uma cesta repleta de legumes, raízes e hortaliças), foi possível encontrar algumas informações interessantes em termos de dados e que nos ajudaram a considerar esse grupo de jovens na construção da pesquisa, pontuadas a seguir:

---

<sup>7</sup> Para Hine (2015), a internet permeia aspectos centrais da vida cotidiana de grande parte da população, daí a necessidade de explorar dinâmicas culturais além de um único espaço online, a fim de melhor apreender suas nuances. Nesse estudo, serviram como aporte no levantamento e análise o perfil da Associação no Facebook, além de notícias disponíveis sobre a APOP em páginas da rede mundial de computadores.

**Figura 1.** Página da APOP no *Facebook*



**Fonte:** [www.facebook.com/pg/Associação-de-Produtores-Orgânicos-de-Ponta-de-Areia-APOP-13900529881286426/about/](http://www.facebook.com/pg/Associação-de-Produtores-Orgânicos-de-Ponta-de-Areia-APOP-13900529881286426/about/)

- a) A associação trabalha com produção de mudas frutíferas, nativas e produção orgânicas.
- b) Tem como missão “produzir mudas florestais, valorizar nossa comunidade para que ela seja mais bem vista e incentivar os jovens”.
- c) Associação recebeu apoio do Programa Petrobras Socioambiental através do Projeto Comunidades em Rede (2014-2018) que teve por objetivo aumentar a renda de agricultores familiares por meio da produção e comercialização de produtos agroecológicos em rede (de produtores e consumidores). Conforme informações retiradas do site (<http://sites.petrobras.com.br/socioambiental/>), o Programa Petrobras Socioambiental (uma exigência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA para concessão de licença ambiental) foi lançado no ano de 2013 e visa aliar crescimento à promoção do desenvolvimento sustentável por meio do fomento de projetos sociais que integrem as dimensões social, socioesportiva e ambiental para criar soluções e oferecer alternativas com potencial transformador para a sociedade.

O Programa é ancorado em sete linhas de atuação (produção inclusiva e sustentável, biodiversidade e sociodiversidade, direitos da criança e do adolescente, florestas e clima, educação, água e esporte) e tem como público prioritário, mulheres, negros, pessoas com deficiência, comunidades tradicionais, povos indígenas, crianças, adolescentes e jovens. O Projeto Comunidades em Rede foi contemplado pela seleção

pública Integração Petrobras Comunidades 2013 Nordeste alinhada às diretrizes do Programa Petrobras Desenvolvimento e Cidadania que está na origem do Programa Petrobras Socioambiental. Na mesma seleção, outras iniciativas no estado de Sergipe foram contempladas (14 no total), a serem desenvolvidas em comunidades no entorno das unidades da companhia.

- d) A APOP foi uma das vozes a disseminar saberes, experiências e sabores durante a 3ª Caravana Agroecológica e Cultural de Sergipe “Campo e cidade na luta por alimentos saudáveis, saúde e democracia”, realizada em abril de 2017. O evento foi organizado pela Rede Sergipana de Agroecologia (RESEA) que, como o próprio nome sugere, é uma rede de instituições, movimentos sociais e organizações da sociedade civil que busca promover a agroecologia em Sergipe a partir da construção de espaços de articulação, reflexão, troca de saberes, sistematização das práticas agroecológicas no estado e proposições de políticas públicas.

A agroecologia configura-se como uma ciência que agrega um conjunto de práticas baseadas na conservação ambiental, na produção de alimentos saudáveis e na geração de benefícios sociais, econômicos e ambientais. Constitui-se uma espécie de contraponto à agricultura convencional por, dentre outros fatores: considerar os conhecimentos e técnicas dos agricultores decorrentes de sua experiência de trabalho e formação cultural, bem como sua capacidade de ação social coletiva; fornecer as bases científicas na construção de mecanismos que garantam a conservação da diversidade biológica dos ecossistemas naturais e a sua funcionalidade produtiva, a curto e a longo prazo – otimização em detrimento da produtividade (ALTIERI, 2012).

O modelo de produção adotado pelos jovens associados, a agricultura orgânica, emerge como um modelo de produção alternativa que se orienta, em maior ou em menor grau, pela estrutura teórica e metodológica da agroecologia.

- e) Além de atuarem na produção de base agroecológica, os associados incentivam a reciclagem de materiais como garrafas pets e cascas de coco. No perfil da associação, sugere-se a utilização desse tipo de material na ornamentação da casa ou do jardim como um ato de sustentabilidade que evita a poluição, beneficiando o planeta e a nós mesmos. O Facebook emerge aqui como um recurso de informação e comunicação entre os associados e a sociedade no compartilhamento de vivências favoráveis na relação homem-natureza.
- f) Para além das ações desse coletivo no contexto virtual, a APOP desenvolve atividades de sensibilização ambiental junto à comunidade. Em uma das postagens, datada de



março de 2015, em comemoração ao dia da água, os jovens realizaram o plantio de espécies florestais da região nas margens do rio Betume, dialogando com os banhistas sobre a importância da preservação e conservação dos rios e florestas.

Como o objetivo geral desse estudo é analisar as experiências de aprendizagem de jovens rurais e as redes de formação associadas e particularmente empenhadas em conduzir e fortalecer ações de caráter socioambiental no Baixo Sertão Sergipano foram consideradas, também, a participação dos jovens envolvidos na construção da APOP em cursos de formação e capacitação que tinham como fundamento a inserção do jovem rural no mercado de trabalho, o fortalecimento da cidadania, o comprometimento com a conservação ambiental e o desenvolvimento local sustentável.

Entendemos que tais processos de aprendizagem, além de serem capazes “[...] de operar mudanças cognitivas, sociais e afetivas importantes tanto nos indivíduos e grupos quanto nas instituições” (CARVALHO, 2008, p.60) – explicando a mobilização desses sujeitos na construção da Associação – nos possibilitou compreender as interações empreendidas por eles e as condições influenciadoras do agir sustentável, potencializando o estudo de cada vivência nos limites das relações objetivas por eles vivenciadas e significativamente relevantes para serem relatadas.

Destacamos aqui outro aspecto da politicidade desse tipo de abordagem: a recomposição de múltiplas perspectivas e situações pelo jovem (ele mesmo processo cultural em constante auto-re-construção em face a cultura de onde partem) permitiu que sua voz fosse projetada, de modo a tornar visível uma variedade de demandas e interesses, muitas vezes, colocados como invisíveis:

A 'situação de invisibilidade' a que está sujeito esse segmento da população se configura numa das expressões mais cruéis de exclusão social, uma vez que dessa forma esses jovens não se tornam sujeitos de direitos sociais e alvos de políticas públicas, inviabilizando o rompimento da própria condição de exclusão (WEISHEIMER, 2005, p.8).

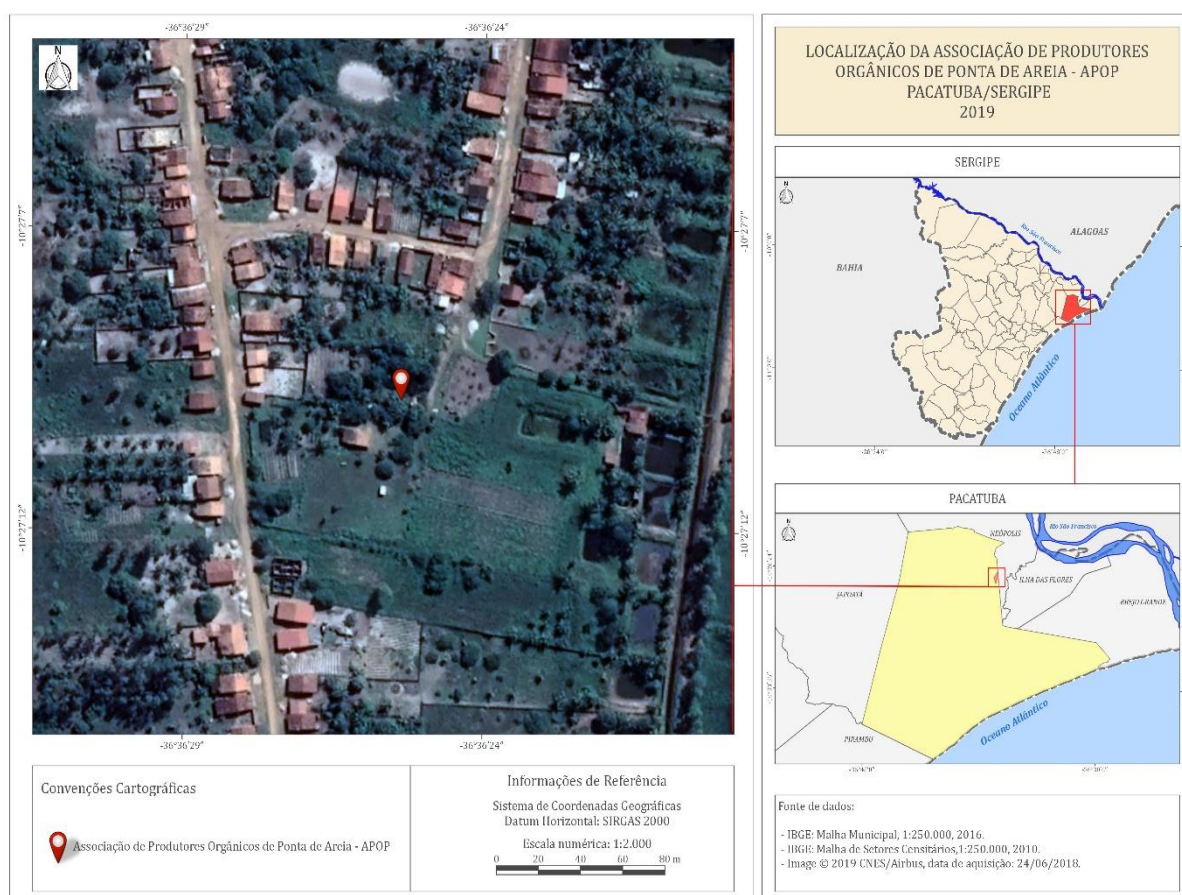
Conforme analisado pelo referido autor, há uma lenta tendência de ampliação sobre o tema juventude rural nas produções acadêmicas, com base no período analisado (1990-2004). Por esse motivo, surgiu ao longo da construção da pesquisa o interesse pelas vozes desses sujeitos, de modo a considerar os diferentes espaços existenciais, significados, representações,

construídos por entre dimensões da vida, sensibilidades, processos formativos e aprendizagens diversas; ainda que, no desenvolvimento do trabalho de campo, outros interlocutores fossem ouvidos, os agentes externos.

A segunda etapa, a pesquisa de campo, compreendeu observação em campo e a realização de entrevistas em profundidade com os jovens associados que se enquadravam nos critérios da investigação e ainda, os agentes externos. Trataremos dessa etapa no próximo tópico.

### 1.3 Inserção no campo empírico e caracterização da APOP

**Figura 2.** Localização da APOP, Pacatuba-SE.



**Fonte:** Andresa Almeida Santos e Camila Bomfim de Gois, 2018.

O município de Pacatuba, onde está localizada a Associação, fica no Litoral Norte<sup>8</sup> do Estado de Sergipe, distante 116 quilômetros da capital. Possui 372 601 km<sup>2</sup> de uma rica

<sup>8</sup> 17 (dezessete) municípios compõem o litoral norte do estado, a saber: Barra dos Coqueiros, Pirambu, Laranjeiras, Nossa Senhora do Socorro, Riachuelo, Maruim, Santo Amaro das Brotas, Rosário do Catete, General Maynard, Carmópolis, Japoatã, Brejo Grande, Japarutuba, Neópolis, Pacatuba, Ilha das Flores e Santana do São Francisco.

biodiversidade (lagoas, pantanais, dunas, praias, mangues, entre outros) que em sua maioria está inserida nas Unidades de Conservação (BRASIL. Sistema Nacional de Unidades de Conservação, 2000) APA do Litoral Norte de Sergipe, criada pelo Decreto Estadual nº 22.995/2004, abrangendo também parcelas dos municípios de Pirambu, Japoatã, Ilha das Flores e Brejo Grande; e a Reserva Biológica de Santa Isabel<sup>9</sup>, criada pelo Decreto nº 96.999/1988, visando, sobretudo, a preservação das áreas de reprodução de tartarugas marinhas (BRASIL, 1988).

Estudos realizados por Silva (2014) e Andrade (2014) no Litoral Norte do estado de Sergipe e que abarcaram de forma direta ou indireta diferentes propostas do Projeto Tamar no âmbito da educação ambiental, apontaram que a atuação do grupo fomenta a inserção social por meio de investimentos culturais e informações para a inclusão da comunidade nas ações de proteção do meio ambiente, sobretudo, no que se refere à fauna local e as áreas de desovas das tartarugas marinhas.

Conforme dados divulgados no Censo do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2010, Pacatuba contava com 13.137 habitantes, com estimativa de chegar a 14.420 no ano de 2017. Indica ainda que 79,5% da população vive na zona rural.

O Índice do Desenvolvimento Humano (IDH) em Pacatuba, no ano de 2010, foi de 0,555. O referido cálculo tem como fundamento o conceito de desenvolvimento humano estando relacionado “[...] ao processo de ampliação das liberdades das pessoas, no que tange suas capacidades e as oportunidades a seu dispor” (BRASIL, 2013, p.23).

De modo que, o índice é utilizado para classificar o grau de qualidade de vida oferecida às populações, considerando três dos requisitos essenciais a expansão das liberdades das pessoas: educação, longevidade e renda. Em relação aos demais 74 (setenta e quatro) municípios do estado de Sergipe, Pacatuba ocupa a 68ª posição.

Pacatuba limita-se ao norte com os municípios de Neópolis, Ilha das Flores e Brejo Grande, ao sul, com o município de Pirambu, a leste, com o oceano Atlântico e, a oeste, com o município de Japoatã. Os principais núcleos populacionais do município são: Povoado Areia Branca, Povoado Ponta de Areia, Povoado Boca da Barra, Povoado Ponta dos Mangues,

---

<sup>9</sup> Na referida Unidade de Conservação, que compreende também significativa parcela do município de Pirambu/Se, está localizada uma das sedes do Projeto Tamar (Tartarugas Marinhas), criado na década de 1980 pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), desenvolve ações de proteção a partir de duas perspectivas: a técnica, que diz respeito ao manejo, pesquisa e proteção das tartarugas marinhas; e a de interação social, que se estabelece a partir da geração de emprego e renda, bem como na propagação de informações ambientais para a comunidade local (SUASSUNA, 2007).

Povoado Estiva, Povoado Lagoa Grande, Povoado Golfo, Povoado Santana, Povoado Cruíri, Povoado Porto Santana, Povoado Geme, Povoado Fazenda Nova, Povoado Campinas, Povoado Cobra D'Água, Povoado Tabuleiro do Garcia e povoado Rancho (CBHSF, 2018).

De acordo com os dados disponibilizados pelo IBGE (2010), a pecuária e a agricultura representam a base da economia local. Destacam-se lavouras de arroz, coco-da-baía e cultivos de subsistência. Junto com os municípios de Neópolis e Ilha das Flores, Pacatuba faz parte do perímetro irrigado Betume, da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (Codevasf) – projeto de interesse social (Decreto 2.178/1997) com vistas a mitigar os impactos negativos sobre o sistema de exploração agrícola decorrentes da construção da barragem de Sobradinho – que permite o cultivo de arroz (*Oryza sativa l.*) pelos produtores ribeirinhos do Baixo São Francisco, com produção estimada de 22.045 toneladas de alimentos em 2017 (CODEVASF, 2018). Na pecuária, destacam-se a criação de bovinos de corte e galináceos.

**Figura 3.** Pastagem em lote do perímetro irrigado, no período da vazante em Ponta de Areia, Pacatuba-SE



**Fonte:** Camila Bomfim, maio de 2018.

Em relação ao abastecimento de água, 29,20% da população rural do município possui atendimento, sendo que a população urbana tem 96,99% de atendimento. A população de Ponta de Areia é atendida pela Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO) por meio de um sistema composto de 2 (dois) poços artesianos. A prefeitura, através da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, realiza o serviço de varrição no povoado (de segunda a sexta) e a coleta convencional de resíduos (terças e sextas-feiras). Os resíduos coletados são transportados para o lixão do município, localizado no povoado Atalho (área locada) (CBHSF, 2018).

A par das informações coletadas na etapa exploratória, iniciamos o contato com os jovens por meio dos telefones disponibilizados na rede social da Associação (as últimas atualizações da página datam de abril de 2017). Recebemos o retorno de Eliane, associada desde o ano de 2012, por meio do aplicativo WhatsApp. Na ocasião de nossa conversa, ela estava morando no município de Nossa Senhora de Socorro, em Sergipe, por conta da facilidade de acesso à Universidade Federal de Sergipe, instituição em que cursa Engenharia Ambiental e Sanitária.

Agendamos a primeira visita à Associação para o dia 24 de março de 2017, uma sexta-feira, data em que Eliane iria para casa passar o final de semana com os pais. Na data combinada, saímos de carro de Aracaju por volta das 5h30min (a viagem dura cerca de 2h20min). A proposta nesse momento era compreender questões relacionadas a forma de organização da APOP, o grau de participação de seus membros, a finalidade da Associação, parcerias, e outros, sem que houvesse a necessidade de seguir um roteiro. Essas informações no auxiliaram, naquele momento, a delinear a pesquisa de campo.

O percurso de cerca de 15km que separam a sede da Associação de Produtores Orgânicos de Ponta de Areia (APOP) da sede do município de Pacatuba, no povoado Ponta de Areia, se dá pela rodovia SE-204.

Chegando no município descemos na casa de Eliane, que levara consigo alguns mantimentos para a família, tomamos café, ela calçou as botas de campo e seguimos a pé para a Associação. No caminho, Eliane apresentava a comunidade, indicando locais e pessoas que possuíam uma ligação mais próxima com a Associação, a exemplo do Grupo Escolar João Camilo Lemos (Figura 4), em que os associados desenvolveram um trabalho de formação e parceria colaborativa na área de educação ambiental; e Seu Antônio, morador local e membro honorário da APOP, que com um sorriso largo anunciou enquanto passávamos o sucesso da horta sem veneno que cultivava no fundo quintal e que é resultado, também, da troca de conhecimentos que estabelece com os jovens associados (Figura 9).



**Figura 4.** Espécies de pau-brasil decoram a fachada da escola do povoado



**Fonte:** Camila Bomfim de Gois, maio de 2018.

**Figura 5.** Fachada da APOP



**Fonte:** Camila Bomfim de Gois, maio de 2018.

Quando chegamos à Associação, uma placa sinalizava logo na entrada a parceria com Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) por meio do Projeto Frutos da Floresta. Na sede, encontramos outros três associados – Débora, Jadson e Pedro<sup>10</sup> – que já sabiam sobre a minha presença naquele dia por meio de Eliane, que foi quem intermediou o encontro. Com exceção de Pedro todos seriam entrevistados posteriormente.

Após as apresentações, expomos nossos interesses naquele momento que era tratar das questões a pouco salientadas (a pesquisa não tinha o formato atual, por isso não foi apresentada na ocasião), esclarecendo as dúvidas e solicitando a contribuição deles, os jovens percorreram comigo toda a área da Associação destacando, por entre as árvores de nim, jenipapeiros, mangueiras e jaqueiras, as experiências de base agroecológica, como a horta onde a semeadura das culturas de tomate, pimentão, cenoura, coentro, alface (cultivos consorciados) é realizada em canteiros irrigados pelo sistema de aspersão, “tudo sem agrotóxico”, garantiram; o uso da compostagem para a adubação orgânica e de defensivos alternativos, como os produzidos a partir do óleo de nim (*Azadirachta indica*) que atuam na prevenção de pragas.

<sup>10</sup> Foram utilizados nomes fictícios para os sujeitos citados nas entrevistas ou aqueles com os quais a pesquisadora conversou, mas não obteve a autorização escrita para a utilização do nome.

**Figura 6.** Jovem associado trabalha no estaqueamento dos tomateiros.



**Fonte:** Camila Bomfim de Gois, março de 2017.

**Figura 7.** Fruto de NIM (*Azadirachta indica*) utilizado na preparação de extratos para o combate às pragas.



**Fonte:** Camila Bomfim de Gois, março de 2017.

Na ocasião da visita, a Associação contava ainda com um viveiro de mudas de árvores nativas da Mata Atlântica e frutíferas para reflorestamento (Figura 8). O trabalho que envolve a coleta de sementes nativas na mata e fazendas da região (canafístula, aroeirinha, cedro, mulungu, mata fome, dentre outras), o processo de beneficiamento, armazenamento, organização e plantio das sementes no viveiro já possibilitou a recuperação de áreas desmatadas ou degradadas do sertão e mata atlântica do estado de Sergipe e de estados vizinhos.

**Figura 8.** Viveiro de mudas nativas na APOP.



**Fonte:** Camila Bomfim de Gois, março de 2017.

**Figura 9.** Moradores locais cultivam hortas em parceria com os associados.



**Fonte:** Camila Bomfim de Gois, março de 2017.

A APOP foi constituída formalmente no ano de 2007, a partir da iniciativa de catorze jovens que compartilharam vivências em cursos de capacitação oferecidos pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), mediante a realização

do Projeto Amanhã. As oficinas oferecidas (piscicultura, associativismo, viveirista, informática, mecânica de automóveis, teatro, dentre outras) tinham como objetivo preparar os jovens para se manterem na comunidade e foram, gradativamente, sendo alinhadas à realidade vivenciada por eles.

A esse respeito, Débora, jovem associada, analisa que por falta de melhores oportunidades de trabalho, o desenvolvimento de tais oficinas ofereceu aos jovens diferentes aprendizagens que poderão refletir em um processo de geração de renda e de visibilidade, tal qual o projetado com a consolidação da APOP.

Embora a Associação tenha sido consolidada na perspectiva de fixar o jovem no campo, considerando a potencialidade da comunidade e agregando o cuidado com o meio ambiente à possibilidade de geração de renda, durante os recém completados onze anos de oficialização, o dilema entre ficar e sair (CASTRO, 2005) tem estabelecido diferentes configurações no que diz respeito ao quantitativo de jovens associados. Atualmente, a APOP conta com 14 (catorze) associados, sendo que apenas 3 (em outubro de 2018) atuam diariamente nas atividades de produção e comercialização. Os demais não acompanham a rotina por desenvolverem outras atividades de trabalho e estudos na própria comunidade ou fora do município.

A oficialização da APOP – associação civil, de direito privado e de caráter comunitário, produtivo e socioambiental – contou com o incentivo de uma ex-funcionária da Codevasf e atual parceira, Marta Porto, que foi quem doou o terreno onde hoje é localizada a sede da Associação. Antes disso, as atividades de plantio eram realizadas no terreno da casa de Débora. Nesse período, os jovens que estavam envolvidos na fase de construção da Associação buscavam colocar em prática os conhecimentos aprendidos durante as oficinas e estágios realizados conjuntamente – começaram com uma horta que não deu certo e então partiram para a produção de ervas medicinais, só com a construção da sede é que iniciaram a produção e comercialização de mudas de eucalipto e sabiá.

No cumprimento de suas finalidades estatutárias, a associação estabelece parcerias – Codevasf, Petrobras, Instituto Brasileiro de Ecologia e Sustentabilidade (IBES), Empresa Brasileira de Desenvolvimento Agropecuário (Embrapa), Sebrae, Instituto de Cooperação para o Desenvolvimento Rural Sustentável (ICODERUS) – que atuam financeiramente e pedagogicamente mediante a consolidação de projetos de caráter social voltados à geração de renda por meio de atividades rurais sustentáveis.



A título de exemplificação, o já citado Projeto Comunidades em rede em que os jovens atuam em parceria com os moradores de Ponta de Areia na produção de hortaliças e frutas sem agrotóxicos. A execução do projeto se cumpre num diálogo de saberes entre associados, moradores e técnicos na busca por uma produção livre de agrotóxicos e que possibilite a preservação do entorno ambiental. O dinheiro arrecadado com a venda, eles passam um percentual para a caixa reserva da associação e o restante é rateado entre os associados. Já os moradores, recebem o valor integral da venda de seus produtos.

Nesse primeiro contato com os jovens, percebemos que as aprendizagens vivenciadas nas oficinas antes da consolidação da Associação ganharam destaque e significado, sobretudo, por seu caráter formativo. Eles viam a necessidade de investir em formação para serem qualificados o bastante, ainda que naquele momento o interesse não estivesse voltado a um curso ou oficina relacionado à realidade socioambiental local, a exemplo do curso de teatro frequentemente solicitado pelos jovens que participavam dos cursos do Projeto Amanhã. Gradativamente, tais cursos foram se adequando ao público alvo e à realidade dos mesmos, de modo a possibilitar as ferramentas necessárias – conhecimentos, valores, comportamentos – à compreensão da realidade local e mobilização para transformá-la.

### 1.3.1 Observação participante

Verificamos a necessidade da observação de detalhes cotidianos ou rotineiros na interpretação associada ao <<outro>>, nesse caso o jovem, e aos processos educativos e de aprendizagem vivenciados por ele, para além dos processos formativos advindos de cursos de capacitação, encontros de formação, oficinas elencadas por eles na etapa exploratória desse estudo.

Assim, a opção pela observação participante se delineia pela possibilidade de construção dialógica entre pesquisadora e jovens associados, na medida em que os resultados foram sendo construídos a partir do envolvimento e interação da pesquisadora nas atividades cotidianas dos jovens, e com os jovens (suas vozes), no âmbito da Associação e em outros espaços de atuação desses sujeitos.

Ao partirmos de um universo específico – jovens membros de uma Associação com uma ordem particular de organização sociocultural que os diferenciam dos demais – optamos pelo particular e não pela generalização como objeto de conhecimento. Todavia, a relação entre a

cena imediata da interação social desse grupo não ocorre de maneira dissociada de um contexto social maior (GEERTZ, 2008).

No caso dessa investigação, essa técnica possibilitou levantar informações sobre as principais práticas dos jovens associados no contexto de vida e de produção, permitindo tornar científicas percepções identificadas na etapa exploratória desse estudo e reforçadas nas narrativas dos sujeitos durante a realização das entrevistas em profundidade.

Assim, a utilização da observação participante se constituiu como uma base reflexiva à problemática em questão por meio do registro de ações e interações, pela possibilidade de questionamentos aos informantes na medida em que a observação se desenvolvia, permitindo a descrição interpretativa sem que houvesse a necessidade de se tornar um membro do grupo – delineando-se como uma postura adotada pela pesquisadora no processo de coleta de dados (ANGROSINO, 2009).

A dificuldade nessa etapa da pesquisa se deu pela mudança na rotina da Associação, antes direcionada para uma produção maior de mudas e pela troca de experiências e aprendizados mediante parceria empreendida (Comunidades em rede) e que, durante o período em que ocorreram as observações, se concentrava, sobretudo, na produção e comercialização de hortaliças e leguminosas (principal fonte de renda da APOP, na ocasião) por apenas três associados, em virtude do fim do parceria.

O que exigiu a releitura dos objetivos delineados para essa etapa da pesquisa, a fim de que fosse possível destacar as questões mais relevantes na análise e na construção de resultados que fizessem referência à uma realidade comum à dos demais associados.

As observações foram realizadas intencionalmente no período de maio a setembro de 2018, por meio do acompanhamento das atividades desenvolvidas na sede da Associação, a fim de analisar a atmosfera da APOP, as técnicas de plantio adotadas, a forma de comercialização, as parcerias, utilização do conhecimento de base agroecológica, visita aos quintais da comunidade (cujos proprietários foram estabelecerem parceria com os associados no desenvolvimento do Comunidades em Rede) e visitas a alguns dos pontos de coleta de sementes para a produção de mudas.

**Figura 10.** Coleta de sementes em propriedade particular da comunidade.



**Fonte:** Andrea Freire de Carvalho, 2018.

**Figura 11.** Associada realiza o controle de ervas daninhas nos canteiros por retirada manual.



**Fonte:** Camila Bomfim de Gois, 2018.

Yin (2001) analisa que na observação participante há a possibilidade de manipulação informal, delineada ao longo dessa pesquisa pela ciência dos associados sobre a presença e intenção da pesquisadora no período referenciado. De modo que, contrariando a realidade do cotidiano da APOP, associados que declararam não estarem frequentando a Associação estiveram presentes na sede durante as observações (Figura 11).

Ainda nesse contexto, foi observado que os quadros de avisos, que não tinham nada escrito durante a primeira visita, foram preenchidos pelo planejamento das atividades a serem desenvolvidos durante a semana (de 21 a 25 de maio de 2018) e a responsabilidade de rega das mudas e horta aos finais de semana, para os três meses subsequentes. O uso de mais de uma fonte de informação é referenciado pelo autor como uma alternativa na validade dos resultados.

Como a perspectiva inicial era obter o contato direto, por um período mais prolongado, com o grupo de jovens selecionado a partir da escolha da APOP, e pela posterior identificação de que a Associação enquanto um grupo social consolidado na construção de seus objetivos não correspondia ao que foi inicialmente analisado na etapa exploratória desse estudo, a observação participante acabou que ganhando menos peso do que a princípio era esperado.

Como alguns dos associados que se encaixavam no perfil delineado não frequentavam a Associação e/ou não moravam mais no povoado, a entrevista em profundidade foi mais importante na obtenção e contextualização de informações da realidade estudada.

### 1.3.2 Entrevistas em profundidade

A opção pela realização de entrevistas se faz pela possibilidade de coletar informações inexistentes, ou talvez implícitas, à observação. Perpassa aqui o entendimento de que o encontro de sujeitos com diferentes vivências e interesses configuram uma realidade social e pessoal – a consolidação da APOP – estabelecida a partir de expectativas comuns.

Nesse contexto, as entrevistas nos permitiram trazer à tona questões relacionadas aos sujeitos, questões que lhes são íntimas e que refletem as suas interpretações sobre as ações que realizam no dia-a-dia, bem como sobre os seus contextos de aprendizagem, ao que Geertz (2008) analisa só ser possível se adquirirmos uma familiaridade operacional com os *conjuntos de significados* em meio aos quais os jovens levam suas vidas.

Assim, com vistas a desenvolver um diálogo aberto em que uma das partes se apresenta como fonte de informação, realizamos entrevistas em profundidade, com um roteiro básico a fim de coletar informações que permitissem a caracterização dos sujeitos entrevistados e a abordagem de temas relevantes para a construção da pesquisa (o roteiro da entrevista pode ser encontrada nos apêndices), de modo a tratar de temas essenciais a partir de um direcionamento, mas sem limitar-se a ele, ampliando as oportunidades de fala dos sujeitos que estão imersos em contextos sociais diferentes com outras perguntas.

Autores como Angrosino (2009) e Duarte (2005) analisam que as perguntas são uma forma de explorar determinado assunto sob o ponto de vista dos entrevistados, identificar motivações, permitindo a compreensão de processos e a captura de nuances obscuras à observação em campo. Além disso,

A entrevista em profundidade não permite testar hipóteses, dar tratamento estatístico às informações, definir a amplitude ou quantidade de um fenômeno. [...] Seu objetivo está relacionado ao fornecimento de elementos para compreensão de uma situação ou estrutura de um problema. Deste modo, como nos estudos qualitativos em geral, o objetivo muitas vezes está relacionado à aprendizagem por meio da identificação da riqueza e diversidade, pela integração das informações e síntese das descobertas do que ao estabelecimento de conclusões precisas e definitivas (DUARTE, 2005, p.63).

Assim, por meio dos depoimentos dos entrevistados – e de sua experiência subjetiva – é possível obter percepções, comportamentos, relatos e apontamentos referentes aos mais

diversos aspectos da vida social. Optamos pelo emprego do modelo semiaberto, cujo roteiro tratou da identificação dos entrevistados, faixa etária, experiência na ação coletiva, atividades profissionais desempenhadas, renda mensal, projetos de vida e trajetórias educacionais, a fim de obter um perfil socioeconômico de cada jovem e questões referentes à aprendizagem social, individual e enquanto organização.

A coleta incluiu registros de áudio ininterruptos, a partir da autorização da gravação até a confirmação dos jovens entrevistados de que não havia mais nada a acrescentar. O questionamento no final das entrevistas se havia algo mais a ser dito foi importante porque deu margem que os sujeitos fizessem colocações sobre temas de interesse, sobretudo, ligados a continuidade da Associação e anseios pessoais.

Somente os sujeitos que atenderam aos seguintes critérios foram considerados para a entrevista enquanto jovens associados: 1. Os jovens rurais com idade entre 15 a 29 anos que participam diariamente das atividades da Associação; 2. os jovens que, ainda que não estejam envolvidos nas atividades diárias, sejam associados a um período igual ou superior a 5 anos (metade do tempo de existência da APOP); 3. incluindo aqueles que tenham idade superior aos 29, mas que percorreram a maior parte de sua trajetória enquanto associado dentro da faixa de idade estabelecida para o grupo social reconhecido como jovem.

A opção em ampliar a margem etária se deu pela observação da existência de associados que compõem a APOP, atualmente, pela necessidade de um número mínimo de membros, sobretudo, por ser essa uma exigência em editais quando na busca por parcerias. Assim, nem todos os nomes que formalizam a Associação estão envolvidos em sua dinâmica constitutiva, cabendo àqueles que estão há mais tempo e/ou participaram de sua formalização, em 2007, ou ainda, àqueles que estão imersos em suas atividades diárias a construção afetiva e simbólica do que ela representa/representou para o jovem rural.

As entrevistas foram realizadas em lugares escolhidos pelos próprios associados, com duração de 30min a 50min: 5 (cinco) entrevistas foram realizadas na sede da APOP, com os jovens que participam das atividades diárias e/ou que moram nas imediações da Associação; 1(uma) entrevista foi realizada no Sergipe Parque Tecnológico (SergipeTec), em São Cristóvão-SE e 1 (uma) foi realizada na residência de uma das associadas, no bairro Bugio, em Aracaju-SE.

Todas as entrevistas foram iniciadas com a apresentação dos objetivos naquele momento, uma vez que essa conversa já havia sido realizada no momento da inserção da

pesquisadora no campo; a justificativa de escolha de uns associados em detrimento de outros; o questionamento e autorização do uso do nome real; a solicitação de colaboração nas respostas, assinalando de que não havia uma resposta certa a ser dada; a liberdade de cada um questionar o direcionamento da pesquisa; a autorização em realizar a gravação<sup>11</sup>.

Foram realizadas três entrevistas com agentes externos: 2 (duas) no Sergipe Parque Tecnológico (SergipeTec) e 1(uma) na Universidade Federal de Sergipe. A figura dos agentes externos emerge aqui pela influência que esses sujeitos causaram na aprendizagem dos jovens associados e frequentemente assinalada na fala deles.

Quanto aos procedimentos, assim como com os jovens, foi iniciada uma conversa com os entrevistados, com o propósito de que eles revelassem a sua atuação e motivações em torno de temas específicos, como os projetos, cursos desenvolvidos por eles, a própria formalização da APOP (momentos elencados pelos jovens nas entrevistas e cujo os nomes dos agentes externos aparecem como principais incentivadores no contexto da educação). Todos os informantes são associados.

Na transcrição das entrevistas fizemos uso de alguns recursos de pontuação, a fim de mensurar por escrito as vivências e olhares dos jovens entrevistados (pontos de interrogação no final das frases para representar a entonação relativa a um questionamento; reticências para indicar uma pausa na fala pela dúvida, timidez, ou simplesmente, a busca da lembrança de algo), de modo que os trechos das entrevistas utilizados na apresentação dos resultados são reproduzidos na íntegra.

#### 1.4 Caracterização dos informantes

Nesse tópico consta o perfil dos entrevistados, jovens (sujeitos com idade entre 18 e 35 anos) e ex-coordenadores de Projetos desenvolvidos com os associados. Todos os informantes são identificados ao longo do texto com os seus respectivos nomes, tendo sido autorizada por escrito essa abordagem, conforme Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ver apêndice).

---

<sup>11</sup> Richardson (2015) ao tratar do desenvolvimento de uma pesquisa em profundidade, sugere algumas orientações, algumas assinaladas aqui.

## Jovens:

**Quadro 1.** Caracterização dos informantes

NOME	SEXO	IDADE	NASCIMENTO	RESIDÊNCIA	ESCOLARIDADE	RENDA MENSAL	ANO EM QUE SE ASSOCIOU
JADSON	M	23	PROPRIÁ-SE	PACATUBA-SE	ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	R\$200 DA APOP + LANCHONETE (NÃO INFORMADO)	2011
HUILTON	M	18	PACATUBA-SE	PACATUBA-SE	ENSINO MÉDIO COMPLETO	R\$200	2018
CLEYTON	M	19	NEÓPOLIS-SE	PACATUBA-SE	ENSINO MÉDIO COMPLETO	R\$200	2017
ELIANE	F	29	ARACAJU-SE	PACATUBA-SE	ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	NÃO POSSUI UMA RENDA MENSAL	2012
DÉBORA	F	35	PENEDO-AL	PACATUBA-SE	ENSINO SUPERIOR COMPLETO	Em torno de R\$80	2007
RITA	F	31	PACATUBA-SE	ARACAJU-SE	ENSINO MÉDIO COMPLETO	SALÁRIO MÍNIMO	2007
ARIANE	F	30	PACATUBA-SE	ARACAJU-SE	ENSINO MÉDIO COMPLETO	NÃO POSSUI UMA RENDA MENSAL	2007

**Fonte:** Elaborado pela pesquisadora.

## Jadson

Jadson, 23 anos, solteiro, nasceu no município de Propriá, em Sergipe, pelo fato do município de Pacatuba, onde cresceu e reside atualmente, não possuir maternidade. Vive no Povoado Ponta de Areia, em Pacatuba, com a mãe que é funcionária pública, o pai, pescador, e um primo de onze anos de idade, nas imediações da Associação em que desenvolve diariamente uma rotina de adubações, plantios, colheita de produtos, dentre outros. Possui três irmãos, duas mulheres que se mudaram para a capital do estado pouco tempo depois de concluírem o ensino médio e trabalham, cada uma, no setor de serviços de alimentação e no setor farmacêutico; e um homem, que é mecânico em uma oficina local. Jadson cursou o ensino fundamental na única escola do povoado, a Escola Municipal João Camilo Lemos, e o ensino médio na sede do município, no Colégio Estadual Dr. Leandro Maciel, distante cerca de 8 quilômetros do povoado. Ao findar o ensino médio, ele iniciou um curso técnico em agroindústria no município de Neópolis, Sergipe, finalizando-o no ano de 2015. Hoje, além das atividades que desenvolve na APOP, ele cursa Educação Física Licenciatura a distância em uma universidade baiana que

possui um polo em Pacatuba, administra uma pequena lanchonete que funciona de quarta a domingo no próprio povoado e dá aulas de educação física na escola em que concluiu o ensino fundamental enquanto proposta do Programa Mais Educação, do Ministério da Educação. Jadson é associado desde 2011 e, atualmente, é o presidente da APOP.

### **Huilton**

Huilton, 18 anos, solteiro, pacatubense. Estudou o ensino fundamental no povoado em que reside, Ponta de Areia, tendo concluído o ensino médio no Colégio Estadual Dr. Leandro Maciel, localizado na sede do município de Pacatuba-SE. Ao concluir o ensino médio, fez um curso de auxiliar de eletricista, mas nunca chegou a atuar na área. Mora com os pais e uma irmã de doze anos de idade. A principal renda da família advém da pesca, atividade desenvolvida pelos pais do jovem. Huilton é associado desde maio de 2018 e é um dos três associados que, na ocasião da pesquisa, executam as atividades cotidianas de produção e comercialização de mudas e hortaliças da APOP.

### **Cleyton**

Cleyton, 19 anos, solteiro. Registrado neopolense, reside desde os primeiros dias de vida no município de Pacatuba onde vive com os pais e dois irmãos mais novos, ambos estudantes. A renda da casa advém, sobretudo, da pesca desenvolvida pelos seus pais e da venda dos produtos de uma horta cultivada no fundo do quintal de casa que fica localizada ao lado da sede da Associação. Coursou o ensino fundamental no povoado Ponta de Areia, concluindo seus estudos na sede do município, no Colégio Estadual Dr. Leandro Maciel. Deu início a um curso técnico em administração em Aracaju, mas não chegou a concluir. Antes de entrar na Associação, trabalhou como vigia de lote, impedindo que pássaros invadissem o lote para comer a produção. Ganhava R\$120 (cento e vinte) por semana. É associado desde junho de 2017 e, atualmente, participa da rotina diária da APOP.

### **Eliane**

Eliane, 29 anos, solteira. Registrada aracajuana, vive desde os primeiros dias de vida no município de Pacatuba, onde reside, atualmente, com os seus pais, agricultores aposentados.



Entrou na escola aos 9 anos de idade, tendo estudado durante a infância e pré-adolescência no povoado Ponta de Areia, a alguns metros de onde reside, no povoado Siqueira. Coursou o ensino médio no Colégio Estadual Dr. Leandro Maciel, na sede de Pacatuba. Iniciou os seus estudos em Engenharia Ambiental e Sanitária, na Universidade Federal de Sergipe, em 2016, mas teve que trancar o curso por não conseguir se manter financeiramente na cidade. É associada desde 2012.

### **Débora**

Débora, 35 anos, solteira, sem filhos, nasceu na Santa Casa de Misericórdia, em Penedo-AL, mas reside desde os primeiros dias de vida em Pacatuba-SE. Coursou o ensino fundamental na Escola Municipal João Camilo Lemos, em Ponta de Areia-Pacatuba, e o ensino médio na sede do município. Nesse período tornou-se aluna do Projeto Amanhã, tendo frequentado diversos cursos de capacitação relacionados com atividades produtivas e/ou ligados a economia criativa, como artesanato e cabelereiro. Além desses cursos, ela completou o ensino superior em História, mediante um movimento que ocorreu no município cujo foco era possibilitar a formação superior para os professores da rede. O curso era de graça para os professores contratados do município, os demais sujeitos que quisessem participar pagariam metade da mensalidade. Foi o caso de Débora que apesar de ter concluído o curso, nunca chegou a lecionar. Atualmente, Débora mora com a mãe que é professora na escola da comunidade e é essa a principal renda da família. Ela é uma socio-fundadora.

### **Rita**

Rita, 31 anos, casada, sem filhos, nasceu no município de Pacatuba-SE. Coursou o ensino fundamental em Ponta de Areia e o ensino médio na sede do município em que residiu até 2013. Ano em que passou a morar em Aracaju, acompanhando o marido que foi para a capital do estado em busca de oportunidades de emprego. Desde então, já trabalhou como babá, concluiu um curso de porteiro e vigia no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, esteve empregada em projetos de produção de mudas e, atualmente, trabalha em uma panificação. Rita participou de diversos cursos oferecidos no âmbito do Projeto Amanhã, tais como piscicultura, apicultura, produção de mudas e de plantas orgânicas. Ela é uma das sócias-fundadoras.

**Ariane**

Ariane, 30 anos, solteira, sem filhos, pacatubense. Passou a morar em Aracaju no ano de 2008, por conta de um problema de saúde de seu avô que exigiu a vinda de parte da família para a capital. Atualmente, vive em Aracaju com os pais, aposentados, e quatro irmãos, dois trabalhadores do setor da construção e um estudante de graduação. Na APOP, onde se associou porque achava bonito o trabalho desenvolvido, costumava se dedicar à parte administrativa, tendo participado durante o primeiro ano de formalização da Associação de cursos como o de produção de húmus e informática. Ariane concluiu o ensino fundamental e o médio no município de Pacatuba, hoje, não trabalha e pretende fazer a prova do Exame Nacional do Ensino Médio na possibilidade de cursar fisioterapia. Ela é associada desde 2007.

**Agentes externos:****Marta**

Marta é pedagoga e emerge na discussão como uma das facilitadoras na construção de conhecimentos e encorajadora na formalização da APOP, por meio da organização de um ambiente educativo, envolvimento, a princípio, pelas atividades do Projeto Amanhã, em que atuava como coordenadora da área social. Trabalhou com dezenas de jovens do Baixo São Francisco em ações socioambientais, inclusive com o grupo que mais tarde iria consolidar a APOP. Associação que mantém, ainda hoje, parceria.

**Ronaldo**

Ronaldo é engenheiro florestal contratado pela Codevasf. Foi coordenador técnico de grande parte dos projetos pelos quais os jovens da APOP sinalizam terem desenvolvido habilidades e compartilhado conhecimentos e experiências por meio de situações criadas com esse intuito, como nos cursos oferecidos no âmbito do Projeto Amanhã, e ainda depois no apoio técnico das atividades desenvolvidas na Associação. Atualmente, é técnico nível superior da Codevasf, atuando na Biofábrica de mudas do Parque Tecnológico de Sergipe – SergipeTec.

**Fabício**

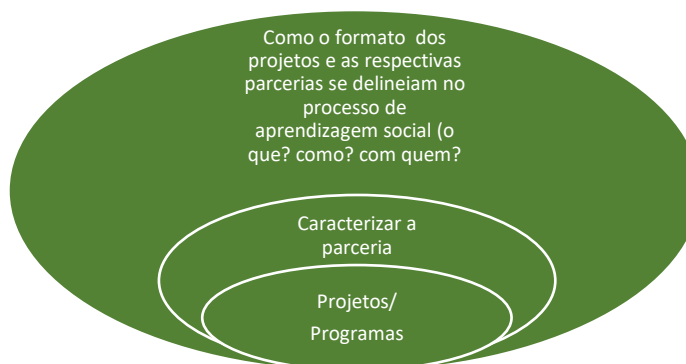
Fabício, 37 anos, é associado desde 2017, mas não se encaixa nas delimitações da pesquisa como jovem, ainda que tenha vivenciado uma trajetória comum à dos demais aqui

referenciados. Sua voz se delineia na possibilidade de considerar as trocas e interações entre os associados como uma fonte de aprendizagem que, assim como os cursos e capacitações, colaboram para o processo formativo desses sujeitos. Atualmente, ele cursa engenharia florestal na Universidade Federal de Sergipe e estagia na Biofábrica de mudas do Parque Tecnológico de Sergipe – SergipeTec.

### 1.5 Tratamento de dados

A interpretação dos dados teve início ainda no decorrer do trabalho de campo, mediante anotações sobre aspectos identificados nas observações e pelo exame das informações cedidas pelos informantes nas entrevistas. Nesse processo, foi necessário, ainda, desenvolver uma análise documental que buscou identificar e caracterizar Programas e Projetos citados pelos informantes e que interessam enquanto dados na referida investigação por se delinearem, em alguns casos não intencionalmente, no projeto pedagógico da Associação:

**Figura 12.** Estrutura da análise documental



**Fonte:** Elaborado pela pesquisadora.

Para Yin (2001), a análise de dados em uma pesquisa nesse formato consiste no exame, categorização, classificação ou mesmo na recombinação das evidências, tendo como fundamento a tese inicial. Desse modo, o movimento de ir e vir no próprio contexto da pesquisa para, seguindo itinerários de ação no campo, considerar etnograficamente as ambiguidades do contexto e sentidos atribuídos pelos sujeitos à realidade vivenciada enquanto jovem rural, tiveram como aporte as proposições teóricas que deram origem ao estudo e se delineou,

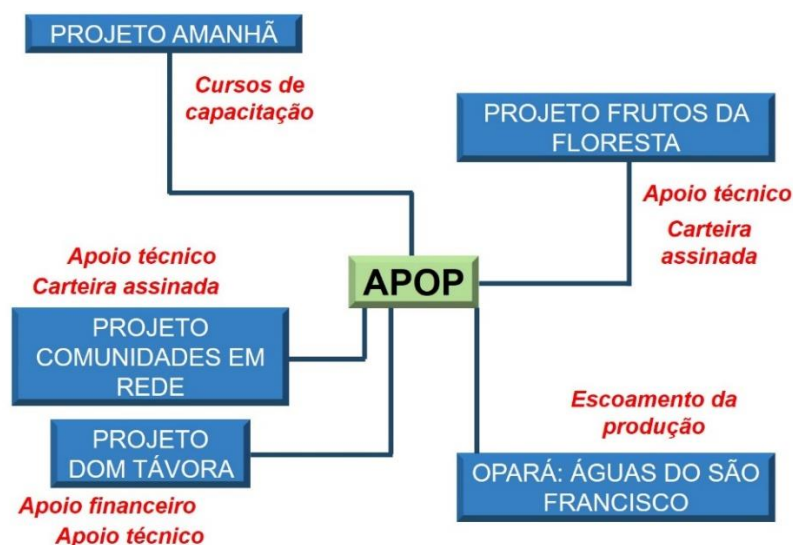
basicamente, pelo uso de três ferramentas de coleta: observação, entrevistas em profundidade e análise documental.

Ferramentas adicionais como notas de campo, fotografias, conversas informais e gravações de áudio também serviram de fundamento para reunir registros de diferentes naturezas. A triangulação metodológica dos dados se inscreve aqui na possibilidade de mergulhar no pensamento dos sujeitos quanto ao problema da referida investigação, bem como analisar as contradições e/ou dar validade às informações obtidas em uma etapa anterior do estudo, ou por uma outra fonte.

Para tanto, Miles e Huberman (1994) sugerem a adoção de algumas etapas: redução, que consiste em um processo de análise em que o pesquisador descarta as informações desnecessárias e define esquemas de codificação, tendo como fundamento as perguntas de pesquisa que guiaram o estudo; a apresentação dos dados, de modo que seja possível relacioná-los; e, por fim, a verificação dos resultados e conclusões.

Dessa maneira, a análise se delineia na contextualização de ambientes de aprendizagem que fundamentaram as experiências mobilizadoras do trabalho coletivo dos jovens mediante o cruzamento de informações e identificação de categorias, ou temas, que descrevem os fenômenos da educação e da aprendizagem social. E ainda, na compreensão do sujeito diante do conhecimento e da aprendizagem estabelecida – individual (motivações), coletivamente (construção de redes de aprendizagem, troca de experiências) e à nível organizacional (parcerias) – na dialogicidade da ação educativa (FREIRE, 1987).

**Figura 13.** Parcerias diretas e indiretas



**Fonte:** Elaborado pela autora.

Nessa perspectiva, a Figura 13 destaca os projetos citados pelos associados que, direta ou indiretamente, contribuíram para a manutenção da Associação por terem possibilitado processos de formação mediante a capacitação dos jovens em cursos específicos, bem como a garantia de um retorno financeiro pelo contrato de trabalho com carteira assinada e/ou contrato de compra, auxiliando no escoamento da produção.

## JUVENTUDE RURAL, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE



Imagem: Camila Bomfim de Gois, 2018.

## 2 Juventude rural, meio ambiente e sustentabilidade

### 2.1 Juventudes, Jovem Rural

É possível identificar quais são os limites ou eventos que acompanham a construção da noção, ou ainda da condição “jovem”? E, no referente à consolidação de um conceito, desmistificar a compreensão de que a sua fundamentação é determinada por referentes biológicos? A esse respeito, Camarano (2006) enfatizam a dificuldade teórica em estabelecer um consenso sobre o que se configura ser jovem, em virtude sobretudo da inexistência de eventos fixos ao ingresso e saída a parcela da população a que se convencionou chamar de jovem.

Acentuando, por vezes, a construção do conceito como uma ferramenta operativa à consolidação de interesses políticos, econômicos e sociais. Esse caráter arbitrário emerge nas reflexões de Bourdieu (2003) enquanto fundamento de uma categoria que o autor designa ser socialmente manipulada e manipulável. Isso se dá, por exemplo, no “[...] fato de se falar dos jovens como de uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e de se referir esses interesses a uma idade definida biologicamente” (2003, p.153).

Para o autor, dissociar a compreensão do fenômeno da juventude da dinâmica social particular – condições de vida, mercado de trabalho, orçamento do tempo, etc. – vivenciada pelos “jovens” contribui para simplificação do fenômeno. Ele defende a existência de juventudes situadas em universos de aspirações, possibilidades e resistência. Mais que uma unidade imposta por uma classificação etária, o autor analisa que a juventude deve ser entendida na diversidade das relações entre gênero, geração e classe. Daí a necessidade em se falar de juventudes, no plural.

Pais (2003) vai ao encontro de tal raciocínio ao analisar que a juventude pode ser considerada tanto em seu caráter homogêneo, se comparada a outras gerações; como por sua heterogeneidade, ao se evidenciar os atributos sociais que diferenciam os jovens uns dos outros. Já Charlot (2006, p.2) analisa que a dificuldade em conceituar a juventude se estabelece justamente nessa oscilação entre o uso do plural e do singular, assim como pela determinação do movimento de continuidade e de ruptura “[...] pelo qual o objeto (a juventude) inelutavelmente passa a ser o seu contrário (a maturidade)”.

Para além da substantivação e adjetivação (juventude rural, jovens agricultores, jovem camponês, jovem trabalhador rural, jovem do interior, dentre outros) que permeiam definições genéricas e associam essa categoria a problemas e expectativas, Castro (2005) analisa haver três movimentos/momentos em que se desenham a categoria juventude, a saber: a que tem como fundamento elementos físicos/psicológicos, como faixa etária, mudanças físico-biológicas e/ou comportamentais; a definição substancializada/adjetivada da categoria; e a crítica a esses recortes e busca de outros vieses.

Ao desenvolver um mapeamento das produções científicas sobre a juventude rural brasileira, no período de 1990 a 2004, Weisheimer (2005), identificou cinco abordagens utilizadas nas definições relacionadas à juventude: faixa etária, transição ou ciclo de vida; geração; cultura ou modo de vida; e representação social. Tal qual analisado por Bourdieu (2003), ele analisa que como qualquer outra forma de classificação, as fronteiras da juventude são socialmente construídas e os jovens rurais é um dos recortes das múltiplas juventudes existentes. Tomando como base essa complexidade, vamos tratar de cada uma das abordagens identificadas pelo autor:

#### 1) Juventude como faixa etária

Nessa abordagem, a juventude é delineada por uma fronteira etária para o estabelecimento preciso de um público alvo, não utilizando diferenças biológicas e sociais como critérios para a delimitação.

A Organização das Nações Unidas (ONU) faz uso da faixa etária de 15 a 24 anos de idade quando em referência a população jovem mundial, mas reconhece que se trata de um termo variável em todo o mundo e que a sua definição sofre influência de circunstâncias políticas, econômicas e socioculturais (ONU, 1996). A Organização Mundial de Saúde (OMS) também delineia a juventude como faixa etária (15-24). Em se tratando de jovens rurais, Abramovay *et al.* (1998) destacam em suas discussões que a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), uma das cinco comissões regionais da ONU, amplia essa faixa até os 29 anos.



## 2) A juventude como período de transição ou ciclo de vida

Aqui, há o entendimento de que a juventude é uma fase da vida humana, um período de transição para a vida adulta fazendo surgir novas atribuições, como, por exemplo, o início da vida profissional, ou a saída da casa paterna (CARNEIRO, 1998):

A juventude corresponde a um momento no ciclo da vida, caracterizado como um período de transição entre a infância e a idade adulta. Culturalmente determinada, a demarcação desta etapa da vida é sempre imprecisa, sendo referida ao fim dos estudos, ao início da vida profissional, à saída da casa paterna ou à constituição de uma nova família ou, ainda, simplesmente a uma faixa etária (WANDERLEY, 2007, p.22).

A título de exemplificação, Abramovay *et al.* (1998) observaram que as fronteiras da juventude, no universo de atores que fizeram parte de sua pesquisa, se estabeleceu pelo fator “dependência com o lar dos pais”, indo de uma faixa etária de 13 anos de idade, para as moças, 14, para os rapazes, a pouco mais de 30 anos, para ambos os sexos. O que se enfatiza, nessa classificação, são circunstâncias socioculturais, e não biológica. Do mesmo modo que o ingresso no mundo do trabalho é visto como um elemento central na transição por possibilitar relativa autonomia aos jovens perante a família.

A não correspondência dos limites etários da categoria juventude entre as moças e os rapazes determina uma dinâmica de relação e de poder enfatizada nas discussões de Bourdieu – “[...] as classificações por idade (mas também por sexo ou, evidentemente, por classe...) equivalem sempre a impor limites e a produzir uma ordem à qual cada um se deve ater, na qual cada um deve manter-se no seu lugar” (2003, p. 152) – que pode ser observada na formatação dos comportamentos dos “jovens” dentro dos contextos familiares de que fazem parte, o que nos leva a terceira abordagem.

## 3) Juventude como geração

O conceito de geração faz referência às similaridades sociais de uma geração ou grupos de idades afins em relação à outra. A abordagem geracional apresenta-nos, pois, questões relativas à transmissão e à adaptação da herança cultural que se desenvolvem, muitas vezes,

permeadas por conflitos, interesses diferentes e forte relação de poder (WEISHEIMER, 2005; BOURDIEU, 2003).

Castro *et al.* (2009) observaram que no cotidiano dos jovens com os quais desenvolveram a pesquisa havia uma contradição no que se dinamizava como juventude, dado o fato de que ao mesmo tempo em que emergiam como uma categoria subalterna, deslegitimada nos espaços de organização coletiva, os jovens eram associados à renovação e ao futuro, uma categoria-chave na reprodução da agricultura familiar. O primeiro entendimento está associado à classificação etária, já aqui assinalada, que em convergência com fatores psicológicos e sociais seria responsável pela predisposição desses atores, enquanto categoria social, à reprodução de padrões comportamentais em virtude da inexperiência, tornando-os pouco confiáveis nos processos decisórios.

Ao problematizarem a construção de um ator político nos movimentos sociais, as autoras caracterizaram a juventude a partir do corte geracional trazendo à tona, num espaço de relações que envolve tanto processos físicos e biológicos quanto processos históricos e sociais mais abrangentes, percepções e identificações diversas associadas, sobretudo, à problemática da renovação dos movimentos. A “renovação” diz respeito à sobrevivência, à continuidade dos movimentos sociais e implica dinâmicas de relacionamentos ora marcadas pela resistência dos mais velhos (homens) em relação à participação dos jovens em posições de direção, ora pela socialização no seio familiar de uma realidade de militância e engajamento (CASTRO *et al.*, 2009).

As autoras observaram que a organização da juventude em torno de redes sociais, com a consolidação de Coletivos Nacionais, e no contexto dos movimentos sociais fez emergir uma geração de militantes com características próprias e novas demandas em torno, sobretudo, de questões sobre o desenvolvimento rural (acesso à terra, modelo de desenvolvimento, dentre outros).

Assim como nas análises de Castro *et al.* (2009), a inquietação em torno da participação efetiva nos espaços de negociação por aqueles que se identificam como jovens, é ressaltada também nos estudos de Stropasolas (2006). O autor entende que as limitações e/ou a ampliação da participação de expectativas e demandas desses atores sociais são estabelecidas, de maneira favorável ou não, “[...] nos espaços representados pelos padrões culturais, nas políticas institucionais ou privadas, no mercado de trabalho, no processo de busca dos direitos de cidadania e de inclusão social” (STROPASOLAS, 2006, p.147).

Trata-se de um percurso que o autor defende ser construído nos embates travados cotidianamente nas relações sociais vivenciadas por esses atores em virtude de normas que impõem e reorganizam atitudes em relação a herança cultural e social deles (STROPASOLAS, 2006). A essa dimensão simbólica e de produção social, Stropasolas (2006) relaciona a possibilidade de uma construção dialética da categoria juventude, mais especificamente juventude rural, indicando a heterogeneidade relativa ao conceito.

Os estudos dos autores acima citados nos permitem elencar, tal qual analisado por Weisheimer (2005), dois aspectos relativos a abordagem geracional da juventude: a primeira relacionada aos potenciais conflitos entre as gerações, ou ainda entre os jovens e a ordem social estabelecida e, a segunda, a relacionada ao potencial de mudança investido nesses sujeitos em virtude, dentre outros, de sua capacidade criadora e inventiva.

#### 4) Juventude como cultura ou modo de vida

A juventude se define aqui por critérios culturais, dando destaque a uma cultura jovem e à importância de espaços de sociabilidade juvenis na constituição de suas identidades (WEISHEIMER, 2005).

Em que pese a diversidade de atributos comuns a essa categoria, observa-se que a essência relativa ao entendimento da noção juventude se fundamenta nas experiências vivenciadas por esse grupo social em determinado tempo e espaço mediante dinamização de processos socioculturais que se conjugam em determinada realidade e que orientam formas de agir. Wanderley (2007) nos permite reforçar tal compreensão quando salienta a necessidade de se ater, no trato com questões referentes a juventude rural, a uma dupla dinâmica social: a dinâmica espacial, está relacionada a três espaços em particular – a casa (a família), a vizinhança (a comunidade local), e a cidade (o mundo urbano-industrial) – que se entrelaçam formando um conjunto de interesses e valores que dão fundamento as relações vivenciadas pelos jovens rurais; e a dinâmica temporal, expressa no

passado das tradições familiares – que inspira as práticas e as estratégias do presente e do encaminhamento do futuro; o presente da vida cotidiana – centrado na educação, no trabalho e na sociabilidade local e o futuro, que se expressa, especialmente, através das escolhas profissionais, das estratégias matrimoniais e de constituição patrimonial, das práticas de herança e sucessão

e das estratégias de migração temporária ou definitiva (WANDERLEY, 2007, p.23).

O fundamento central dessa abordagem é a diluição das fronteiras materiais e simbólicas. Para Carneiro (1998) isso se dá em virtude das transformações oriundas dos processos econômicos que faz com que os jovens rurais se espelhem na cultura urbana quando na construção de seus projetos de vida pela falta de perspectivas para os que vivem da agricultura. Os meios de comunicação promovem aqui a disseminação de uma cultura urbana, fazendo com que os jovens acreditem na facilidade de acesso aos recursos valorizados por eles, como estudo e trabalho.

##### 5) Juventude como representação social e auto-representação.

Nessa abordagem, o termo juventude diz respeito à um conjunto de relações sociais específicas, empreendidas por pessoas classificadas como jovens em um dado contexto sociocultural. Daí que os critérios que definem quem é e quem não é jovem são móveis e transitórios, do mesmo modo que apontam para uma condição juvenil ao passo que se liga a influências históricas e sociais. As formas de ser, nessa abordagem, são muito diversas referindo-nos a modos de vida específicos, significados compartilhados (ou não), marcas de pertença que variam conforme o local em que vivem, se urbano ou rural, a classe social, o gênero, o país, dentre outros (WEISHEIMER, 2005; PAIS, 2003).

Considerando a complexidade em torno das noções e as relações que se estabelecem entre as abordagens, entendemos que qualquer escolha em particular poderia fragmentar, reduzir uma compreensão maior, considerando a diversidade de situações socioculturais. Assim, o conceito de juventude que tomamos como referência nesse estudo se escreve e se inscreve no plural de suas vivências que nos permitem abarcar as diferenças e desigualdades que atravessam essa condição, de um lado, fundamentada pelo caráter universal determinado pela faixa etária, e do outro, pelas especificidades associadas às influências socioculturais e históricas. De modo que, ao abordarmos as questões relacionadas aos jovens rurais percebemos que a juventude rural com a qual será construída essa investigação corresponde à uma parcela do diverso e complexo todo que compreende as juventudes.

Alguns autores que desenvolvem estudos em torno dessa categoria (CASTRO, 2005; ABRAMOVAY *et al.*, 1998; WEISHEIMER, 2005; CARNEIRO, 1998; WARDERLEY, 2013) nos remetem uma série de construções sociais que, por vezes, apontam para um segmento social submisso, imerso em um contexto marcado por difíceis condições econômicas e sociais. São temas recorrentes nesses estudos: a desvalorização da vida no campo, ou ainda a percepção negativa dos jovens em relação às atividades agrícolas enquanto aspectos que fazem esses sujeitos migrarem para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida e de trabalho; a invisibilidade social das juventudes rurais; sucessão rural; o processo de masculinização do campo; a diluição das fronteiras entre o rural e o urbano, dentre outros.

Para além da reduzida e desvalorizada compreensão sociocultural do rural e interpretações, por vezes, pejorativas dos sujeitos que nele estão inseridos, buscaremos ao longo desse trabalho dar voz a esses sujeitos tão dinâmicos e contraditórios quanto os seus contextos. Para Wanderley (2001), o rural se delineia enquanto um espaço físico diferenciado, do mesmo modo que consiste em um lugar de vida, isto é, lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência “identitária”) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção na sociedade nacional).

A autora reforça o grande potencial econômico, cultural e patrimonial desses espaços, mas sobretudo, o potencial social na (re)construção do espaço rural, na (re)definição de trajetórias, na resolução de respostas à agricultura moderna, na consolidação de redes quando na busca pelo desenvolvimento econômico, social e cultural, bem como de projetos emancipatórios de transformação social, de valores e ambiental.

## 2.2 Sobre a (in)visibilidade social das juventudes rurais

O debate em torno da categoria juventude rural se torna essencial na medida em que a invisibilidade que a caracteriza – consciente ou inconscientemente – influencia a existência de cenários de segregação social, econômica, cultural, ambiental, educacional e política. Quando se ignora determinado grupo social (seja de mulheres, negros, jovens, dentre outros), suas vozes tendem a não serem consideradas; e se tratando de uma, constantemente substantivada, como a de juventude rural, permeada por definições genéricas, exclui-se a possibilidade de uma visão mais acurada das variações na autopercepção desses sujeitos que são múltiplos nos processos de interação social e diferentes contextos nos quais estão imersos (CASTRO, 2009).

A migração dos jovens do meio rural para as cidades é uma temática recorrente nos estudos que tratam sobre as juventudes rurais. É indiscutível que esse processo de migração possui determinantes e condicionantes sociais que afetam outras categorias, mas as relações sociais – familiares, de classe, de poder etc. – vivenciadas pelos jovens rurais inviabiliza, por vezes, o rompimento de sua própria condição de excluído. A literatura indica que isso decorre do fato de que, paradoxalmente, existe um olhar, uma leitura sobre as juventudes que as condiciona ao papel de aprendizes, de sujeitos que precisam ser preparados para a vida adulta, regulados (CASTRO, 2009; WEISHEIMER, 2005).

Com isso, existe o risco de exclusão, preconceitos, de deslegitimação social da atuação daqueles identificados como jovens em espaços participativos criados por uma determinada comunidade, e em um contexto sociocultural específico. Para Weisheimer, “[...] essas duas dimensões, invisibilidade e migração, parecem fortalecer-se mutuamente, criando um círculo vicioso em que a falta de perspectivas tira dos jovens o direito de sonhar com um futuro promissor no meio rural” (2005, p.8). Esta análise diz respeito, também, as relações políticas que caracterizam a prática social desses sujeitos, que envolvem relações de poder e hierarquias – tanto nos círculos familiares como na sociedade.

Estamos fazendo referência à uma categoria social imersa em um contexto historicamente marcado por adversidades, que vive a experiência do meio rural (CASTRO, 2009) em condições de trabalho, moradia e formação subjetivas e plurais. Daí que a imagem do jovem desinteressado pelo meio rural deve ceder lugar à uma realidade em que os jovens são, via de regra, excluídos da gestão de seus próprios interesses; jovens que anseiam por uma educação de qualidade, condições favoráveis de emprego, renda e lazer que, muitas vezes, não encontram no meio rural.

A saída ou a escolha em permanecer no meio rural envolve, portanto, um grande investimento social, cultural, material e de relações de poder e de interesses, uma vez que: 1) pode significar “[...] não o caminho para a realização dos sonhos, mas o meio para escapar, de alguma forma, das restrições da vida local” (WANDERLEY, 2007); 2) diz respeito também a desvalorização social e estigmas associados aqueles que vivem no meio rural (CASTRO, 2009); 3) se estabelece na interação entre universos culturais distintos (o rural e o urbano) que dá margem para que os jovens busquem ocupações fora da agricultura, no próprio local de origem ou nas cidades (SANTOS, 2009; MENEZES, 2012; WANDERLEY, 2007; CARNEIRO, 1998a); 4) está relacionada aos padrões de herança e sucessão familiar (CARNEIRO, 1998a).

No contexto da agricultura familiar, tais elementos se inserem em um amplo processo

de transformação sociopolítica do rural, associado à expansão tecnológica do capital no campo e que remete ao entendimento de múltiplas ruralidades, numa lógica em que o rural não se estabelece necessariamente em contraste aos padrões de produção e de vida urbano (CARNEIRO, 1998b). Inclusive, sugere a consolidação de um padrão em que o ir e vir (diário, semanal etc.) é parte intrínseca do cotidiano vivenciado pelos jovens que moram nas áreas rurais, enquanto resultado de demandas sociais – educação, saúde, transporte, lazer, trabalho, renda – também, não agrícolas:

Mudanças de hábitos, costumes, e mesmo de percepção de mundo, ocorrem de maneira irregular, com graus e conteúdos diversificado, segundo os interesses e a posição social dos atores, mas isso não implica uma ruptura decisiva no tempo nem no conjunto do sistema social (CARNEIRO, 1998b, p.58).

A autora chama a atenção para a existência de formações e experiências diversas no rural, como a pluriatividade, que se constroem a partir das trocas entre o rural e o urbano, mas que não significa a descaracterização do primeiro. Este contexto requer o reconhecimento das mudanças que estão em curso, das estratégias de sobrevivência engendradas pelos sujeitos residentes nas zonas rurais e, sobretudo, quem são esses sujeitos (Quais de mim você faz referência?).

De modo que, a reconceitualização sociopolítica do rural assume diversas formas, onde são redefinidos papéis sociais fornecidos pela família e pelo ambiente, bem como projetos sociais – sob novos contextos e diferentes linguagens, como forma de legitimar identidades e reivindicações de uma categoria invisível. Insere-se aqui, o direito à promoção de formas coletivas de organização para o trabalho, de redes de cooperação solidária e livre associação entre os jovens.

Weisheimer (2009) analisa que o acesso ao direito e o reconhecimento dos jovens rurais como sujeitos de direito – como forma de reforçar o combate à invisibilidade social das juventudes – perpassa pela compreensão de que se trata de uma categoria heterogênea, com princípios de sociabilidade igualmente plurais; pela mobilização e organização dos jovens, a partir da inserção desses sujeitos, por exemplo, em sindicatos e movimentos sociais; tanto mais, pela abertura de espaços por parte daqueles que detém o poder (políticos ou acadêmicos) para que as vozes e demandas específicas das juventudes (jovens andarilhos, camponeses, militantes, quilombolas, assentados, indígenas, extrativistas, dentre outros) sejam consideradas.

As políticas públicas e os programas voltados para à juventude (educação/trabalho/crédito) emergem como expressões da recente visibilidade adquirida pelos jovens. A criação do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), no ano de 2005, pode ser analisada aqui como uma demonstração do reconhecimento social da categoria e da necessidade de consolidar espaços de participação, legitimar demandas específicas e dar aos jovens uma condição social mais justa por meio da formulação de diretrizes que visem políticas públicas. O Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (Projovem), articulado transversalmente aos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Educação e do Trabalho e Emprego, parece constituir, junto à população entre 15-29 anos, a viabilização desta perspectiva.

O Programa supracitado foi instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, tendo como eixos estratégicos: a elevação da escolaridade, a qualificação profissional e a participação cidadã de jovens de 15 a 24 anos, com escolaridade superior à 4ª série, mas que não concluíram as oito séries do ensino fundamental e que não possuam vínculo empregatício.

Conforme documento base que apresenta a proposta do Programa, o Projovem é “[...] voltado especificamente para o segmento juvenil mais vulnerável e menos contemplado por políticas públicas vigentes” (Presidência da República, 2005). Sugerindo assim, um foco de atenção voltado aos jovens de camadas populares. Em 2008, foi ampliado o limite de idade para 29 anos, além de ser desconsiderado o vínculo empregatício.

Atualmente, o Projovem (Lei nº 11.692/2008) compõe-se por quatro modalidades: Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo; Projovem Urbano; Projovem Campo, que reorganiza o Programa Saberes da Terra e Projovem Trabalhador. O Projovem Campo objetiva oferecer, no período de vinte e quatro meses, a elevação da escolaridade e a qualificação e formação profissional de jovens agricultores familiares, com idade de 18 a 29 anos, em uma organização metodológica alternante entre tempo escola e tempo comunidade.

Para Castro (2016), as institucionalidades criadas no período de 2005-2015, dentre as quais o CONJUVE e o Projovem, abriram possibilidade para que a identidade política juventude se consolidasse nas agendas governamentais; ao passo que garantiu um novo status à categoria, a de ator político, permitindo a emergência de novos atores e o reconhecimento da diversidade de suas expressões – juventudes do campo, das águas, da floresta.

Por outro lado, a autora avalia que isso não se traduziu em políticas perenes para essas juventudes. Vale salientar aqui que somente na Constituição Federal de 1988 é que a educação



se estabelece enquanto um direito público subjetivo – “[...] a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Artigo 205, CF) – abrindo prerrogativa às populações rurais de gozarem de uma dimensão legítima ao desenvolvimento humano e à inserção participativa na comunidade.

Dentro da abrangente temática sobre “direitos sociais”, a Constituição significou o reconhecimento das juventudes no Estado democrático de direito, ao passo que confere à categoria, em seu Artigo 227, direitos sociais e políticos ao estabelecer o Estatuto da Juventude e o Plano Nacional da Juventude. O Estatuto da Juventude, sancionado pela Lei 12.852 de 05 de agosto de 2013, faz menção à categoria jovem do campo ao estabelecer, em seu Artigo 22, que é de responsabilidade do poder público “[...] assegurar ao jovem do campo o direito à produção e à fruição cultural e aos equipamentos públicos que valorizem a cultura camponesa”; outro artigo se refere à necessidade de incentivar a participação dos jovens em projetos de geração de trabalho e renda que visem ao desenvolvimento sustentável.

Ao que Castro (2016) analisa estar associado aos avanços do debate acadêmico e da organização da própria juventude na busca pela garantia de leis e direitos já instituídos e de outros direitos e causas sociais que abrangem sexo, meio ambiente, direito humanos, e outros temas. Nesse processo organizativo, emergem tantos outros desafios, tensões e alianças entre classes, regiões, gerações e outras dinâmicas sociais que põem em xeque a representação política das juventudes em diferentes espaços de atuação.

Para Rua (1998), as demandas das juventudes costumam a se concretizarem como problemas políticos que exigem respostas, dentre outros fatores, pela falta de organização coletiva e fortalecimento social da categoria, uma vez que, relacionada à uma determinada população, as juventudes representam identidades sociais e políticas que vivenciam, direta ou indiretamente, as disputas em curso na sociedade – são, pois, atores estratégicos para o desenvolvimento do país. Daí a necessidade de vincular os direitos das juventudes às conquistas históricas consolidadas por aqueles que são hoje adultos.

Os conselhos, já aqui assinalados, se inscrevem assim como canal democrático para o exercício social e político e protagonismo das múltiplas juventudes, uma vez que, ainda que se caracterizem por seu caráter consultivo, permitem, em tese, o diálogo geracional, o reconhecimento da diversidade e amplia as possibilidades de participação dos jovens. Isso é importante considerar, sobretudo na perspectiva de explorar o sentido dado à referida categoria,

na qual o Estado, organizações e movimentos sociais passam a considerar como público-alvo na consolidação de ações e políticas públicas.

Conforme a Política Nacional da Juventude (2006), a dimensão participativa é uma característica indispensável ao exercício e garantia dos direitos das juventudes. Ao longo do documento, o termo participação tem um caráter de inclusão e vivência política. Alerta-se que o primeiro aspecto pode potencializar a participação das juventudes como um dever e não como um direito quando a inclusão vem atrelada, por exemplo, ao recebimento de bolsas, reforçando a obrigatoriedade da participação.

Já a vivência política, ao invés de inverter a lógica democrática que fundamenta o exercício da cidadania, possibilita tornar mais produtiva a convivência entre grupos e setores, como forma de intercambiar ideias no planejamento de ações, sobretudo, no que se refere aos dilemas vivenciados pelas juventudes. Esta abordagem de participação denota um aumento do interesse público pela temática das juventudes e pelas suas vozes.

Em se tratando de juventudes rurais, não há como desvincular os desafios e demandas desses sujeitos às particularidades do meio rural no qual elas se manifestam. De modo que, falar sobre os jovens rurais, sejam os jovens agricultores, ribeirinhos, quilombolas, andarilhos, camponeses, dentre outros, é inevitável dar visibilidade a uma série de questões sociais geralmente associadas a esses sujeitos, dentre as quais o êxodo e a sucessão rural; o que delineia a existência de um debate mais amplo e que perpassa pela formulação de políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável, fomento da agricultura familiar e reforma agrária (BARCELLOS, 2015; CASTRO, 2009).

Nesse contexto, é possível destacar alguns programas que se enquadram no conjunto de políticas e ações para o desenvolvimento rural brasileiro e para as juventudes rurais:

- ✓ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Conforme Manual de Crédito Rural, Capítulo 10 (MCR 10, 2011), trata-se, basicamente, de uma linha de financiamento destinada ao apoio econômico e produtivo à agricultura familiar. Em uma de suas linhas de financiamento, Pronaf Jovem, jovens entre 16 a 29 anos, integrantes de unidades familiares da agricultura familiar, podem requerer crédito para a estruturação de um projeto individual ou coletivo para geração de renda, desde que atendam alguns requisitos, dentre os quais, terem concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância, ou escolas técnicas agrícolas de nível médio,

dentre outros.

- ✓ Nossa Primeira Terra (NPT). Trata-se de uma linha de crédito especial, dentro do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), para jovens rurais, com idade entre 18 a 29 anos, filhos de agricultores rurais e/ou egressos de escolas agrotécnicas, que desejem adquirir uma propriedade rural e, desta forma, executarem seus projetos de vida sem ter que migrarem para as cidades grandes.

As ações articulam-se, nesse sentido, envoltas por questões relacionadas ao precário acesso aos meios de produção, como terra, máquinas e equipamentos, e de comercialização, como uma forma de garantir oportunidades para aqueles jovens que desejem viver no meio rural com mais dignidade, sob o enfoque da educação e do trabalho; e na contramão do processo histórico de invisibilidade, exclusão e pobreza da população rural brasileira, nesse caso específico, das juventudes rurais.

É essa a perspectiva delineada nos documentos oficiais do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que informam sobre os referidos programas e que nos permite avaliar que a construção e implementação de políticas sociais destinadas aos jovens rurais, ou a ausência de tais políticas, diz respeito à importância que a situação das juventudes assume nesses contextos.

Castro (2016) avalia que as juventudes rurais vêm progressivamente sendo incluída nas agendas políticas e em arcabouços legais, em especial a partir de 2003, ainda que com visíveis limitações institucionais. Para a autora, os indicadores das políticas de acesso à terra e crédito fundiário pelos segmentos juvenis demonstram uma possível fragilidade das políticas públicas. Atestando, assim, a necessidade de envidar esforços para que as juventudes sigam sendo uma agenda prioritária, sobretudo ante o cenário de desmonte observado no país que envolve a expansão indiscriminada do agronegócio, da concentração fundiária e da exploração socioambiental:

O reconhecimento político e social das populações rurais, indígenas e dos povos e comunidades tradicionais, e da juventude, pode ser uma importante articulação de resistência a estes retrocessos para as políticas e ações voltadas para a agricultura familiar, camponesa, dos povos e comunidade tradicionais e indígenas. O fortalecimento identitário e os espaços formais de participação social no governo federal podem ter promovido um caldo organizativo de difícil dissolução, mesmo por atos arbitrários e autoritários como os que já estamos experimentando no país (CASTRO, 2016, p.119).

As juventudes emergem, assim, enquanto categoria-chave na luta política pelo direito a terra, demarcação de terras indígenas, dentre outras demandas associadas à condição de ser jovem no meio rural e apropriadas ao contexto de vida desses sujeitos, cujo reconhecimento político e social permite a visibilização do jovem camponês, quilombola, ribeirinho, negro, estudante, gay, como sujeitos de direitos, atores sociais capazes de transformar a própria realidade em ferramenta de estratégia política.

À título de exemplificação, durante o desenvolvimento da 2ª Conferência Nacional de Juventude, realizada no ano de 2011, jovens de diferentes segmentos trouxeram como pauta demandas relativas à necessidade de acesso à terra, de valorização de práticas agroecológicas alternativas, enfrentamento da crise ambiental, fortalecimento da educação do campo e no campo, efetivação de outros direitos como geração de renda agrícola e não agrícola, trabalho, qualificação profissional, esporte, lazer, internet e outros, que emergiram nos diferentes espaços de discussão, em torno da pluralidade e representatividade das vozes presentes e de uma demanda comum de participação social e política na garantia de direitos para as juventudes.

Tais inquietações e demandas ainda são atuais e delineiam diferentes formas de organizações e relações entre os jovens na busca pela transformação da realidade. Os arranjos organizacionais se manifestam em formas e espaços diversificados, sejam elas associações, grêmios estudantis, cooperativas, sindicatos, partidos políticos, dentre outros, abarcando motivações igualmente diversas e redefinindo papéis sociais.

### 2.3 (Inter) ações da juventude no contexto socioambiental

Apesar da temática do meio ambiente ter ganhado espaço nas agendas sociais, sobretudo pelos dados alarmantes de pesquisas que apontam para um futuro incerto, com tendências negativas, os rumos atuais dos processos de desenvolvimento manifestam ainda a necessidade de expandir as reflexões de modo a orientar escolhas e estratégias de ação em torno das questões ambientais. A consolidação de tais ações, todavia, como tratado no capítulo anterior, envolvem mudanças culturais: é preciso gerar novas dinâmicas, diálogos, compartilhar informações, valores, experiências, saberes, responsabilidades, de modo a (re)construir a realidade socioambiental.

A realidade atual exige, portanto, uma reflexão cada vez menos linear, de caráter inclusivo e democrático, que envolvam em diálogo e compartilhamento, pesquisadores, grupos

ambientalistas, organizações sociais, comunidades tradicionais, sujeitos autores-atores que inseridos em realidades socioambientais específicas e interesses comuns podem contribuir para a desnaturalização das práticas hegemônicas e ampliar as possibilidades individuais e coletivas face à reapropriação da natureza.

O fortalecimento dos processos de aprendizagem social enquanto processos que se desenvolvem em cada interação educativa entre os sujeitos e grupos sociais, em cada articulação social que se mobiliza, uma aprendizagem fundada na reflexão e observação intencional das relações socioambientais empreendidas por eles, permitem: busca de uma linguagem comum; aprendam uns com os outros, reconhecendo as experiências, os conhecimentos, as ferramentas compartilhadas; as mudanças na compreensão dos problemas (WENGER, 2011; GLASSER, 2009).

Envolver as juventudes rurais nesse contexto significa transitar por diferentes campos sociais, econômicos e culturais de um segmento social marginalizado, mas com grande potencial de atuação e transformação socioambiental; é fazer dialogar, face aos conflitos que afetam diretamente a sua qualidade de vida, valores, subjetivos e sociais, percepções e preocupações.

Um exemplo é o relatório de pesquisa “Juventudes Sergipanas: como são eles, como vivem, o que pensam”, realizado no período de 2005-2006 por Bernard Charlot (2006) e recomendada pela UNESCO – Brasil. Entre os problemas citados pelos jovens (15-29 anos) como os mais graves do Brasil estão: o desemprego (19,4%) e a pobreza (14,9%), seguido da fome (8,5%), violência (7,7%), corrupção (6,2%), desigualdade social (5,7%), a poluição aparece como a primeira questão menos listada ficando apenas com (0,6%).

Obviamente isso não quer dizer que a questão ambiental não consta na lista das maiores preocupações desses sujeitos, afinal reconhece-se a intrincada trama de inter-relações tecidas pelos determinantes da qualidade de vida<sup>12</sup>, bem como as dimensões socioambientais, econômicas, políticas e culturais que permeiam esses fatores. Mas será que esse é um entendimento compartilhado com os jovens que foram entrevistados? Será que a compreensão de meio ambiente desses sujeitos leva em conta não somente os aspectos naturais e físicos, mas também as relações sociais, culturais, tecnológicas e históricas, tal qual defendido por Reigota (2004) na construção do conceito, de modo que eles percebam as relações de proximidade física dentre os aspectos elencados?

---

<sup>12</sup> Ver nota 4 sobre qualidade de vida.

Mais uma vez, a educação e a aprendizagem ao longo da vida emergem aqui como essenciais à reintegração de diferentes campos de saberes no reconhecimento de conflitos originários de questões ambientais e, aliado a isso, no fortalecimento de valores coletivos que potencializem a instauração de coletivos engajados mediante o diálogo na identificação de problemas socioambientais, consolidação de compromissos coletivos e de práticas de cidadania orientadas para a sustentabilidade (JACOBI *et al.* 2009).

Referindo à educação, o capítulo 36 da Agenda 21 propõe o fortalecimento de atitudes, valores e ações orientadas para o desenvolvimento e que sejam ambientalmente saudáveis por meio da promoção do ensino, da conscientização e do treinamento, enquanto que no capítulo 25 do mesmo documento a ênfase se dá na necessidade de inserir a juventude nos processos de tomada de decisões sobre o meio ambiente e o desenvolvimento.

Identificada como uma das forças para promover o desenvolvimento sustentável, a proposta da Agenda 21 aparece implementada no guia intitulado “Jovens rumo à mudança – kit de formação para o consumo sustentável”. Publicado no ano de 2002 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP), em parceria com algumas organizações não governamentais (ONGs), o guia se dirige aos jovens por ser tratar de um grupo que exerce grande influência nos mercados, e se estrutura por informações que buscam mostrar a eles estratégias e opções de consumo que façam referência a um estilo de vida sustentável (UNESCO-PNUMA, 2002).

Interessa, então, perceber, para além de qualquer proposta homogeneizante, quais são os fatores que podem explicar melhor os diferentes desempenhos das juventudes que digam respeito as formas de representação e dinamização de iniciativas participativas capazes de mobilizar vontades individuais e coletivas em torno da identificação, reflexão, construção de alternativas face aos problemas socioambientais que afligem a sociedade atual, em nome de objetivos comuns. Autonomia associada à habilidade de aprendizado e conhecimento:

O exercício de pensar o tempo, de pensar a técnica, de pensar o conhecimento enquanto se conhece, de pensar o quê das coisas, o para quê, o como, o em favor de quê, de quem, o contra quê, o contra quem são exigências fundamentais de uma educação democrática à altura dos desafios do nosso tempo (FREIRE, 2000, p.102).

Em pesquisa desenvolvida em Itaporanga D'Ajuda, em Sergipe, Santos *et al.* (2013) analisaram que a agroecologia exerce grande contribuição na elaboração de estratégias de desenvolvimento sustentável, salientando que o potencial dessa atividade supera a construção de uma cadeia produtiva e de geração de renda na agricultura ao consolidar uma outra relação entre homem e natureza, buscando modelos sustentáveis para o campo.

Apesar disso, os autores identificaram a pouca participação e falta de interesse dos jovens no manejo dos quintais produtivos. Esse desinteresse é uma tendência amplamente reforçada em pesquisas sobre juventude rural, mas que tendem a ocultar uma gama de elementos configuradores dessa realidade como o desejo dos pais de verem seus filhos em melhores ocupações (CASTRO, 2009).

O aspecto financeiro aparece ainda na pesquisa desenvolvida por Mota e Santos (2008) que ao analisarem como populações extrativistas usam e conservam os remanescentes de mangabeiras na Barra dos Coqueiros, em Sergipe – um ecossistema considerado de extrema fragilidade no estado – os autores notaram uma maior participação dos jovens em virtude do crescimento econômico da mangaba, superior ao gerado na cultura do coco, atividade de grande representatividade na região.

O que queremos salientar aqui é que apesar do grande potencial dos catadores de mangaba na conservação da biodiversidade, tal resultado pode se caracterizar como secundário em um cenário em que a lógica de reprodução social se resume às demandas das famílias, emergindo a necessidade da criação de espaços de diálogo, de interlocução com foco na valorização das ações positivas de estruturas e espaços educadores e, com base na realidade citada, de representação.

Os Coletivos Jovem de Meio Ambiente emergem aqui como grupos referenciais na luta ambiental e na possibilidade de influir nas agendas locais por, dentre outros fatores, atuarem como espaços/estruturas educadoras, estimulando o envolvimento e a participação dos jovens em ações e práticas de cidadania (GONÇALVES, 2010), assim como os conselhos de juventude, redes e fóruns.

A maior barreira para a participação social e política da juventude têm sido, no mundo inteiro, os preconceitos que atingem frontalmente essa nova geração. Mas, por sua vez, jovens dos mais diferentes países os têm combatido através de expressões e conexões que se multiplicam na arte, no pensamento ecológico, no campo da espiritualidade e na valorização da diversidade e do pluralismo social (BOGHOSSIAN; MINAYO, 2009).

Tal transformação nas formas de participação das juventudes implica o entendimento que, talvez, a falta de envolvimento dos jovens nas questões socioambientais não esteja associada à falta de interesse, ou entendimento da sua realidade, mas as novas configurações sociais de se fazer ver e ouvir não consideradas. Silva (2017) analisou que o protagonismo de diferentes juventudes rurais tinha como fundamento a apropriação, (re)construção e aprimoramento de um conjunto de referenciais teóricos e práticos que orientavam as experiências individuais e coletivas dos sujeitos em questão.

Existem diversas considerações sobre a ação coletiva da juventude, vinculadas à contextos de análise igualmente diversos, e normalmente traduzida na possibilidade de intervenção conjunta desses sujeitos na realidade vivenciada. Por isso, a presente discussão será centrada, sobretudo, nas contribuições de Frantz (2001), pensador social cuja produção teórica perpassa pela análise das práticas cooperativas como processos educativos, compreensão que se delineia ao longo da discussão aqui empreendida como uma alternativa à efetivação de direitos de cidadania das juventudes, da visibilidade desses sujeitos perante a sociedade, da sustentabilidade socioambiental e desenvolvimento local.

Frantz (2001) analisa que a vida associativa se delineia por ações conscientes de um determinado grupo de sujeitos em direção à resolução de um problema ou objetivo comum. Para ele, em seus aspectos práticos, o fenômeno associativo abarca diálogos, saberes e potencialidades diversas, devendo ser percebida para além de seus propósitos e interesses específicos (normalmente relacionados ao potencial econômico), mas como um viés de promoção de conhecimento, educação e aprendizagem.

Assumindo, assim, o compromisso de dar bom destino ao conhecimento humano (ênfase no potencial pedagógico e político), fazendo deste tipo de prática instrumento na construção e reconstrução de padrões de coexistência e cooperação dos seres humanos entre si, com relação ao seu meio ambiente e às futuras gerações.

A força e visibilidade de tais formações sociais, nas décadas de 1970 e 1980, revelou seu potencial no encaminhamento de demandas em um cenário marcado por restrições de oportunidades sociais e de produção (BOSCHI, 1987), tendo sua importância enfatizada ao longo dos anos pela possibilidade de estabelecer focos de ação, combinar ideias e opiniões, contribuindo para o fortalecimento da democracia, ao passo que emerge como uma força de representação política e solidariedade na busca pelo bem comum dos envolvidos



(TOCQUEVILLE, 2005). Enquanto uma prática social, o associativismo se inscreve

em termos de tempo e lugar e, como tal, incorpora cultura, valores ou comportamentos específicos de quem coopera. As circunstâncias históricas da vida – sejam elas materiais, políticas e culturais – influenciam e condicionam a prática cooperativa. O ser humano no processo de produção de suas condições de vida – em termos materiais ou espirituais – constrói a sua realidade social, da qual o cooperativismo é expressão como um movimento social que carrega valores e interesses (FRANTZ; SCHÖNARDIE, 2017, p. p. 15).

Constitui-se, portanto, como uma opção estratégica na reflexão e construção de práticas que visem a concretização de interesses coletivos. Seus efeitos democráticos, no âmbito da discussão aqui empreendida, situam o jovem em sua vivência coletiva na condição de produto e produtor do contexto social do qual faz parte, ou seja, o associativismo consiste em uma ação coletiva em torno da reprodução ampliada de vida, principalmente na luta pelos direitos sociais.

Para Olson (1999), tais organizações podem desempenhar uma função importante na conquista de interesses comuns e grupais, uma vez que a concretização dos objetivos do grupo se torna muito mais possível com a ação coletiva, com maior poder de pressão, em contraposição a ação individual.

Lüchmann (2014) defende em suas análises o potencial do fenômeno associativo na consolidação de um cenário democrático face aos efeitos da globalização e o decorrente surgimento de novos desafios políticos, ambientais, econômicos, sociais e culturais. Para a autora, a força motriz das práticas e dinâmicas associativas se delineia na possibilidade de desenvolvimento individual, da formação da opinião pública dos envolvidos e fortalecimento das instituições de representação e intermediação, de modo a ampliar e diversificar demandas e respostas democráticas aos problemas encontrados na sociedade atual.

Nessa mesma linha de raciocínio Boschi analisa que “[...] as novas identidades coletivas terminam por expressar novos alinhamentos sociais e as pressões para a incorporação de núcleos de interesse até então excluídos” (1987, p.24). O que requer um processo de aprendizagem social centrado na construção progressiva de capacidades e do alcance dos objetivos de crescente complexidade (eliminação da pobreza, modificação das relações de poder e aperfeiçoamento da democracia), contribuindo para modificar as relações e fortalecer a base sociocultural dos sujeitos envolvidos no processo.

A eficácia das estratégias de ação coletiva está centrada, pois, nas relações entre os

participantes (valores, normas de conduta, etc.) e entre eles e os grupos ou organizações que possuem influência direta sobre ela (“motores de sustentabilidade” da ação coletiva); e no contexto em que ela nasce, planifica-se e desenvolve-se (marco de incentivos, oportunidades e restrições no plano cultural, econômico e político). Considera-se, ainda, a influência de paradigmas na promoção de práticas associativas (FMC, s/a).

A Constituição Federal Brasileira de 1988 trata do direito de associação em seu Artigo 5º, XVIII, estabelecendo a liberdade de criação dessas sociedades (princípio básico democrático), e as resguardando da interferência estatal em seu funcionamento. É definida “[...] pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos” (Lei nº 10.406/2002, Artigo 53). O direito à participação social delinea, assim, a natureza política do associativismo cuja força transformadora permite a conquista de direitos sociais, culturais, científicos, políticos e econômicos (BRASIL, 2008), ao passo que sua prática potencializa a competência humana democrática (DEMO, 2001; TOCQUEVILLE, 2005).

Na agricultura, os princípios e metodologias advindos do paradigma agroecológico se sobressaem como alternativas para superar as crises atuais, consequentes da globalização, por delinear e orientar sobre limites e possibilidades no trato com os agroecossistemas, visando a conservação e ampliação da biodiversidade.

A valorização da dimensão local, caracterizada, as formas de solidariedade e proximidade dos moradores, aliada à aplicação dos princípios agroecológicos enfatizam a busca por soluções autônomas às necessidades mais imediatas vivenciadas por determinado grupo social. Em se tratando de jovens rurais, representa, também, a possibilidade de afirmação de identidades pela mobilização conjunta à efetividade de direitos políticos, civis e sociais.

Enquanto organização, cuja finalidade está relacionada ao bem-estar coletivo, pode consolidar-se mediante estatuto, atas e registro, bem como de maneira informal sobre as proposições e objetivos coletivos (RIBEIRO, 1994).

Isso significa dizer a necessidade de se considerar as vozes e as mais variadas formas de envolvimento da juventude rural em prol de mudanças socioambientais, em um contexto de conflitualidade, do agronegócio, da agricultura familiar, do camponês, da necessária gestão dos recursos naturais, do urbano. É nesse cenário de resistências e de pluralidade cultural que a juventude constrói seu direito à cidadania e à diferença, e ao qual nos propomos dialogar.

## A DEMANDA DA APRENDIZAGEM SOCIAL PARA A SUSTENTABILIDADE



Imagem: Arquivos da APOP, s/d.

### 3 A demanda da aprendizagem social para a sustentabilidade

A maneira pela qual o homem vem fazendo uso dos recursos naturais traz à tona uma grande preocupação sobre como continuar usufruindo de tais recursos de forma que seu uso e manuseio minimizem ou eliminem os impactos negativos ao meio ambiente e, numa mesma escala, não coloquem em risco a existência humana cuja compreensão de interdependência com os componentes do meio natural não aparece refletida em suas práticas (GLASSER, 2009). O efeito bumerangue da relação homem e meio ambiente impõe um grande desafio às políticas e à construção da cidadania em virtude da necessidade de mudança nos padrões insustentáveis de produção e consumo.

O desafio nos lança a um cenário em que a busca pelo crescimento assinalado por um avanço científico e tecnológico sem precedentes na história da humanidade (GIDDENS, 1991) estabelece processos de degradação socioambiental que tornam necessárias a consolidação de ações que possibilitem gerir os recursos da melhor forma possível, de modo a abastecer o presente sem comprometer a capacidade das gerações seguintes em fazê-lo.

As discussões em torno da necessidade de um comprometimento sustentável ambientalmente tiveram início na década de 1960 (BRÜSEKE, 1994), com pela publicação do livro *Primavera Silenciosa* de Rachel Carson, no ano de 1962, em que a autora denunciava o uso danoso de pesticidas e a consequente consolidação de uma cadeia de envenenamentos e mortes. Já na década de 1970, a crise do petróleo foi responsável por fortalecer o entendimento de que os recursos são finitos e acentuou a preocupação em torno da superexploração dos recursos naturais (PHILLIPE JR. *et al.*, 2013; DIEGUES, 1992), exigindo a inclusão dessa temática na agenda do desenvolvimento das nações.

O Relatório Nosso Futuro Comum, elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento sob a coordenação da então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, da Organização das Nações Unidas (ONU), no ano de 1987, traz uma das definições mais difundidas do conceito de desenvolvimento sustentável<sup>13</sup> que se consolida na compreensão de que é preciso satisfazer as necessidades e aspirações das gerações atuais, sem que isso anule a possibilidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades (CMMAD, 1988).

---

<sup>13</sup> A noção, no entanto, foi insinuada anos antes nos textos da Estratégia Mundial da Conservação, em 1980 (LEFF, 2006).

O relatório chama a atenção para o modelo de desenvolvimento vigente adotado pelos países industrializados e reproduzido pelas nações em desenvolvimento, sobretudo, ao fato de que economia e ecologia estão intimamente entrelaçados, de modo que se a vertente econômica do modelo de desenvolvimento produziu um aumento significativo de riqueza no mundo, as vertentes política e ambiental devem ser o fundamento de uma ética caracterizada pela responsabilidade das gerações atuais em relação as gerações futuras:

Muitos dos atuais esforços para manter o progresso humano, para atender às necessidades humanas e para realizar as ambições humanas são simplesmente insustentáveis – tanto nas nações ricas quanto nas pobres. Elas retiram demais, e a um ritmo acelerado demais, de uma conta de recursos ambientais já a descoberto, e no futuro não poderão esperar outra coisa que não a insolvência dessa conta. Podem apresentar lucros nos balancetes da geração atual, mas nossos filhos herdarão os prejuízos. Tomamos um capital ambiental emprestado às gerações futuras, sem qualquer intenção ou perspectiva de devolvê-lo. Elas podem até nos maldizer por nossos atos perdulários, mas jamais poderão cobrar a dívida que temos para com elas. Agimos dessa forma porque podemos escapar impunes: as gerações futuras não votam, não possuem poder político ou financeiro, não têm como opor-se a nossas decisões (CMMAD, 1988, p.8).

Sugere assim, um contrato entre as gerações, sem que isso leve a estagnação do crescimento econômico. A proposta é que o aumento do potencial de produção leve em conta diferentes formas de desenvolvimento que “[...] integrem a conservação e ampliação dos recursos, e que as vincule ao objetivo de dar a todos uma base adequada de subsistência e um acesso equitativo aos recursos” (CMMAD, 1988, p.43).

A emergência do conceito de sustentabilidade emerge, então, como forma de impulsionar uma reavaliação dos métodos de produção que se consolidam, sobretudo, na obtenção de lucros sem preocupação efetiva quanto ao esgotamento dos recursos naturais e a qualidade de vida do ser humano, em particular da parcela da população que está à margem dos benefícios desse crescimento. Importante ressaltar aqui que os riscos provenientes da ascensão técnico-científica ameaçam o homem de variadas formas, não se limitando ao acesso e distribuição de bens, mas com implicações igualmente perturbadoras (GIDDENS, 1991).

De modo que, as discussões em torno da questão ambiental na qual está inserida a ideia de sustentabilidade deve considerar a pluralidade de dimensões que configuram as relações do homem com a natureza. Conforme assinalado por Gonçalves (2006, p.23):

Toda sociedade, toda cultura cria, inventa, institui uma determinada ideia do que seja a natureza. Nesse sentido, o conceito de natureza não é natural, sendo na verdade criado e instituído pelos homens. Constitui um dos pilares através do qual os homens erguem as suas relações sociais, sua produção material e espiritual, enfim, a sua cultura.

O autor nos permite avaliar que a concepção de natureza construída por determinada sociedade dá suporte a maneira pela qual vivem e produzem os seus membros, ou seja, perpassa pelo modo de vida de um respectivo grupo, de seus conceitos e ideias em relação ao mundo, sensações e ações.

A gradativa expansão das discussões em torno dos limites ecológicos e sociais das chamadas sociedades de afluência vem sendo associada ao reconhecimento dos limites do planeta e às reações contrárias de movimentos marginais como o dos hippies, das mulheres, das minorias raciais, que compartilhando a preocupação com a relação homem-natureza com inúmeros intelectuais (DIEGUES, 1992) têm influenciado diversas áreas do saber, dentre as quais, a da educação.

Aqui a consciência sobre os riscos socioambientais produzidos pela sociedade e a consequente necessidade de mudança na relação homem-natureza parece simples, lógica e fundamentalmente correta, no entanto, pede maturação quanto aos arcaísmos ideológicos que se manifestam hegemonicamente na sociedade atual e são reproduzidos na ação educativa (GUIMARÃES, 2004).

### 3.1 Sustentabilidade: um diálogo necessário

Com o reconhecimento de que as ações do homem sobre o meio ambiente têm se tornado cada vez mais insustentável, a noção sustentabilidade vem se consolidando como uma palavra de ordem nos discursos políticos, acadêmicos, na mídia, sociedade civil organizada, dentre outros. Se, por um lado, isso revela e motiva o debate e a disseminação da problemática ambiental nas diferentes esferas da sociedade, por outro, reflete o emaranhado de posições e interesses associados ao lugar que cada sujeito ocupa no campo social e político mais geral.

O acesso das juventudes à pauta socioambiental, na perspectiva de discutir, trazer demandas e soluções, é relativamente recente. Apesar da população de 15 a 29 anos aparecer como uma categoria estratégica para o desenvolvimento sustentável no texto que compõe a

Agenda 21 (Capítulo 25) – antes disso, os questionamentos relacionados às questões ambientais se estabeleciam às margens, nos movimentos de contracultura – somente na década de 2000 é que uma série de atividades marcam o acesso desses sujeitos nos espaços políticos de discussão, como as Conferências Nacionais de Juventude e Conferências Nacionais de Meio Ambiente.

Mas do que falamos quando falamos em sustentabilidade? Para Veiga (2016), ao contrário de sustentável, sustentabilidade não corresponde a um conceito, e sim a um valor capaz de conduzir e direcionar as ações do presente em atenção as possibilidades de acesso das gerações futuras. Fundamentando-se na busca por uma equidade intergeracional e não estando relacionada necessariamente às questões de cunho ecológico. A sustentabilidade funda, portanto, “[...] um sentido ético-político para o desenvolvimento. Deve ser percebida como um fenômeno complexo de múltiplas dimensões (social, espacial, ecológica, político-institucional, econômica, cultural etc.) integradas como ‘vasos comunicantes’ de um sistema” (BEZERRA; BURSZTYN, 2000, p.16, parênteses do original).

Para Leff (2006), o princípio da sustentabilidade surge como uma resposta às externalidades do sistema econômico e se delineia na mudança de enfoque de uma racionalidade de base econômica guiada pela lei do mercado para uma de caráter multidimensional (econômica, social e ambiental), constituindo-se como um critério normativo para a reconstrução da ordem econômica ao problematizar as diversas formas de conhecimento, valores sociais e as próprias bases de produção.

De acordo com o autor, a ambivalência do discurso pressupõe a manutenção do crescimento econômico associado, por sua vez, à uma racionalidade baseada na produtividade ecológica e criatividade cultural dos territórios, uma vez que o entendimento de que os recursos naturais são finitos e de que deles dependem a economia exige a consolidação de um sistema de valores, normas e práticas que tenha como fundamento a possibilidade de coexistência entre sociedade e natureza, e não de exploração do primeiro em relação ao segundo. A sustentabilidade a que se refere implica “[...] o uso sustentável dos recursos renováveis – ou seja, de forma qualitativamente adequada e em quantidades compatíveis com sua capacidade de renovação” (BRASIL, 1997).

Capra (2006) analisa que a sustentabilidade se dá na consolidação de uma percepção da realidade envolta na sabedoria da natureza, de modo que as interações das comunidades educativas, comerciais e políticas quando na busca pela satisfação de suas necessidades e aspirações não diminuam a capacidade de as gerações futuras fazerem o mesmo. Para o autor, isso se dá mediante cinco princípios encontrados nos ecossistemas: interdependência,

reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade. Trata-se basicamente de entender como a natureza sustenta a vida e viver em conformidade com tal habilidade, sem interferi-la.

O conceito de sustentabilidade adotada por Lopes e Tenório dá ênfase ao que os autores denominam de eixos articuladores de valor (econômico financeiro, social e ambiental): “[...] sustentabilidade é um princípio de atuação de uma sociedade que mantém as características necessárias para um sistema social justo, ambientalmente equilibrado e economicamente próspero, por um período de tempo longo e indefinido” (2011, p.76).

Segundo os diferentes significados que a noção sustentabilidade pode nos oferecer, cabe aqui a análise desenvolvida por Diegues (1992) de que o fato de cada sociedade possuir características históricas, sociais, ambientais e econômicas próprias lhe dá elementos suficientes para que ela se estruture em termos de sustentabilidades, indo de encontro ao padrão das sociedades industrializadas. Para o autor, pensar em sustentabilidade implica pensar em desenvolvimento, uma vez que aspectos como o esbanjamento de energia não renovável, degradação ambiental, espoliação de mão-de-obra, dentre outros, configuram o paradigma do bem-estar (ocidental) imposto pelo mercado capitalista mundial.

Nesse contexto, o referido autor defende a noção de sociedades sustentáveis em detrimento de desenvolvimento sustentável, uma vez que a primeira se baseia tanto no reconhecimento da existência de uma grande diversidade ecológica, biológica e cultural, quanto na autonomia de cada sociedade em definir seus padrões de produção, consumo e bem-estar pelas suas particularidades étnicas, históricas e culturais.

Ao retomarmos as reflexões acima apresentadas é possível analisar alguns aspectos comuns que se mostram essenciais à compreensão do conceito: solidariedade com as gerações futuras; conservação de recursos naturais; diversidade e complexidade. Portanto, para além da preservação e/ou conservação dos recursos naturais, a noção de sustentabilidade está ligada ao conhecimento dos ecossistemas, da cultura e história dos grupos sociais, bem como às relações empreendidas entre eles e entre cada um deles com o seu entorno natural, o que envolve tantos outros aspectos como ética, produtividade ecológica, valorização das diferenças, criatividade cultural e bem-estar.

Do mesmo modo, enquanto um elemento dialógico na construção de realidades alternativas, estrutura-se em um movimento social, ambiental, político, educacional e econômico que permite indagações sobre os modos de produção e de consumo da sociedade atual. Dialogar não é necessariamente acatar o que o outro tem a dizer, mas estar aberto a outros



conhecimentos, percepções, valores, comportamentos; é tentar entender com base na linguagem “[...] que é nossa maneira particular de ser humanos e estar no fazer humano” (MATURANA; VARELA, 2001, p.32) sob quais princípios se fundamentam as relações empreendidas por outro grupo social em seu contexto sociocultural e ambiental, é buscar interesses comuns de modo a integrar diferentes experiências e formas de vida, conduzindo-os ao sentido e compreensão real de relações mais complexas.

Diálogo (reflexão conjunta e observação cooperativa da experiência) é uma metodologia de conversação que visa melhorar a comunicação entre as pessoas e a produção de ideias novas e significados compartilhados. Ou, posto de outra forma: é uma metodologia que **permite que as pessoas pensem juntas e compartilhem os dados** que surgem dessa interação sem procurar analisá-los ou julgá-los de imediato (MARIOTTI, 2001, p.2, grifo nosso).

Trata-se, pois, de uma prática que permite o fortalecimento de uma rede de relações e de significados mais comprometida com o potencial positivo das experiências compartilhadas em resposta aos problemas socioambientais de maior ou menor destaque para um determinado grupo social. Obviamente não se trata de uma tarefa fácil, o cenário atual denuncia essa dificuldade; dialogar envolve uma longa aprendizagem que começa desde cedo, no nascimento, e persiste durante todo o aprimoramento da vida social.

Nesse contexto, os esforços das juventudes para legitimar suas demandas ligadas à temática ambiental e à outras tantas, associadas à sua condição social de ser jovem, como as já citadas Conferências – meio ambiente foi o 5º tema mais discutido em números de propostas na 1ª Conferência Nacional de Juventude, em 2004, perdendo para educação, trabalho, cultura, sexualidade e saúde e participação política (SNJ, 2008) – e a formalização de Coletivos (Coletivos Jovens), redes (Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade), movimentos, organizações e Comissões (Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas Escolas), se inscrevem como um importante canal na representação, mobilização e atuação desses sujeitos na ressignificação de paradigmas.

Apesar dos ganhos relacionados ao acesso das juventudes ao debate socioambiental na década de 2000, esse público permanece às margens da formulação de políticas públicas que visam incorporar as demandas debatidas nos diversos espaços de discussão consolidados nesse período, sobretudo a juventude rural, ligadas ao desenvolvimento social e econômico e manejo dos recursos. Nessa investigação, a noção de sustentabilidade se inscreve frente as demandas

específicas dessa categoria social – trabalho, escolarização, lazer, saúde, entre outros – nas experimentações por eles empreendidas face aos problemas socioambientais vivenciados.

### 3.2 O eixo articulador educação e sustentabilidade no desenvolvimento

A discussões em torno da noção de sustentabilidade possuem caráter emergente frente à crescente vulnerabilidade socioambiental que marca o momento atual de nossa sociedade. A reflexão em torno das práticas sociais que se consolidam no contexto do modo de produção e consumo das sociedades contemporâneas revela a necessária materialização de ações de enfrentamento aos problemas ambientais que envolvem a sociedade e a sua qualidade de vida.

Entretanto, para que isso aconteça, sustentamos ao longo da discussão aqui empreendida que o desenvolvimento de práticas sustentáveis precisa ser entendido e aprendido pelos sujeitos – “[...] é fazer uma associação retrospectiva e prospectiva entre aquilo que fazemos às coisas e aquilo que em consequência essas coisas nos fazem gozar ou sofrer” (DEWEY, 1959, p.153) – de modo que eles constituam uma base adequada à reflexão e à tomada de decisão sobre e pelo meio ambiente; conduzindo-os ao sentido e compreensão real das relações mais complexas (apropriação da realidade).

Mas de que falamos quando falamos em desenvolvimento? Na busca por uma resposta a tal indagação alguns extremos devem ser deixados de lado, a exemplo do entendimento de que desenvolvimento é sinônimo de crescimento econômico, medido em renda *per capita* mediante produto interno bruto (PIB). Ou ainda, “[...] uma releitura, crença, mito, ou manipulação ideológica” (VEIGA, 2010, p.17) dada a pouca probabilidade de que os países pobres, em sua maioria, ascendam na hierarquia capitalista mundial cuja base se estabelece numa visão quantitativa do mundo.

Para Veiga (2010), a ideia de desenvolvimento não deve se reduzir a de crescimento econômico, tampouco a de quimera. O autor analisa que a noção deve ser pensada no escopo de um projeto social voltado para o bem-estar da sociedade, num processo de persistente e tenaz expansão das liberdades humanas. A Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972, da qual resultou o relatório a pouco referido, representou um importante marco político e social nesse sentido, ao buscar no âmbito de suas discussões uma aproximação entre os direitos humanos e o meio ambiente.

Na ocasião, duas posições diametralmente opostas foram assumidas: de um lado, aqueles que previam abundância, que acreditavam que as preocupações em torno das questões ambientais eram um exagero e colocavam em risco o desempenho produtivo dos países em desenvolvimento. Soluções técnicas eram percebidas aqui como a chave para os possíveis danos causados no processo de aceleração do crescimento; do lado oposto, aqueles chamados de catastrofistas, que entendiam que a humanidade estava ameaçada pelo crescimento demográfico, econômico e de consumo, defendendo assim a estagnação de tais determinantes como solução ao anunciado apocalipse (SACHS, 2002).

Ambas as opções foram descartadas na própria Conferência, mas dão margem a discussão em torno do que vem a ser compreendido como desenvolvimento sustentável. Veiga (2010) relaciona três padrões básicos de raciocínio ao adjetivo sustentável: o de que é possível recuperar os estragos feitos ao meio ambiente quando se chega a um nível determinado de renda, apontando para a possibilidade de conciliação entre crescimento econômico e conservação ambiental; no extremo oposto, há o entendimento de que a escassez dos recursos naturais e, por conseguinte, da gradativa indisponibilidade de fontes de energia encerra a ideia de um crescimento econômico permanente.

O que significa dizer que ao usar qualquer fonte de energia uma parte dela se torna inutilizável de modo que em algum momento a humanidade vai chegar ao limite do crescimento, sendo necessário, para continuidade de sua permanência no planeta, levar em consideração a existência de freios naturais e éticos à expansão econômica.

O caminho do meio, por sua vez, se alicerça no entendimento de que o crescimento econômico se faz necessário, mas que ele deve ser “[...] socialmente receptivo e implementado por métodos favoráveis ao meio ambiente, em vez de favorecer a incorporação predatória do capital da natureza ao PIB” (SACHS, 2002, p.52). Assim, o desenvolvimento sustentável não se associa a opção de crescimento zero ou ainda de não-uso dos recursos naturais, mas anuncia a necessidade de um crescimento econômico socialmente responsável – dadas as disparidades de receitas entre as nações e no interior delas – e ambientalmente viável.

Gonçalves (2006) analisa que o projeto civilizatório no qual está envolta a compreensão sobre o que se configura como desenvolvimento no mundo moderno-colonial se sustenta basicamente na ideia de dominação da natureza. Nesse processo, a busca pela superação das desigualdades se constitui, no final das contas, por uma busca de igualdade para todos rumo à padronização planetária de culturas europeia e estadunidense, bem como por processos de superexploração dos recursos naturais. Por isso, salienta o autor, é necessário pensar em

alternativas *ao* desenvolvimento e não *de* desenvolvimento, o que dá margem as diferentes relações que cada cultura mantém com o seu lugar (autonomia).

A busca pelo caminho do meio passou a fundamentar uma filosofia do desenvolvimento cuja base combina eficiência econômica com justiça social e prudência ecológica (BRÜSEKE, 1994). Esse tripé foi consagrado anos mais tarde na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio 92 ou Cúpula da Terra realizada na cidade do Rio de Janeiro em junho de 1992, quando foi assinada por 178 governos a Agenda 21 – um plano de ação global que se estabelece na busca por uma harmonização entre as necessidades econômicas e sociais e a preservação dos recursos naturais, dando margem a estilos alternativos de desenvolvimento; com adjetivações diversas, como ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento alternativo, dentre outros (DIEGUES, 1992). Postulando, sobretudo, “[...] a necessidade de se criar novas formas de produção e estilos de vida baseados nas condições e potencialidades ecológicas de cada região, assim como na diversidade étnica e na capacidade das populações locais para a gestão participativa dos recursos” (LEFF, 2006, p. 135).

A noção de desenvolvimento sustentável ganhou destaque nesse contexto possivelmente por ser utilizada em diversos documentos de abrangência internacional. Lima (2003) analisa que as diversas adjetivações relacionadas à busca por uma forma de desenvolvimento alternativa coincidiam quanto a articulação entre crescimento econômico, conservação ambiental e equidade social, mas diferiam quanto aos arranjos e prioridades.

Em suas discussões, o autor faz referência à duas noções em particular, a de ecodesenvolvimento e a de desenvolvimento sustentável. Sinalizando que a primeira carrega um conteúdo emancipador, cujo foco é a justiça social, enquanto que a segunda possui uma ênfase econômica e tecnológica que descaracteriza o potencial transformador do ecodesenvolvimento. Nesse ponto, Lima se apoia nas discussões empreendidas pelo economista Ignacy Sachs, cujas contribuições teóricas serão apresentadas ao longo do texto.

Para Elkington (1994; 2004), a sustentabilidade se desenvolve mediante o equilíbrio entre três pilares, o *Triple Botton Line*: o ambiental, o econômico e o social. O autor analisa que no âmbito de suas respectivas atividades, as instituições devem levar em conta não somente as questões de cunho econômico (lucro, competitividade de mercado), mas também os aspectos ambientais (conservação ambiental, biodiversidade, gestão de resíduos,) e sociais (relações humanas, interações coletivas).

Desafio que depende da vontade e ação de diferentes sujeitos, dos mercados e das sociedades com as quais tais mercados se relacionam, o que envolve diferentes interesses, além dos fatores tempo e geração uma vez que muitas das decisões a serem tomadas não possuem pretensão de resultado imediato.

É possível formular, até o momento, que a noção de desenvolvimento sustentável se inscreve na necessidade de conciliar desenvolvimento social e econômico e conservação da diversidade ambiental, exigindo para a sua efetivação o reconhecimento da noção de sustentabilidade na interface entre meio natural, cultura, economia, política, sociedade e ecologia. Ignacy Sachs destaca haver oito dimensões da sustentabilidade que devem ser levadas em conta quando na busca pelo desenvolvimento sustentável, a saber:

- **Social:** faz referência ao alcance de um patamar razoável de homogeneidade social, com distribuição de renda justa; emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente; e igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.
- **Cultural:** diz respeito às mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação); capacidade de autonomia para a elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas); e autoconfiança, combinada com abertura para o mundo.
- **Ecológica:** relacionada à preservação do potencial do capital natural na sua produção de recursos renováveis e à limitação do uso dos recursos não renováveis.
- **Ambiental:** trata-se de respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.
- **Territorial:** diz respeito às configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público), melhoria do ambiente urbano, superação das disparidades inter-regionais e estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis.
- **Econômica:** consolida-se mediante o desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado, com segurança alimentar, capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica e inserção soberana na economia internacional.
- **Política (nacional):** democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos, desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores e um nível razoável de coesão social.
- **Política (internacional):** baseada na eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional; Pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio da igualdade (regras do jogo e compartilhamento da responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco), controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais, prevenção das mudanças globais

negativas, proteção da diversidade biológica (e cultural), gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade, sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do caráter commodity da ciência e tecnologia, também como propriedade da herança comum da humanidade (SACHS, 2002, p.85-88).

Tais dimensões nos auxiliam a pensar a ampliação dos componentes da sustentabilidade na consolidação de um novo projeto social, o que não exclui o tripé no qual se fundamentam diversos documentos oficiais, mas induz ao conhecimento de um conjunto de dimensões igualmente constituintes das atividades humanas: “[...] não devemos esquecer que o homem é um ser biológico-sociocultural, e que os fenômenos sociais são, ao mesmo tempo, econômicos, culturais, psicológicos, etc.” (MORIN, 1999, p.176.).

A internalização do medo e da angústia ante as incertezas criadas pelo desenvolvimento da ciência e da tecnologia na vida social (GIDDENS, 1991) – impactos nos modos de produção, nos hábitos de consumo, nas relações de trabalho, no campo cultural, nas relações com o ambiente natural, dentre outros – impele cientistas e a sociedade de uma forma geral a revisar suas teorias e conceitos.

Assim, as discussões em torno da noção desenvolvimento retratam esse cenário e expõem um dilema humano associado à maneira pela qual o homem se relaciona com a natureza de “[...] como reconciliar as exigências físicas da civilização com os novos sentimentos e valores que essa mesma civilização tinha engendrado” (THOMAS, 2010, p.425).

Se, por um lado, a civilização moderna se assenta inegavelmente no domínio e exploração da natureza, muitas das sensibilidades morais que surgem no interior dessa civilização vão de encontro com a atual configuração física e social do nosso planeta. E o cerne desse dilema está em alcançar meios (com maior ou menor ênfase nos aspectos econômicos, culturais, sociais e políticos) que possibilitem que as gerações possam se manter no planeta, através dos recursos naturais que aqui existem:

A sustentabilidade como novo critério básico e integrador precisa estimular permanentemente as responsabilidades éticas, na medida em que a ênfase nos aspectos extra-econômicos serve para reconsiderar os aspectos relacionados a equidade, a justiça social e a própria ética dos seres vivos (JACOBI, 2003, p.196).

A consolidação de ações para minimizar ou até mesmo anular os danos socioambientais não são, portanto, um fim em si mesmo; é preciso orientar processos sociais que respondam as demandas trazidas pela questão socioambiental, a curto e a longo prazo. Para isso, torna-se necessário reordenar a relação entre sociedade e natureza, o que requer quatro condições básicas, na perspectiva do desenvolvimento sustentável: uma economia viável, ser ecologicamente correto, socialmente justo e culturalmente equitativo; sendo a pedagogia promotora de aprendizagens diversas na consolidação de relações harmônicas (GUTIÉRREZ; PRADO, 2013).

A educação está sendo convidada a participar dessa discussão, pois ela “[...] não continua apenas o trabalho da vida, ela se instala dentro de um domínio propriamente humano de trocas de símbolos, de intenções, de padrões de cultura e de relações de poder” (BRANDÃO, 1995, p.14).

Se estabelece aqui a possibilidade de inserir/articular a dimensão educacional como portadora dos valores ligados à cidadania, como meio principal de construção daquilo que em nossa sociedade é visto como uma contradição nos termos – desenvolvimento sustentável – não apenas como um compromisso ecológico, mas ético-político (GADOTTI, 2008). Para ir nesta direção, é preciso reconstruir o tripé composto por economia, sociedade e meio ambiente.

De acordo com Lopes e Tenório (2011), a educação por seu caráter continuado dá suporte as outras dimensões da sustentabilidade, constituindo-se como uma alavanca para as mudanças, pois ela proporciona o acesso à padrões mais sustentáveis de vida, orientando-se por valores como equidade, cidadania e democracia. Assim inserida, a educação possibilita que o desenvolvimento se torne sustentável por estimular as responsabilidades éticas dos envolvidos nesse processo de transformação social (JACOBI, 2003).

É nessa perspectiva que a compreensão de que desenvolvimento sustentável aqui defendida faz referência a um processo de aprendizagem social de longo prazo cujas bases, as políticas públicas, se orientam pelos princípios de sustentabilidade adotados por determinada sociedade. De modo que, se o que se pretende é a consolidação de uma agricultura sustentável, por exemplo, deverão ser articuladas nessa busca uma racionalidade ambiental do processo de desenvolvimento (ciência) e os processos concretos que definem as possibilidades de estratégias de manejo integrado do meio ambiente (tecnologia), em favor de uma sustentabilidade econômica, social e tecnológica (ética) (BEZERRA; BURSZTYN, 2000).

A educação assume, assim, seu caráter ideológico de formar uma consciência coletiva capaz de reverter o processo de destruição do planeta. A essência desse processo está em tornar o ato de conhecer inseparável ao ato de agir, e vice-versa, o que não significa que o acesso à educação escolar, por si só, seja suficiente para transformar, conscientizar, pois todo processo de mudança exige uma contínua construção de si e do mundo, nos processos de educações (BRANDÃO, 1995).

Freire (1981) analisa que a condição básica para a conscientização é que seu agente seja um sujeito consciente, e, como sujeitos conscientes, mulheres e homens não estão apenas *no* mundo, mas *com* o mundo. Somente após captar a realidade e expressá-la por meio de sua linguagem criadora, é que se pode realizar uma operação complexa de transformação do mundo através de sua ação. Para o autor, o domínio da existência é o domínio do trabalho, da cultura, da história e dos valores.

Assim, educar para a sustentabilidade (processo entendido aqui como uma possibilidade de construção alternativa de formas de ser e estar no mundo) permite aos sujeitos experimentarem o pensamento de modo reflexivo na medida em que exige o esforço intencional em perceber as relações específicas entre o que se faz e as consequências dessas ações, a fim de que possam desenvolver a consciência *de* e a ação *sobre* a sua realidade socioambiental – viabilizando a sobrevivência dos sujeitos em uma sociedade em constante mudanças (adaptação), ou ainda, em uma perspectiva emancipatória, a sua transformação.

Movimento que possibilita regressar continuamente ao mundo intencional dos seres humanos para propiciar a construção de experiências reflexivas, processo que não se fecha em si mesmo, mas que vai se constituindo no caminhar de cada sujeito, que não vai sozinho, mas em constante interação com diferentes saberes, fazeres e vozes, que serão importantes para que interajam no mundo de forma consciente, uma vez que:

- a) O diálogo de saberes reforça a possibilidade que se tem de construir uma nova realidade socioambiental e uma epistemologia que influencie a construção de outras perspectivas de desenvolvimento ao passo que implica na apropriação de conhecimentos e saberes dentro de distintas racionalidades culturais (LEFF, 2009);
- b) A inter-relação de saberes privilegia a identificação das diferentes vozes por meio das quais se busca fortalecer a complexa interação entre sociedade e natureza em um constante processo de recriação e reinterpretação de informações, conceitos e significados (JACOBI, 2003; 2009);



- c) o diálogo se estabelece como uma necessidade existencial por possibilitar a superação de situações-limites que o estar no mundo produz (FREIRE, 1987). Assim, o diálogo é e representa uma experiência vital, o lugar de encontro, inerente aos processos de aprendizagem, no sentido de que a formação humana para a sustentabilidade depende da consciência coletiva pelo bem comum.

Portanto, em meio aos diversos conflitos criados pelo modo insustentável de produzir e reproduzir a nossa existência no planeta, tal como assinala Gadotti (2000), a atitude, em nosso caso acadêmica, “deve” ser antes de tudo compromissada politicamente com as vozes, conexões e interfaces silenciadas em uma sociedade cuja dinâmica estrutural conduz à dominação de consciências (FREIRE, 1987).

Nesse contexto, a educação que pode existir legitimada na organização de conhecimentos disciplinares (educação formal) precisa se definir no diálogo dos saberes, onde se dá o encontro do conhecimento codificado das ciências com os saberes e as práticas das populações tradicionais que ocupam, vivenciam, manejam e conhecem o ambiente com o qual interagem, de modo a estimular e orientar capacidades cognitivas, inquisitivas e criativas por meio da vinculação e problematização desses conhecimentos, saberes e práticas aos contextos socioculturais e ambientais em que se realizam (LEFF, 2006; 2009).

O equilíbrio dinâmico com o outro e com o meio ambiente (GADOTTI, 2008, em referência ao conceito de sustentabilidade) é construído a partir das interações humanas, ao se compartilhar valores, costumes e interesses sociais. E isso é algo que vivenciamos todos os dias pela própria condição a qual somos submetidos ao nascer.

Assim, torna-se essencial propiciar espaços de convivência para além dos muros da escola em que sejam facilitados os diálogos, o fluxo de informações, as trocas de experiência entre sujeitos e diferentes grupos sociais, na transformação de valores nocivos que contribuem para a exploração desmedida dos recursos naturais.

### 3.3 É preciso aprender a (des) aprender

Sustentamos que a consolidação de diálogos promove interações colaborativas e reflexivas entre os sujeitos no trato com as questões socioambientais, o que para Dewey (1959) é condição necessária para que eles desenvolvam a consciência de seus problemas, único método seguro para a reconstrução social: “[...] ouvir para aprender algo de novo e não conferir com crenças prévias; respeitar as diferenças e a diversidade; refletir sem julgar; ter sempre em mente que o objetivo é criar e aprender, e não ‘ter razão’ e sair vencedor” (MARIOTTI, 2001, s/p).

E, nessa situação, não há um conhecimento superior ao outro, aprender é, pois, estar aberto a aquisição de novos saberes, estilos de vida, valores, práticas, é estar aberto às mudanças. E a leveza para a mudança, a compreensão da fragilidade do conhecimento quando associado ao uso que fazemos dele (tempo/lugar) dialoga com o processo de aprimoramento do indivíduo (aprender a aprender), não estando apenas relacionada à aquisição do conhecimento em si (ROGERS, 1978).

Lopes e Tenório (2011) analisam que em determinada fase de seu desenvolvimento socioeconômico todas as sociedades humanas, tanto hoje como no passado, cuidam de criar um sistema educativo como parte do processo de criação dos vários setores da vida social. A família e a escola emergem aqui, de acordo com os autores, como unidades fundamentais à organização social, oscilando em tipos e formas de acordo com cada sociedade, mas assumindo funções sociais essenciais para existência da vida coletiva. Assim, ambas as instituições citadas pelos autores colaboram para manter o *status quo* da sociedade, ou ainda para transformá-la, uma vez que, como analisa Charlot (1979), toda prática de ensino é permeada por um determinado conjunto de saberes que expressam modelos sociais de comportamento, formam a personalidade e difunde ideias políticas.

A educação é, pois, um amplo processo constituinte de nossa humanização em que é necessário aprender para constituir-se, em um triplo processo de “hominização” (tornar-se homem), de singularização (tornar-se um exemplar único de homem), de socialização (tornar-se membro de uma comunidade, partilhando seus valores e ocupando um lugar nela) (CHARLOT, 2000). Ela nos invade a vida e se faz presente em diversos espaços sociais, além dos aqui já citados, na comunidade, nos movimentos sociais, na igreja, dentre outros.

A educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade. Formas de educação que produzem e praticam, para que elas reproduzam, entre todos os que ensinam-e-aprendem, o saber que atravessa as palavras da tribo, os códigos sociais de conduta, as regras do trabalho, os segredos da arte ou da religião, do artesanato ou da tecnologia que qualquer povo precisa para reinventar, todos os dias, a vida do grupo e a de cada um de seus sujeitos, através de trocas sem fim com a natureza e entre os homens, trocas que existem dentro do mundo social onde a própria educação habita, e desde onde ajuda a explicar — às vezes a ocultar, às vezes a inculcar — de geração em geração, a necessidade da existência de sua ordem (BRANDÃO, 1995, p.10-11).

Assim, educar para a sustentabilidade é a possibilidade da construção de um diálogo com os diversos riscos socioambientais frutos de atividades humanas, pois igualmente diversas são as estruturas sociais de transferência de saber de uma geração a outra (BRANDÃO, 1995). A opção em utilizar o vocábulo educação para o desenvolvimento sustentável, em detrimento de educação ambiental se dá pela oficialização do termo e sua utilização desde a Eco-92. O capítulo 36 do Programa de Ação das Nações Unidas para o século XXI propõe um esforço global mediante a promoção do ensino, da conscientização e do treinamento para fortalecer atitudes, valores e ações que sejam ambientalmente saudáveis (BRASIL, 2004).

Tendo a educação como um valor para toda a vida, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), divulgou um relatório, em 1996, denominado “Educação: um tesouro a descobrir”, no qual se delineia a ideia de que a educação deve se alicerçar em quatro aprendizagens: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser (DELORS *et al.*, 2010).

A educação se estabelece ao longo do Relatório como uma via na construção contínua de novas cidadanias, propondo uma ruptura à delimitação existente ao tempo de aprendizagem institucional (aprender como um meio e uma finalidade da vida humana, suplantando a ideia de ensino-aprendizagem associada à conquista de diplomas), a fim de que seja possível acompanhar o ritmo acelerado das transformações sociais; bem como minimizar desigualdades, conflitos, destruição ambiental, criminalidade, ou qualquer outro mal que venha a afligir uma determinada nação.

Silva (2008) dirige uma crítica ao referido relatório pontuando algumas reflexões sobre os pilares a pouco destacados: <aprender a conhecer> se estabelece na redução do conhecimento à uma razão instrumental vinculada ao preparo do trabalhador e às necessidades básicas de aprendizagem, para o alcance de “uma participação ativa na sociedade”. Se

desfazem, do mesmo modo, as pretensões de emancipação humana quando <aprender a fazer> se associa à formação profissional, e as promessas de realização pessoal fazem referência a formação de competências necessárias em uma sociedade capitalista.

O pilar <aprender a ser> anula, de acordo com o autor, o investimento em projetos pessoais e de valorização de talentos e aptidões individuais para dar margem ao desenvolvimento de competências como aptidão para o trabalho em equipe, a capacidade de iniciativa, o gosto pelo risco. Se consolidando, no final das contas, como uma estratégia de eficiência e produtividade; o último pilar, <aprender a viver juntos> tem como fundamento a promoção e balizamento de uma indispensável competição, e o cuidado com a igualdade de oportunidades, e não de condições.

Assumindo a existência de um discurso velado, aprender a aprender está relacionado a aprender a desobedecer, na medida em que a obediência cega à um conhecimento, uma receita, um pacote educacional, reduz a possibilidade de estabelecer um intercâmbio entre as experiências humanas, ao passo que fortalece um processo de alienação social sob a égide de mudança. Indo de encontro a possível instrumentalização das relações sociais, “estar aberto” em um contexto de desobediência significa está atento para ler, dentro de uma abordagem freiriana, o que é noticiado pela mídia, o que estabelecido como verdade pelos estudos científicos, tendo em vista a intencionalidade que sustentam esses conhecimentos, informações e saberes.

Em um contexto marcado pela degradação permanente do meio ambiente e vulnerabilidade social, a aprendizagem mais importante é aquela centrada nos saberes e fazeres construídos *com* e não *para* os sujeitos aprendentes (JACOBI *et al.*, 2009), sem negligenciar as vivências desses sujeitos e permitindo que eles estejam constantemente abertos a experimentar outros saberes, valores e princípios éticos tão essenciais à adoção de posturas, hábitos e atitudes socioambientais.

É possível salientar aqui que aprender a aprender consiste também em desaprender: desaprender de que para sermos não necessariamente precisamos ter; desaprender a lógica que estabelece o crescimento econômico em detrimento da expansão das liberdades humanas. O atual contexto de insegurança e riscos socioambientais conclama a desaprender, a ressignificar, a desobedecer, a romper com análises primeiras para continuar aprendendo e para pensar o fenômeno da problemática ambiental com o seu contexto e com todo o contexto. Esse processo de reconstrução é analisado por Leff em suas discussões:

Para aprender a aprender a complexidade ambiental é necessário desaprender e dessujeitar-se dos conhecimentos concebidos (LEFF, 2003, p.8).

Aprender a apreender a complexidade ambiental implica uma revolução do pensamento, uma mudança de mentalidade, uma transformação do conhecimento e das práticas educativas para construir um novo saber e uma nova racionalidade que orientem a construção de um mundo de sustentabilidade, de equidade, de democracia. É um reconhecimento do mundo em que habitamos (LEFF, 2003, p.22).

Trata-se de aprender a viver em mundo preexistente, que não nos fornece uma totalidade de saberes, aprendizagens, conhecimentos; um mundo que (re)inventamos ao viver. Aprender a desaprender diz respeito a isso, a (re)inventar, o que pressupõe estar *com* o mundo, assim como analisou Paulo Freire (1992), no sentido de sermos capazes de refletir sobre nós mesmos e nossas relações com o mundo, o que torna possível intervir nele; e isso se dá na experiência.

Ainda que haja diferenças nas perspectivas de análise deweyana e freiriana, ambas as abordagens reconhecem a experiência por meio do trabalho cooperativo, do diálogo e da ideia de “aprender fazendo” como estruturantes de mudanças sociais, políticas e econômicas. Tais aspectos configuram um processo democrático de participação social, seja em seu caráter educativo (que tem como fundamento a experiência na base da educação significativa, a fim de permitir ao sujeito adaptar-se em uma sociedade em constante mudança), ou em sua conotação mais política e social que visa a libertação do indivíduo (representado aqui pelo jovem e sua condição desigual e diversa de existência), e se inscrevem como mobilizador à análise, estruturação e confrontação da realidade.

Neste sentido, a concepção de educação em que se apoia essa investigação remete à visão civil democrática delineada por Paul Singer que “[...] encara a educação em geral e a escola em particular como processo de formação cidadã, tendo em vista o exercício de direitos e obrigações típicas da democracia” (1996, p.5). A formação cidadã estaria atrelada aqui às questões de vida em sociedade por serem elas objeto de reflexão e exercício da cidadania, uma vez que o objetivo principal da educação seria o de “[...] proporcionar aos filhos das classes trabalhadoras a consciência, por tanto a motivação (além de instrumentos intelectuais), que lhe permita o engajamento em movimentos coletivos visando tornar a sociedade mais livre e igualitária” (SINGER, 1996, p.6).

A plena realização da cidadania estaria associada a alguns aspectos que a educação de uma maneira geral deveria cumprir, dentre os quais, a promoção de situações propícias à aprendizagem pelo diálogo mediante uma educação que permitisse ao homem a autorreflexão e uma reflexão sobre o seu tempo e espaço, possibilitando o seu engajamento na luta política, na construção da sua própria história e transformação de sua realidade social.

O caminho de acesso ao conhecimento, numa abordagem que respeite no homem a sua vocação ontológica em ser sujeito, o torna consciente de si e de seu papel histórico no mundo (FREIRE, 1983, p.43).

A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura. [...] E, na medida em que cria, recria e decide, vão se conformando as épocas históricas. É também criando e decidindo que o homem deve participar destas épocas.

A maneira pela qual o homem se posiciona diante da vida, buscando caminhos que o libertem do conformismo instituído permite que ele, portanto, construa diferentes realidades, uma vez que integrado ele participa, cria, recria, decide, produzindo cultura e configurando a história de sua época. Tornar-se um fazedor em um universo social em que emergem exponencialmente diferentes riscos possui, no entanto, um caráter coletivo que se projeta como um direito transgeracional: “[...] Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, Art. 225).

### 3.4 Em busca de um processo de aprendizagem social para a sustentabilidade

É indiscutível que por sermos seres biológicos e sociais possuímos uma gama de necessidades que variam de cultura para cultura e que implicam também no uso dos recursos naturais, mas os riscos empreendidos na busca por tais necessidades impõem a promoção de uma consciência ética que favoreça o equilíbrio e o respeito ao meio ambiente e ao próprio homem, indo de encontro ao uso inconsequente dos recursos naturais e ao privilégio que é dado

a uma pequena parcela da população em detrimento da maioria, na satisfação das necessidades humanas de mais alto nível social e cultural.

O conceito de aprendizagem social (*Social Learning*) se delineia ao longo desse estudo como os processos de aprendizagem que se desenvolvem em cada interação educativa entre os sujeitos e grupos sociais, em cada articulação social que se mobiliza; uma aprendizagem fundada na reflexão e observação intencional das relações socioambientais que empreendem.

Sobre o referido conceito, Glasser (2009) analisa que não há uma interpretação completamente coerente, clara e aceita do que vem sendo denominado como aprendizagem social, há, porém, algumas ideias que permitem uma aproximação: processo de adaptação de indivíduos e dos coletivos às novas realidades; é baseada na interação consciente e comunicação entre os sujeitos e grupos sociais; favorece o compartilhamento de conhecimentos e experiências; busca de uma linguagem comum. Trata-se fundamentalmente de um processo de aprendizagem interativo face à solução de problemas sociais e ecológicos.

Inscrevem-se ainda como referenciais da aprendizagem social a participação, o diálogo, o reconhecimento da pluralidade e diversidade cultural e a interdisciplinaridade (JACOBI *et al.*, 2006; GLASSER, 2009; MOSTERT, 2003). A aprendizagem social para a sustentabilidade vem sendo desenvolvida e priorizada a partir do entendimento de que “aprender junto para compartilhar” permite que os sujeitos obtenham melhores resultados na elaboração de estratégias de gestão dos recursos naturais e resolução de problemas ambientais.

O ponto de cristalização da educação se dá justamente na necessidade de facilitar uma maior interação entre as partes interessadas, na possibilidade de aumentar a apropriação das soluções, estimular a cidadania e, porventura, a ação coletiva (MOSTERT, 2003). Isso significa dizer que o alcance de um cenário mais sustentável envolve esforço individual e coletivo em termos de ações, ainda que a aprendizagem em si se trate de um processo eminentemente pessoal. A experiência emerge aqui como potenciadora de diálogos, de processos reflexivos, começando com a reflexão sobre o próprio conhecimento:

Ao adquirir novas informações (ou explorar informações existentes), temos a possibilidade de testar esses valores e preocupações contra a nossa compreensão da realidade e, se essa compreensão tiver respaldo suficiente, podemos tomar medidas para repensar nossos valores, realinhar nosso comportamento e ação ou ambos<sup>14</sup> (GLASSER, 2009, p.47, tradução da autora).

---

<sup>14</sup> Texto original: “By acquiring new information (or exploiting existing information), we have the possibility to test these values and concerns against our understanding of reality and, if warranted, we can take measures to rethink our values, realign our behavior and action, or do both” (GLASSER, 2009, p.47).

Fomentando novas formas de pensar e compreender o mundo a partir do contato com outras realidades e valores, do mesmo modo que cria condições para religar campos de discussão pretensamente separados – Giddens (1991) e Leff (2006) analisam que nossas sociedades são desafiadas social e ambientalmente a equilibrar-se pela tensão exercida por processos sociais de crescente complexidade, impulsionados pelo risco e fragmentação de interesses, identidades e conhecimentos.

Decorre daqui a elevada exigência em substituir a visão fragmentada da realidade socioambiental que reduz uma compreensão das complexas relações entre sociedade e meio ambiente, comprometendo o desenvolvimento de uma consciência do todo, por processos participativos, dialógicos e flexíveis, com base nas experiências dos sujeitos e orientando-se de forma decisiva a readequar as experiências coletivas, da cultura, por onde seja possível a (re)construção de estratégias de convivência harmônica entre homem-meio ambiente fundamentado no ideal de sustentabilidade.

Essa demanda se revela alguns movimentos relacionados à busca por justiça socioambiental e maior participação dos sujeitos e comunidades em geral nos processos de decisão política, ao menos em tese. Cabe à educação, enquanto um processo de contínua reorganização e reconstrução da experiência (DEWEY, 1967), criar condições que permitam aos sujeitos acessarem uma gama de valores, conhecimentos e habilidades necessários à consolidação de um modo de vida mais sustentável (COMISSÃO CARTA DA TERRA, 2000), em espaços internos de reflexão, de diálogo, a fim de que possam ler e discernir realidades antagônicas guiados por princípios de justiça e equidade.

Nessa linha de raciocínio, a promoção de experiências educativas permite a construção de pontes entre as pessoas e de oportunidades de aprendizagem associadas às exigências de suas realidades socioambientais, uma vez que o pensar reflexivo, em uma perspectiva deweyana, se desenvolve a partir da identificação de determinadas situações problemáticas do viver, objetivando o aperfeiçoamento social. Daí a importância em inserir a sustentabilidade como elemento essencial na construção de práticas educativas, a fim de favorecer a aprendizagem com sentido, provocativa e vivencial.

Jacobi *et al.* (2006) analisam que a construção de práticas educativas articuladas com a problemática ambiental tem um grande potencial em promover *saberes* e *fazeres* relacionados

---



com iniciativas sustentáveis, pois faz referência ao processo de aprendizagem (uma relação sociocultural e histórica) e ao seu resultado. De acordo com os autores, o sucesso da aprendizagem social vê-se ampliado pela sua intencionalidade: entender o meio ambiente como bem público e o acesso a um ambiente saudável como um direito de cidadania. Consolidando-se, portanto, como um novo referente para se pensar a educação em um contexto caracterizado por profundas transformações sociais, econômicas, ambientais, culturais e políticas.

A experiência é analisada por Santos e Jacobi (2017) como um suporte essencial nesse sentido. Eles fazem referência em suas discussões a uma pedagogia da aprendizagem social, cujo fundamento carrega aspectos e princípios já citados ao longo desse texto – diálogo, participação e responsabilidade compartilhada, traduzidos da seguinte maneira:

- a) compreensão individual-coletiva de problemas/conflitos/desafios em comum;
- b) reflexão sobre estes com a análise de contextos e possibilidades;
- c) transformação de práticas e realidades com a construção de cenários e soluções negociadas para a tomada de decisões democráticas e sustentáveis (SANTOS; JACOBI, 2017, p.533).

O que aprendemos, portanto, depende das condições de aprendizagem as quais somos submetidos, processos como aprender e ensinar, (re)construir faz parte da nossa existência humana, histórica e social (FREIRE, 1981), de modo que no plano dos processos e espaços de socialização e aprendizagem, a comunidade escolar emerge como um dos agentes sociais na busca por mudanças socioambientais.

O que importa ressaltar aqui é que essa especificidade educativa pode se desenvolver em espaços de socialização múltiplos (educação familiar, mídias em geral, percursos relacionados ao mundo do trabalho) e a aprendizagem social também é sobre isso, é sobre redes de relacionamento (MOSTERT, 2003), de sujeitos, de espaços-tempo, de saberes, valores, experiências, conhecimentos, práticas, trajetórias de vida.

O aprendizado social refere-se a este processo social participativo, resultado de experiências educativas que ocorrem em contextos específicos, em termos de estrutura de governança (sujeitos, normas culturais, valores). Este contexto pode ser afetado constantemente pelos resultados (reorganização e reconstrução da experiência). A abordagem coletiva quando na busca por soluções aos problemas socioambientais exige que os sujeitos se encontrem,

dialoguem, interajam, estimulando a diversificação, o surgimento de propostas para o desenvolvimento sustentável.

Para Gutiérrez e Prado (2013), o desenvolvimento sustentável só é possível com uma educação para o desenvolvimento sustentável, que se desenvolve mediante um processo dinâmico e relacional pautado no respeito às diferenças étnicas e culturais, igualdade social, cultural, de gênero e aceitação da biodiversidade; e problematização da realidade (facilitar, acompanhar, possibilitar, relacionar, envolver, comunicar, expressar, amar). Para os autores, o cotidiano é base na consolidação de tais processos e, por conseguinte, fundamento na construção de uma cultura para a sustentabilidade.

Assim, o aprendizado social envolve ações pedagógicas, mas diz respeito, também, aos sentidos da ação cotidiana, ao comprometimento individual e coletivo na resolução de questões socioambientais do hoje, mas que incidem no amanhã. Relacionando às discussões em torno da juventude rural, o aprendizado social faz referência aos problemas socioambientais vivenciados globalmente, bem como àqueles vivenciados por cada cultura e cada grupo; ou seja, é preciso considerar as disparidades vivenciadas pela categoria “juventude rural” na construção e/ou fortalecimento de relações e interações harmoniosas entre homem e meio ambiente (economia, política, educação, ecologia, cultura).

## NAS TRILHAS DA SUSTENTABILIDADE



Imagem: Andrea Freire de Carvalho, 2018.

## 4 Nas trilhas da sustentabilidade

### 4.1 Associação de Produtores de Orgânicos de Ponta de Areia (APOP): passado, ações presentes e perspectivas

Uma das inquietações na construção da referida tese diz respeito a sustentabilidade das ações dos sujeitos envolvidos em processos educativos ligados à temática socioambiental. O movimento que deu origem a APOP, formalizada no ano de 2007, esteve ligado a uma gama de cursos ofertados pela Codevasf mediante desenvolvimento do Projeto Amanhã. Ao longo de seus recém completados 11 (onze) anos de funcionamento, a Associação desempenhou um papel importante no processo de aprendizagem social nos níveis individual, do grupo e organizacional pelas relações estabelecidas entre diferentes atores sociais e parcerias com instituições diversas.

#### O passado

A Associação de Produtores de Orgânicos de Ponta de Areia (APOP) foi fundada no dia 06 de dezembro de 2007<sup>15</sup>, no povoado de Ponta de Areia, no município de Pacatuba, em Sergipe, como associação civil, de direito privado e de caráter comunitário, produtivo e socioambiental, com sede na Rua do Cruzeiro, em Ponta de Areia. Na ocasião, Débora e Fabrício, foram indicados como presidente e vice-presidente, respectivamente.

Conforme indicado no Estatuto da Associação (2015), suas finalidades são: promoção de atividades agroecológicas ou de produção orgânica de alimentos, assim como a produção de mudas de essências nativas e exóticas em viveiro, criação de animais domésticos e plantas medicinais; promoção de atividades de artesanato voltado para o desenvolvimento sustentável e para a educação e conscientização ambiental; assessoramento, prestação de serviços consultivos e transferência de conhecimentos e valores, ligados as atividades de produção desenvolvidas pela Associação, para a comunidade, consumidores e sociedade em geral; abertura de mecanismos de comercialização entre produtores e consumidores; desenvolvimento

---

<sup>15</sup> Data que consta no Estatuto da Associação, porém a ata de constituição e fundação data de 13 de dezembro de 2007.

de ações de defesa, estudo, pesquisa, preservação e conservação do meio ambiente e sua biodiversidade, assim como a promoção do desenvolvimento sustentável.

Para atingir as suas finalidades poderá: 1) desenvolver atividades voltadas e dedicadas à execução direta de projetos, pesquisas, programas e planos de ação; 2) prestação de serviços intermediários de apoio e parcerias a outras organizações sem fins lucrativos e/ou órgãos do setor público e/ou iniciativa privada.

A origem e formalização da APOP está associada à uma gama de cursos de caráter técnico e artesanal oferecidos aos jovens moradores do perímetro de irrigação da empresa Codevasf por meio do Projeto Amanhã. Instituído no ano de 1993, o programa configura-se como uma estratégia que visa fomentar a autonomia e emancipação de jovens rurais, entre 14 e 26 anos de idade, proporcionando a esses sujeitos o ingresso em cursos – relacionados, sobretudo, com agricultura, pecuária e agroindústria – de qualificação e preparação para a obtenção do primeiro emprego (FONSECA *et al.*, 2007).

No campo acadêmico, a discussão empreendida por Nalle Jr. (2006) destaca a peculiaridade do Projeto Amanhã em agregar a questão do desenvolvimento local à tese da educação. Para o autor, a estrutura do programa, ainda que não intencionalmente, influencia a coesão social e a participação cidadã, de modo a otimizar resultados econômicos. Fortalecendo e integrando, desse modo, o desenvolvimento econômico, humano e social.

Em meados de 2005, esse era o cenário vivenciado pelo grupo de jovens que, mais tarde, iria consolidar a APOP. Os diversos cursos oferecidos, dentre os quais, corte e costura, mecânica, biojóias, reciclagem, apicultura, piscicultura e produção de húmus, oportunizavam aos jovens do Baixo São Francisco, em Sergipe, e a esse núcleo de jovens em particular, o acesso à atividades de capacitação profissional e, paralelamente, o fortalecimento e articulação de redes entre os sujeitos envolvidos no processo.

A frequência com que o grupo de jovens de Ponta de Areia comparecia aos cursos facilitou a mediação dos agentes externos, coordenadores do Programa, na formalização da Associação. Nos relatos abaixo dois dos sócios-fundadores analisam que esse interesse pelos cursos estava associado à necessidade de conhecimento, aspecto que caracteriza-se como elemento mobilizador mesmo diante das dificuldades encontradas no percurso.

Assim, Marta ela foi a coordenadora do projeto por um tempo e, assim, como a gente produzia lá que era uma área da Codevasf, qualquer hora ali podia acabar, como ela teve que sair, abandonar e, assim, a gente ficou pensando “a

gente tá produzindo aqui, e depois quando isso acabar?” “o que a gente vai fazer?” “se não tiver como vir para cá?”, então vamos fazer alguma coisa pra que isso saia daqui pra outro lugar, um lugar da gente. Da gente mesmo, que a gente possa a qualquer hora, a hora que quiser chegar, a hora que quiser tá. Foi através daí. A gente tinha esse pensamento. Aí quando ela chegou, ela disse “por que a gente não forma uma associação?” a gente viu uma forma de juntar os jovens do projeto amanhã que tá. Que como era na permanência dela, não sei se era dois anos, e a gente forma a associação e através da associação a gente começa... tudo que a gente tava fazendo no projeto amanhã, caso termine o projeto amanhã, a gente passa pra associação. Foi através disso. Ela saiu, a gente deu continuidade lá, só que como era longe do povoado, não sei se vocês conhecem o Betume, é indo pra Neópolis. A gente ia de bicicleta, quando não, a gente pegava carona no carro que levava os trabalhadores da Codevasf. Quando dava pra gente ir. Quando faltava três, quatro, aí a gente aproveitava a vaga e ia, senão tinha que ir de bicicleta, tinha que arrumar um jeito pra ir. E como lá era plantação, todo dia tinha que tá lá, vê se regou, tirar as ervas daninhas, tudo (Fabrício – associado desde 2007, entrevista realizada em 2018).

Eram muitos jovens. Só que assim, os que mais se destacaram foi o pessoal de Ponta de Areia e de Flor do Brejo porque eram uns jovens bastante persistentes e que aproveitavam as pequenas oportunidades. Aí já que tem uma pessoa que tá ali lhe apoiando, então vamos lá. L. disse que... ia trazendo os cursos e que queria que a gente mesmo permanecesse por aqui. Já que a cidade, ela dizia um monte de coisa, tinha violência e que a gente não ia se adaptar lá e que aqui era mais tranquilo. Só que a gente aqui não tinha cursos, lá eles eram mais bem preparados. Aí o sonho dela era esse, sempre ficar trazendo cursos pra gente, pra gente não ficar pra trás. Porém era mais sobre nossa realidade que era agricultura (Débora – associada desde 2007, entrevista realizada em 2018).

O grupo persistente, ao qual a associada faz referência, era formado por cerca de 12 (doze) jovens<sup>16</sup> que, para poderem participar dos cursos, realizavam um percurso de cerca de 17 quilômetros até a unidade do Centro Integrado de Betume – CIB (4ª/CIB), em Neópolis. É válido destacar aqui que 13 (treze) pessoas assinaram a ata da Assembleia de constituição e fundação da APOP, dentre as quais, Marta, na ocasião contratada pela Codevasf e citada no relato acima, Débora, Ariane, Fabrício e Rita, associadas cujos relatos auxiliaram na construção do referido trabalho.

Os agentes externos tinham como função mobilizar e selecionar os jovens da comunidade para participarem dos cursos ofertados:

Débora – (sobre os cursos) Mas o de informática foi mais lá na frente quando Marta já estava entrando... Então, mas isso tudo foi no Projeto Amanhã só que

<sup>16</sup> Esse número varia entre 12 e 14 no decorrer das entrevistas realizadas.

chegou uma época que ela ia se aposentar, aí tinha que ter outra pessoa, aí foi quando Ronaldo veio com o projeto e Marta ficou nessa parte de assistencialismo.

Pesquisadora – Esses nomes que você está citando são todos funcionários da Codevasf?

Débora – É.

Jadson – Essa Ivonete hoje é aposentada.

Débora – Mas foi uma grande referência para os jovens, vários jovens hoje têm história com ela. O cunhado dela também fez curso no Projeto Amanhã.

Eliane – É, ele fez lá, de mecânico e hoje ele continua mecânico... (Trecho de entrevista, 2017).

Marta, a pouco referida, no período em que foi contratada para coordenar as atividades do Programa na região do Baixo São Francisco, residiu no povoado Ponta de Areia, o que acredita ter contribuído para que os jovens dessa comunidade tenham edificado um grupo mais consolidado:

E aí como eu ficava em Ponta de Areia, de noite a gente se juntava. Um monte de jovem a noite lá na minha casa, a gente conversava muito e vivia né? Vivia a vida deles. E aí surgiu essa coisa mesmo da organização. Como é que a gente vai fazer? E aí pensamos e, foi assim, uma coisa que surgiu deles, certo? Mas assim, eu acredito que... que nem uma criança. A criança não sabe andar, começa a aprender a engatinhar e tudo né? Então foi a partir desses agentes externos que foi Ivonete, que fui eu, que foi o Ronaldo que deu todo o apoio dentro da Codevasf, que ele era o nosso chefe (Marta, 2018).

Ainda no processo de consolidação, os jovens começaram a produzir e comercializar capim-santo para Daterra Agroindustrial, empresa de fabricação de chás que prioriza a produção orgânica de pequenos produtores e de projetos com responsabilidade social na aquisição da matéria prima utilizada para a confecção de seus produtos.

Na ocasião, além de comprar toda a produção dos jovens que participavam dos cursos da Codevasf, a dona da Daterra, Débora de Cássia Silva, responsável pela marca Namastê Orgânicos, foi contratada para dar cursos e consultoria a esses sujeitos, com ênfase na biodinâmica. Nesse período, a produção era realizada na Codevasf e, além dos jovens que mais tarde iriam consolidar a APOP, contava com a presença de outros jovens de diferentes localidades do Baixo São Francisco Sergipano.

Alguns desses sujeitos atuavam como estagiários, recebendo uma quantia mensal em virtude de convênios firmados com instituições parceiras, dentre as quais, a Associação de

Moradores e Amigos de Nova Brasília. As parcerias financeiras estabelecidas por meio de projetos e mediadas por Ronaldo possibilitavam, por vezes, a implementação de bolsas para alguns dos associados. O Projeto Doces Matas, iniciado em 2006 e com duração de 18 (dezoito) meses, voltado para a recuperação de matas ciliares por meio da sensibilização e mobilização de comunidades e incentivo à produção (PEREIRA, 2005) se enquadra nesse contexto.

Fruto de um convênio firmado entre a Codevasf e o Instituto Xingó, o Projeto beneficiou com bolsas quatro associados, que ganhavam um valor mensal de R\$200,00 (duzentos reais) para ajudarem no processo de produção de mais de 100.000 mudas nativas que seriam utilizadas no processo de recuperação florestal. Como a parceria não estava diretamente ligada à Associação, mas sim a alguns dos jovens associados, ex-alunos do Projeto Amanhã, eles tinham que dividir sua rotina de trabalho entre as atividades da recém consolidada Associação e as atividades de produção exigidas pelo Projeto que ocorriam em viveiros da CHESF e da Codevasf.

De acordo com Ronaldo, coordenador do Projeto Amanhã na ocasião, a proposta na consolidação desses convênios era impedir a descontinuidade dos cursos ofertados por falta de recursos, de modo que a estrutura metodológica dos cursos continuava sendo de responsabilidade da Codevasf:

Teve curso de apicultura com a intenção de criar um grupo de apicultura que aí daria para eles trabalharem entre eles. Teve um curso de reciclagem que era para formar um outro grupo, uma outra associação para trabalhar com reciclagem. Teve um curso de... acho que foi de cestaria, de artesanato, para formar um grupo que aí seria aqueles jovens gerenciando isso. E o único que ficou foi a APOP. De todos que... formou um grupo no Serrão, formou um grupo no Betume, em vários povoados ali em torno do Projeto Amanhã foram criados núcleos e a APOP foi o único que ficou, mas por quê? Porque a metodologia, como ela tava lá, ela dormia lá, ela passava a semana lá, então tinham as reuniões extra convênio. Aí eles foram criando aquela identidade, até se formar a APOP (Ronaldo – ex-coordenador do Projeto Amanhã, entrevista realizada em 2018).



**Figura 14.** Primeiro corte de capim-santo, em 2008



**Figura 15.** Colheita do capim-santo no CIB (4ª/CIB), em Neópolis.



**Fonte:** Arquivos da Associação, s/d.

Os jovens contavam, ainda, com o apoio de familiares que ajudavam a cortar e juntar todo o cultivo que seria transportado para Santana do São Francisco, em Sergipe, onde ficava localizada a fazenda Daterra. O trabalho coletivo consolidava um ambiente de diversão e interação que, ainda que não intencionalmente, servia para comunicar o conhecimento adquirido e sua progressão, tal qual delineado por Rita:

Na verdade, era mais diversão a associação (risos) porque a gente ia pra lá, produzia era capim santo e o que vendia era o que a gente... uma parte ia pra o caixa e outra parte a gente dividia com a gente. Mas assim, era tão pouco o dinheiro, mas só de tá ali junto pra gente era uma felicidade, minha irmã. Era bom demais aquele tempo (risos) (Rita – associada desde 2007, entrevista realizada em 2018).

No processo de formação no qual estavam inseridos, os agentes externos emergiam como intermediários entre cada um dos sujeitos em particular e a sociedade pela mediação do grupo de pertença e de referência dos jovens envolvidos nos cursos, que está ligado à cultura do arroz, e o emprego de um conjunto de valores agroecológicos.

Em Ponta de Areia, as atividades da APOP foram iniciadas no quintal da casa de Débora, aluna do Projeto Amanhã e sócia-fundadora da Associação, com o cultivo de hortaliças e, em seguida, com a produção de ervas medicinais. Somente em meados de 2008, com a compra do terreno em que atualmente está localizada a sede da APOP por Marta, e cedido à Associação

em regime de comodato, é que teve início a produção e comercialização de mudas, conforme fragmentos extraídos das entrevistas em profundidade:

Foi aí que a gente viu a possibilidade de comprar um terreno vizinho. Que era um terreno grande, certo? Que foi uma vitória. Que você... assim, não ter nada e já começar com um terreno. O terreno também era um areal, não tinha nada, nada, nada. E aí, técnicos da Codevasf iam ajudar de graça... (Marta, entrevista realizada em 2018).

Débora – Aí a gente começou no viveiro cheio de areia e um telado assim... um pau, aí a gente começou a vender mudas...

Eliane – Começou a vender mudas de eucalipto e sabiá, só essas duas (Trecho de entrevista, 2017).

A estruturação física da sede, instalada em uma área de 4.500m<sup>2</sup>, contou com a colaboração e participação de moradores locais, incluindo familiares dos jovens envolvidos, e de funcionários de instituições parceiras. A bomba d'água para irrigação, por exemplo, foi adquirida pelos associados por meio da venda dos produtos cultivados, e instalada por técnicos da Codevasf, na condição de voluntários. Os recursos que possibilitaram a construção do viveiro foram doados pelo Instituto Aliança em parceria com o Grupo Walmart. A execução da obra ficou sob responsabilidade do Sebrae.

**Figura 16.** Instalação da bomba d'água, 2008.



**Fonte:** Arquivo da Associação.

**Figura 17.** Construção do viveiro da APOP, em 2010.



A troca de conhecimentos e experiências delineada pelos cursos oferecidos, visitas técnicas e no próprio cotidiano dos jovens dentro da Associação, nas atividades de plantio,

colheita e comercialização, agregava-se, pois, às condições econômicas, políticas e culturais vivenciadas pela categoria no rural, que impunha não apenas a mudança de valores organizacionais, tornando atrativo um trabalho que nem sempre é percebido pelo jovem como uma possibilidade, ao passo que oferecia condições (formação e manutenção de capital social) que facilitavam a intermediação financeira com o setor público, conforme fragmentos, a seguir:

Jadson – Aí depois dessa produção de capim-santo que eles já não vendiam mais né? Foi quando eles já vendiam eucalipto e sabiá né? E tinham uma hortinha aqui que foi quando eu entrei. Aí quando eu entrei foi quando... já tinha o viveiro montado. Era quando ia iniciar, que tudo já tava aprovado, já ia executar o Projeto Frutos da Floresta.

Débora – Que esse foi o projeto grandioso.

Jadson – Foi em 2011.

Eliane – Mas que não foi da APOP...

Débora – Esse era o primeiro escrito pela APOP, pela associação, não?! Tem outro?

Eliane – Esse projeto é de Ronaldo.

Débora – Eu digo através da Associação.

Eliane – Não. Assim... foi através porque já tinha o viveiro, mas assim, é diferente desse de hoje da Petrobras porque ele foi escrito pensando na aqui, tudo aqui, em executar com a gente. E esse “Frutos”, ele escreveu, eu não tava quando começou, mas foi só uma parceria com o viveiro, com a produção de mudas. Não foi executado aqui em Ponta de Areia, não foi só com a APOP, foi a parceira do viveiro. Diferente desse “comunidades em rede” que está sendo executado aqui e com o nome da APOP. O “Frutos” não era no nome da APOP, pelo que eu entendi, quem era o parceiro do “Frutos” era o Icoderus, que recebeu o recurso (Trecho de entrevista, 2017).

O Projeto Frutos da Floresta foi lançado no ano de 2011 e se estruturava basicamente na restauração ecológica dos principais ecossistemas do Estado de Sergipe. A iniciativa, financiada pelo programa Petrobras Ambiental, tinha como instituição responsável pelo planejamento e execução de suas ações o Instituto de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável (ICODERUS) e, dentre os parceiros, a Codevasf, o Sebrae, as prefeituras de Japaratuba e Pacatuba e algumas associações comunitárias, como a APOP:

Eliane – Foi a nossa maior produção de mudas.

Jadson – Acho que a gente produzia anual, no mínimo umas 50.000 mil mudas, né não? Era muita muda, muita muda que era produzida tudo aqui.

Eliane – Espécies da caatinga e da mata atlântica. Coletava também as sementes, eram coletadas por nós, era... o beneficiamento era feito aqui também.

Com a parceria, os associados recebiam capacitação para a coleta e manejo pós-coleta de sementes, além de terem à disposição um veículo que permitia o planejamento de coleta para áreas localizadas em outros municípios do estado; o que contribuiu para a produção de mudas da Caatinga e Mata Atlântica. Durante essa parceria, quatro associados foram contratados no âmbito do Projeto – os que estavam na Associação há mais tempo eram priorizados nesse aspecto, dentre os quais Fabrício, Rita e Débora. Os demais associados davam prioridade as atividades de produção da APOP que se desenvolviam em paralelo as exigidas pelo Projeto. E eram dessas atividades que eles tiravam sua renda, um valor que girava em torno de R\$ 30,00 (trinta reais) mensais. Sobre essa parceria, Rita explica:

Rita – Eu trabalhava na Codevasf pelo Projeto Amanhã que foi pelo Projeto Frutos da floresta, eu trabalhava no projeto produzindo mudas.

Pesquisadora – Era de carteira assinada, Rita?

Rita – Era de carteira assinada, trabalhei um ano nesse projeto Frutos da floresta e trabalhava na Associação. Aí eu trabalhava três dias lá no projeto, na Codevasf e dois dias eu trabalhava na Associação, lá na APOP.

Pesquisadora – Não era na sede da associação que se desenvolvia?

Rita – Era lá no Betume que é um povoado de Neópolis, tinha um viveiro de produção de mudas, aí eu produzia mudas lá e depois eu ia, os dois dias, eu trabalhava na APOP, produzindo mudas também (Trecho de entrevista realizada em 2018).

Durante o desenvolvimento do Projeto e mesmo depois, com o fim dessa parceria que durou três anos (2011-2013), o fluxo de jovens no quadro social da APOP ia sendo renovado em virtude da saída de alguns desses sujeitos da Associação, ou ainda da comunidade, motivados pela busca de oportunidades de trabalho com retorno financeiro mais satisfatório, educação e/ou por terem constituído família. Como forma de mobilizar e atrair uma nova leva de jovens da comunidade para APOP, eram oferecidos cursos como por exemplo o de produção de mudas. Situações que podem ser identificadas nos fragmentos abaixo:

Pesquisadora – Quais foram as motivações que fizeram você sair do meio rural?

Fabrcio – No meu caso, acho que foi a educaao. Eu queria me formar, no queria so o ensino mdio. Eu queria me formar. Primeiro eu pensei em tcnico, ai eu consegui fazer o tcnico em meio ambiente. Ai depois com a motivao do pessoal que trabalhava no projeto “no, porque voc no faz vestibular pra engenharia florestal?”. No meu caso foi esse, mas tem muitos jovens que e pela situao financeira, que la assim, no oferta, no tem emprego. At na agricultura, que la antes era produzido... voc plantava arroz na mo mesmo, agora no, o pessoal joga o arroz e voc no tem como trabalhar mais. Tipo, diria, voc no tem como trabalhar mais. Ai muitos casam jovens e vai fazer o que? Vai ter que sair (Trecho de entrevista realizada em 2018).

Pesquisadora – Entao voc veio por que?

Rita – Porque na verdade como eu casei, ai o meu marido veio, arrumou um emprego aqui, ai eu vim com ele tambm. Ai pronto, dai eu comecei a trabalhar aqui, mas no foi do projeto no, primeiro eu comecei a cuidar de dois meninos, ai pronto fiquei so seis meses cuidando desses meninos [...] (Trecho de entrevista realizada em 2018).

Eliane – No comeo, quando eu entrei...

Pesquisadora – Em que ano?

Eliane – Acho que em 2012, no tenho certeza mais no. Eu vim atravs de meu primo que trabalhava aqui ja, lealdo, que teve um curso de produao de mudas no Projeto Frutos da Floresta, com o coordenador Ronaldo, fez um curso pra trazer mais jovens, ai ele me chamou, meu primo. Ai eu fiz o curso, ai eles fizeram a avaliao e eu passei no curso. Perguntou se eu queria vim trabalhar, ai eu vim. Ai no comeo, a gente tinha uma ajuda. A gente recebia 30 reais, por ms (Trecho de entrevista realizada em 2018).

A dinmica de cursos oferecidos mediante o apoio da Codevasf passou a contextualizar a Associao como um ambiente de aprendizagem, cuja busca pela aquisio de novos conhecimentos pelos jovens revelava a necessidade de saber-fazer, uma vez que o trabalho desenvolvido por eles na Associao, pelo retorno financeiro oferecido, era quase que de voluntariado. O que pode explicar o fluxo de jovens no quadro social da APOP, bem com a permanncia mais prolongada ou a volta para o dia-a-dia da Associao daqueles que eram/sao beneficiados com bolsas mediante as parcerias, como explicam as associadas:

Só fica quem tiver uma vontade assim de ficar, se entrar pelo dinheiro uma hora vai sair, que uma hora vai faltar porque no e suficiente. E, assim, a gente reconhece que no e mesmo porque a sociedade, as coisas que ta, voc tem que ter, ou voc tem igual ao outro, ou voc... sei la (Eliane – associada desde 2012, entrevista realizada em 2018).

Aí eu fui para o Rio, aí demorei um mês lá, depois eu voltei, aí eu não vim mais pra aqui, fiquei em Aracaju, fiquei fazendo um curso, mais curso né? (risos) Aí depois desse curso, aí fui fazer outro de cabelereiro. Trabalhei como cabelereira em Aracaju, depois voltei pra cá. Aí ela (Marta) disse: “tem um projeto e eu quero colocar você nesse projeto, você já está desde que eu escrevi”, aí eu disse “tá bom, pode botar”. Aí foi uma oportunidade de eu voltar para o começo, aí pronto aqui estou (Débora – associada desde 2007, entrevista realizada em 2018).

Enquanto fonte de financiamento, as parcerias representavam, pois, uma alternativa econômica para os jovens, uma vez que mediante os projetos, cuja concepção sustentável se pautava, também, na capacitação dos envolvidos, ampliavam-se, em tese, as possibilidades de geração de trabalho e renda no rural.

O que fortalece a atuação da APOP como um ambiente político e econômico que pela intermediação entre o Estado – Codevasf, ICODERUS, PETROBRAS – e o mercado delineia uma ideia de desenvolvimento pautada pela inclusão econômica e social dos jovens, bem como pela utilização sustentável dos recursos naturais. Contexto que configura um cenário favorável ao desenvolvimento sustentável por integrar aspectos que o impulsionam, tais como a economia, a ecologia, política e educação (SACHS, 2002).

Além de contribuir para o fortalecimento identitário de jovens da comunidade, o trabalho desenvolvido pela APOP passou a ganhar visibilidade no município e tornou-se referência de formação cidadã. Sobre essa afirmação, os jovens relataram em conversas informais algumas situações, como quando um jovem que estava sendo acompanhado por um assistente social por ter cometido algum delito no município foi levado até a Associação, como uma forma de intervenção social baseada na educação.

Os processos formativos (cursos de capacitação, encontros, treinamentos e apoio técnico) desenvolvidos na Associação, além de aumentar as atitudes de cuidado com o meio ambiente, não apenas no contexto de produção, mas no familiar – a exemplo das situações de descarte dos resíduos gerados, em que é muito comum no povoado a prática da queimada, ser substituída pelo respeito e espera da coleta, realizada pela prefeitura duas vezes na semana (terças-feiras e sextas-feiras) – proporcionam oportunidades de aquisição de conhecimentos, valores e empenho em protegê-lo.

A edição do dia 13/12/2015 do Programa Globo Rural, da TV Globo, que tratou das belezas do pantanal de Pacatuba<sup>17</sup>, envolve a APOP justamente nesse contexto, ao destacá-la como uma iniciativa que auxilia na manutenção da biodiversidade ao produzir com sustentabilidade, contribuindo para visibilidade do trabalho desenvolvido na Associação para outros públicos, além dos consumidores, como salientou Débora:

Débora – Pessoas daqui que não conheciam e ver a gente a nível nacional e a partir daí acho que eles até tem uma visão diferente da APOP hoje. E quando tem alguma coisa relacionada ao meio ambiente, acho que a APOP é muito referência (Débora – associada desde 2017, entrevista realizada em 2018).

O movimento por uma agricultura mais limpa, sadia e socialmente justa permitiu a APOP desenvolver e participar de ações e projetos ambientais, tal como o Programa Mais Educação – uma estratégia do governo federal para a promoção da educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino – em que alguns dos associados atuaram como mediadores, no período de 2016 a 2018, trocando experiências, fornecendo informações e explorando junto com crianças e jovens do Colégio Municipal João Camilo Lemos, na própria comunidade, uma realidade ecologicamente mais sustentável por meio de hortas, incentivo a uma alimentação nutritiva e saudável.

Em outra situação, a Associação participou da 3ª Caravana Agroecológica e Cultural de Sergipe<sup>18</sup> “Campo e cidade na luta por alimentos saudáveis, saúde e democracia”, em 2017, que tem como fundamento a troca e disseminação de experiências agroecológicas nos territórios do estado – Sul Sergipano, Sertão Ocidental, Alto Sertão e Baixo São Francisco.

Estudos desenvolvidos no estado (ALMEIDA *et al.*; FONTES *et al.*, 2013; SANTOS; SOUZA, 2014; AMORIM *et al.*, 2017) apontam que o paradigma agroecológico vem fundamentando ações pelos diversos órgãos públicos e organizações não governamentais no meio rural, sobretudo, pelo pressuposto de que seus fundamentos contribuem para o desenvolvimento rural sustentável. Ainda assim, trata-se de um movimento incipiente, desenvolvido, na prática, pela agricultura de integração lavoura-pecuária, pela adoção de sistemas agroflorestais sucessoriais, defesa de sementes crioulas, dentre outros.

---

<sup>17</sup> Reportagem disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2015/12/belezas-do-pantanal-de-pacatuba-se-incluem-46-lagoas-de-agua-doce.html>>

<sup>18</sup> O evento é promovido pela Rede Sergipana de Agroecologia (Resea) e conta com o apoio do Núcleo de Agroecologia da Embrapa Tabuleiros Costeiros (Aracaju-SE) e de diversas instituições e movimentos sociais.

Representando uma estratégia de sobrevivência para as famílias rurais, ao passo que conduz para uma maior participação e valorização dos atores sociais envolvidos em suas práticas, inclusão socioprodutiva, atenuação dos impactos negativos da produção agrícola, conservação da agrobiodiversidade e recuperação da soberania alimentar das comunidades rurais; ainda que sua adoção na prática sinalize a necessidade de assistência técnica capacitada, a divulgação de experiências bem sucedidas, incentivo financeiro e apoio de órgãos e instituições de pesquisa e extensão.

A participação da APOP em eventos dessa natureza fortalece um movimento que conduz e estreita a relação entre diferentes agentes sociais (técnicos, pesquisadores, produtores) na construção de uma realidade rural agrícola sustentável.

Em 2013, a Associação foi contemplada na seleção pública do Integração Petrobras Comunidades, com o Projeto Comunidades em Rede, com proposta de duração de dois anos, porém iniciado apenas em 2015. De acordo com os associados,

Jadson – Esse é de geração de renda, aí tem produtores e consumidores. Os produtores são todos daqui, aí tem os produtores que são... na horta, nos quintais deles mesmo, nos terrenos que eles tinham. Aí teve toda capacitação para ver se eles queriam, teve oficina, desde o início que foi construído. Aí ele funciona assim: a parte de planejamento aqui é nossa, tem a escala de planejamento toda semana o que vai plantar, aí nos leva pra eles, tem reunião. Aí eles ficam na parte de produção, tem a parte de produção e de comercialização. Aí a parte de comercialização é em grupo via WhatsApp. A gente tem uma rede de consumidores em Aracaju, um grupo de WhatsApp, em Aracaju e em Pacatuba. Aí durante a semana, toda a segunda-feira bota no grupo o que tem disponível. Aí os pedidos daqui vai de segunda à quarta, aí encerra na quarta-feira os pedidos e na quinta-feira a gente faz a entrega. E lá no grupo de Aracaju é na sexta-feira as entregas (Trecho de entrevista, 2017).

Como a procura pelos produtos era grande, a APOP – que no dia-a-dia era formada por cinco membros – e os parceiros na produção não conseguiam dar conta da demanda, então consolidaram uma outra parceria com uma Associação, ela ficou responsável por atender os consumidores de Aracaju. Na ocasião, Débora, que estava afastada da Associação, foi contratada pelo Projeto, mas assim como os demais envolvidos, sofreu com os problemas e financiamento do Projeto, que por conta disso acabou se estendendo até o início de 2017.

As parcerias acabaram determinando o ritmo de produção e o número de associados atuantes, de modo que no intervalo entre uma parceria e outra, há queda nas vendas de mudas, o número de associados no dia-a-dia também diminui e, ainda que no coletivo a APOP se



consolide como uma organização que age em oposição ao modelo de produção dominante, o reaprendizado que fundamenta esse movimento se liga às demandas subjetivas dos sujeitos envolvidos, fragilizando-o:

Jadson – Hoje a renda aqui pra gente é o recurso do projeto que tá atrasado. Mas a renda da gente é essa porque antes era a venda de mudas, a gente vendia muita muda. A renda da gente era o que a gente vendia, tinha uma divisão pra gente. Depois desse projeto foi que foi diminuindo, eram projetos que compravam mudas da gente, como os projetos acabaram, aí foi diminuindo a venda de muda. Aí o que ficou de parte de renda foi isso, do projeto, desse projeto Comunidades em rede.

Eliane – Só vendia mais no inverno, eucalipto e sabiá vendia bastante. Era... vendia bastante antes de ter um foco maior nas nativas. E as nativas só vende mais quando é um projeto assim de recuperação. Aí é que vende mais que foi o caso do “Águas do São Francisco” e do “Frutos da Floresta” que foi o maior. (Trecho de entrevista, 2017).

Pedro – O meu... eu acho que eu sou o primeiro dos meus familiares a vir pra essa parte do meio ambiental. Eles não estudaram na escola, nem fizeram faculdade assim... acho que eu sou o primeiro e tudo começou quando eu... eu queria um emprego, só que eu não queria sair da comunidade. Aí eu quis conhecer a APOP... (Pedro – associado entre 2013-2017/ Trecho de entrevista, 2017).

Assim como Pedro, mais de 50 (cinquenta) jovens foram envolvidos nas ações de formação desenvolvidas pela APOP ao longo de seus onze anos e, seguindo um dos padrões identificados, o seu afastamento, depois de 4 (quatro) anos de Associação, foi resultado de uma demanda por trabalho e de melhores oportunidades de salário – ele migrou para o Rio de Janeiro. Outros elementos podem ser identificados no fragmento abaixo:

Pesquisadora – Qual é o Carlos?

Débora – Carlos era um dos três que era de carteira assinada.

Eliane – Eram esses três aqui, Carlos, Samuel e João.

Débora – Quando ele assinou a carteira, depois não vieram outros projetos...

Eliane – Ele passou um pouco mais de dois anos recebendo aquele valor, quando ele parou, ele não tava acostumado, preparado...

Débora – Pra receber menos, queria receber a mesma quantidade ou mais um pouquinho. Aí ele saiu, mas ele era o cara. Todos eles aí, cada um tinha uma ideia, cada um participava de um jeito, mas era um sonho compartilhado entre todos.

Pesquisadora – E atualmente, eles estão na comunidade ou saíram?

Débora – Esses dois aqui são religiosos. Ana continua na comunidade, é mãe de família, inclusive tá grávida. Essa aqui também já é casada. Ele estuda. Rita se casou também, mas ela trabalha.

[...]

Débora – Carlos na construção civil, Carlos se casou e foi trabalhar na construção civil. E Samuel é pai de família.

Eliane – Samuel ficou aqui, Carlos foi embora, Fabrício foi embora, Rita foi embora, essa aqui, Ariane, irmã de Fabrício, você vai falar com ela, foi embora. Eles dois estão estudando, frei. Ela casou e ela casou e tão aqui. (Trecho de entrevista, 2017).

Os principais motivos da saída de jovens rurais para os centros urbanos com base em estudos realizados em Sergipe (CONCEIÇÃO, 2007; MENEZES *et al.*, 2017) relaciona esse movimento à falta de oportunidades educativas e econômicas, à vida sofrida no campo e às dificuldades climáticas. A pesquisa reforçou que os jovens sem oportunidades de trabalho e estudos no meio rural saem em busca de novas opções nos centros urbanos. O fragmento acima faz referência ao núcleo de jovens que consolidou a APOP, os sujeitos que saíram da comunidade foram em busca de emprego, sobretudo, na construção civil; ou migraram em busca de educação, como foi o caso de Fabrício.

Os que ficaram constituíram família, as mulheres, tornaram-se “dona de casa”, o único homem, trabalha de moto táxi no município e planta arroz no lote do pai. Possuir um lote foi apontando durante as entrevistas como um dos motivos que permitem que o jovem fique na comunidade.

Quando perguntados sobre os aspectos que facilitam a manutenção dos jovens na comunidade, eles falam, principalmente, sobre o acesso à uma renda própria. Mas sinalizam, também, a necessidade de incentivo e apoio à formação, a posse de um lote para produzir e a necessidade de gostar do trabalho agrícola, uma vez que há um “preconceito” em relação a esse tipo de atividade e ao trabalho desenvolvido na APOP (do tipo, “você são tolos por estarem trabalhando para os outros”):

Huilton – Incentivos, palestras pra eles entenderem a coisa como é aqui. Assim como cuidar do meio ambiente, como plantar, cuidar, isso tudo eu não gostava, na verdade. Tipo, meu pai fazia horta eu nem cuidava, eu só olhava. Aí depois eu quem tomei posse da horta e eu quem cuido hoje em dia porque nem todos os jovens querem, tem muitos que tem preconceito “ah, tá plantando pau”, “fazendo não sei o quê” “fazendo isso” “aquilo”.

Cleyton – Eu acho que as pessoas ficam aqui, no meu ver, filhos de loteiros, quem tem lotes. Aí eles olham aquilo como uma alternativa de ganhar dinheiro, aí eles permanecem aqui pra continuar o que o pai já começou. Agora muitos que não tem, é raro, é muito difícil, permanecer aqui porque não tem com o que sobreviver.

Débora – De real, de real, não tem muita motivação. É como eu falei pra você, a maioria do jovem não tem foco e aí quando vêm pessoas de fora que possam incentivar como houve com a gente essa oportunidade de haver um grupo.

Eliane. Quando você quer ficar ali, quando você vê que é importante. Que muitos pais, eles falam assim “eu não quero que você passe pelo que eu passei” “eu não quero que você seja produtor” “que plante arroz” que é a cultura daqui. Mas eu acho que quando você diz “eu quero é isso” “essa é a minha cultura” “eu quero é ficar aqui” mesmo com todas essas dificuldades, mas eu quero permanecer aqui. Encontrar meios de minha renda sair daí. Aí você fica, mas se você não gostar, mesmo que você produza e tenha pra quem vender, se você não gostar de trabalhar ali, você não vai ficar. Acho que o que motiva é isso, você gostar de seu local.

Jadson – Acho que o aspecto maior em ambas as partes (sair ou ficar) é dinheiro porque se na agricultura tiver dinheiro, tiver uma renda boa que ele veja que dá pra ele sobreviver e atender as necessidades dele, ele não sai. E se não tiver, ele vai ser obrigado a sair.

Ainda que a estratégia de desenvolvimento pela qual se consolidou a APOP tenha como um dos fundamentos a redução dos fluxos migratórios, o estabelecimento de novas demandas, sobretudo, a partir da construção do próprio núcleo familiar, determina o sentido que o trabalho adquire para o jovem. De modo que, mesmo aqueles que gostam de trabalhar na Associação, entendem que se trata de um trabalho temporário já que o retorno financeiro oferecido exige a saída desse sujeito da APOP, em muitos casos da comunidade, na tentativa de prover as necessidades da família. Uma realidade comum à dos demais jovens da comunidade:

Pesquisadora – Você tem quantos irmãos?

Rita – Oito comigo.

Pesquisadora – Eles estão em Pacatuba?

Rita – Não, tá tudo espalhado. São Paulo, aqui em Aracaju, outro povoado de Pacatuba. Tudo espalhado.

Pesquisadora – E essa movimentação foi por quê?

Rita – Casaram e foram à procura de emprego porque lá o arroz, antigamente, era na mão-de-obra, as pessoas iam, plantavam e tinham sua renda, seu

dinheiro. Só que agora não, o dono do lote, o proprietário do lote, agora eles mesmos faz tudo. Aí como a tecnologia agora tá tão avançada, aí agora pronto, aí depois que produz o dono do lote, aí a máquina vai e só faz cortar, colher, aí pronto. Aí por isso que muita gente veio embora pra Aracaju atrás de emprego porque não teve mais oportunidade de trabalhar no arroz. Alguns ficaram lá, trabalhando de prefeitura, mas a maioria das pessoas vieram tudo pra Aracaju porque não tinha oportunidade.

Pesquisadora – De seus irmãos só tem um lá agora?

Rita – Só esse que trabalha no lote (Trecho de entrevista, 2018).

Assim, a possibilidade de assinar a Carteira de Trabalho mediante consolidação de alguma parceria é entendida pelos associados como uma forma de se manter na comunidade e no cotidiano da Associação, principalmente para os mais velhos – os três associados que participam, hoje, ativamente do dia-a-dia da APOP estão na faixa etária de 18-23 anos.

A partir das conversas com os associados foi possível identificar alguns locais no percurso que fizemos até chegar a sede da Associação onde houve a atuação dos jovens a partir de atividades de reflorestamento: Chegando no povoado pela SE-204, por exemplo, é necessário atravessar a ponte da Congombéia, conhecida pelos moradores locais e visitantes por ser uma área de lazer em que é possível se banhar nas águas do rio Betume, ou Poxim. Os jovens foram convidados pela proprietária do restaurante do local a realizarem o plantio de árvores nativas, o que foi realizado por eles de maneira voluntária; no cruzamento da rua onde fica localizada a APOP e que leva esse nome, outrora palco de festejos religiosos (lembança que emerge na fala dos entrevistados), possui uma árvore de canafístula plantada nos primeiros anos de funcionamento da Associação.

Há ainda aquelas áreas em que eles mantêm uma relação por serem fontes de sementes, por exemplo, próximo à Mizu Cimentos, também na Rodovia João Batista de Melo (SE-204) – a Associação vai se delineando nas vozes dos jovens como palco de uma vida social em que o comprometimento coletivo promove interações e o compartilhamento de saberes e experiências para além das fronteiras do município em que vivem os jovens associados.

## **O presente**

Atualmente, a APOP possui 14 (quatorze) associados, dentre ex-técnicos dos projetos em que se envolveram (o contato durante as visitas permitiu que eles criassem um vínculo, gerando confiança entre as duas partes), moradores locais que se envolveram na atividades da

Associação a partir do Projeto Comunidades em Redes e acabaram se tornando sócios honorários e ex-coordenadores de projetos ligados à consolidação da Associação.

Associação trabalha com a produção e comercialização de alimentos em sistema de manejo orgânico e de mudas florestais, mas pelo fato de lidarem com algumas situações ambientais que influem diretamente nas práticas de cultivo, os associados sinalizam a fragilidade do sistema de produção adotado em virtude de aspectos como, por exemplo, o fato da sede estar localizada nas proximidades de lotes de produção de arroz e como isso influi na dinâmica de produção:

Eliane – Pra conseguir o selo, pra vender com o selo, garantir que é orgânico, tem todo um trabalho que dura muitos anos.

Pesquisadora – E vocês estão correndo atrás disso?

Eliane – Ainda não. Primeiro trabalhar essa questão do solo e chegar lá, ter controle de esterco, ou não usar esterco, usar alternativas...

Débora – Porque o ideal era não usar o esterco porque já que se cria o gado no lote, onde tem muita química, onde se planta o arroz.

Eliane – Se não tem controle do esterco, eu não posso dizer que é orgânico que aí os gados comem lá os capim que foram passado o veneno.

Débora – Mas aí o objetivo é diminuir a química... que nem aquele... o filho de Valmir. Ele produziu uma marinha de arroz orgânico.

Eliane – Agroecológico.

Débora – Aí, tipo, o pai, do outro lado da marinha, usa o químico, mas por onde sai a água que ele usa o químico? Aí “não, é agroecológico”, mas de qualquer forma a química vai, ele só diminuiu.

Eliane – Mas veja só, é agroecológico, ele não pode dizer que é orgânico porque o solo tá contaminado porque já plantou com...

Débora – Sim, mas não é totalmente agroecológico.

Eliane – Não, agroecológico é um processo pra chegar lá no orgânico. Então, o nosso, o nosso esterco que a gente usa, não tá controlado, nós não temos o controle, por isso que o nosso é agroecológico. A gente tá nesse processo.

Débora – Mas de qualquer forma o esterco é menos porque já passou lá pela coisa da vaca, já...

Eliane – E tem o composto né?

Jadson – No processo de ruminação.

Débora – Tem o composto, e menos, eu já posso considerar agroecológico.

Eliane – E a gente também tá aqui a favor, o vento que traz que usa aí atrás, que a gente sente as vezes quando passa aí sente o mal cheiro aqui. E tudo isso conta. E as águas que pega e solta, que solta no rio de novo porque, é uma outra questão né? Porque aparentemente a Codevasf traz a água limpa, pega a água limpa do rio, sem nenhuma química. Mas quando o produtor usa, que joga pra o rio, ela tá contaminada e de quem seria a culpa? Pra quem seria a

pena? Do produtor ou da empresa que abastece? Que é nossa parceira (risos).  
(Trecho de entrevista realizada em 2017).

Como o cultivo de arroz ocorre durante os meses de outubro a fevereiro, durante o período de observação encontramos os lotes drenados servindo de pasto para gados de corte. Embora a integração da cultura de arroz com a pecuária seja uma alternativa no que se refere à eficiência na utilização dos lotes, o uso de agrotóxicos durante o cultivo de arroz no controle de pragas expõe o meio ambiente e a população à uma contaminação invisível, tanto pela dificuldade do consumidor reconhecer um produto que recebeu ou não agrotóxico como pela cadeia de disseminação do inseticida que nesse caso se inicia na rizicultura, incorpora-se ao solo, passa pela digestão do capim ingerido pelo gado e chega a nós consumidores mediante o consumo do arroz e/ou da carne.

Em um cenário ainda mais próximo das atividades desenvolvidas pelos associados, essa contaminação pode se desenvolver, tal como assinalado pelos associados, a partir de um dos componentes do substrato utilizado por eles: o esterco bovino, que chega até à Associação por meio de doação ou da venda pelos proprietários dos lotes (misturado com areia e terra preta esse componente é utilizado para nutrir as plantas, a fim de favorecer seu bom desenvolvimento).

Outro aspecto, ainda nesse contexto, se refere à localização da APOP. Os jovens comentaram, ainda na etapa exploratória do estudo, sobre a existência de alguns lotes de rizicultura nas proximidades da Associação, então durante o período de observação, no intervalo do almoço, seguimos a pé em direção a eles.

Assim que saímos da sede da Associação, avistamos um corredor delimitado por duas propriedades, ao chegar no final do corredor, nos deparamos com o canal de irrigação e drenagem dos lotes, administrado pela Companhia de Desenvolvimento do Vale São Francisco (Codevasf). Uma passagem com troncos de árvores improvisada pelos moradores nos permitiu atravessar o canal e ter acesso aos lotes que ficam cerca de 18 (dezoito) metros da sede.

**Figura 18.** Distância da sede da APOP aos lotes mais próximos de produção de arroz



**Fonte:** GOOGLE. Google Earth. 2018. Povoado Ponta de Areia, Pacatuba – SE. Observação: A linha vermelha representa o percurso realizado a pé pela pesquisadora.

A produção de mudas é realizada em paralelo ao cultivo de hortaliças, de modo que é comum a imagem dos associados sob a sombra de alguma das árvores da Associação, descascando manualmente os frutos para terem acesso as sementes, a fim de acelerar a germinação (beneficiamento). O processo de obtenção das sementes, que outrora era feita em povoados e municípios vizinhos e em lotes do próprio povoado, hoje, por falta de recursos, ocorre apenas em áreas próximas da Associação, em áreas públicas ou particulares, nesse último caso com autorização do proprietário do terreno.

O cultivo e venda das mudas gera um retorno financeiro mais satisfatório – o preço de cada muda varia entre R\$ 2,50 a R\$ 4,00 a depender da quantidade solicitada e não da espécie, porém, o escoamento da produção se relaciona também à época do ano, uma vez que a venda de mudas para o plantio ocorre, em um maior volume, na época de chuvas. Fora desse período, as vendas caem e é comum eles perderem mudas porque passarem do tempo do replante.

No fundo da Associação tem uma pequena estufa com algumas plantas ornamentais. Eles só produzem em maior quantidade próximo ao período em que ocorre o Feirão de Artesanato e Produtos Regionais, conhecido como Feirão da Codevasf, entre o final do mês de novembro e início do mês de dezembro. Ao contrário dos anos anteriores, eles não participaram

do Feirão em 2018 porque, como sempre levam algum tipo de artesanato além das mudas, não fizeram nada esse ano.

**Quadro 2.** Lista de espécies cultivadas na APOP, 2018.

Nome popular*	Nome científico
Nim	<i>Azadirachta indica</i>
Pau-pombo	<i>Tapirira guianensis</i>
Aroeira	<i>Schinus terebinthifolius</i>
Canafístula	<i>Cassia fistula</i>
Oiti	<i>Licania tomentosa</i>
Mata-fome	<i>Pithecellobium dulce</i>
Angelim	<i>Hymenolobium petraeum</i> Ducke
Trapiá	<i>Cratava Tapia</i>
Umbaúba	<i>Cecropia</i>
Sabiá	<i>Mimosa caesalpiniaefolia</i>
Maria-preta	<i>Solanum americanum</i>
Castanhola	<i>Terminalia catappa</i>
Ipê	<i>Handroanthus chrysotrichus</i>
Mamona de cachorro	<i>Brosimum gaudichaudii</i>
Eucalipto	<i>Eucalyptus</i>
Pau-brasil	<i>Caesalpinia echinata</i>
Pau-ferro	<i>Libidibia ferrea</i>
Cajazeira	<i>Spondias mombin</i>
Aceroleira	<i>Malpighia emarginata</i>
Ingazeiro	<i>Inga edulis</i>
Goiabeira	<i>Psidium guajava</i>
Araticum	<i>Annona montana</i>
Araçá	<i>Psidium cattleianum</i>
Jenipapeiro	<i>Genipa americana</i>
Gravioleira	<i>Annona muricata</i>
Mangueira	<i>Mangifera indica</i>
Cajueiro	<i>Anacardium occidentale</i>
Mamoeiro	<i>Carica papaya</i>
Mangabeira	<i>Hancornia speciosa</i>
Jaqueira	<i>Artocarpus heterophyllus</i>
Tangerineira	<i>Citrus reticulata</i>
Pitangueira	<i>Eugenia uniflora</i>
Tamarindeiro	<i>Tamarindus indica</i>
Mulungu	<i>Erythrina verna</i>

\* Os nomes populares utilizados na composição do quadro foram elencados pelos associados nas entrevistas e durante o período de observação, os nomes populares podem variar conforme região do país, a exemplo da mamona de cachorro, cujos nomes populares incluem algodão do campo, espinho de vintém, maminha cadela e mama-cadela.

A coleta de sementes é feita no próprio povoado ou em comunidades vizinhas, nesse último caso o percurso é feito de motocicleta. Durante o período de observação, pude acompanhar a coleta, seguindo-os com o carro da UFS. As áreas de coleta são selecionadas com base em árvores isoladas, nas imediações da Associação, em lotes, ruas ou praças do próprio povoado, ou ainda em povoamentos vizinhos. A escolha da árvore matriz se dá pelo fenótipo, árvores com muitos frutos, por exemplo.



Ao entrarmos em uma das propriedades em que está localizada uma das matrizes utilizadas pelos associados para a coleta de sementes de angelim, avistamos próximo a uma casa no fundo do terreno o proprietário do local que, na ocasião de nossa chegada, cuidava da alimentação de seu cavalo de lida. Ele parou por um instante, identificou de quem se tratava e, como quem já acostumado com a presença dos jovens, continuou seus afazeres.

Do lado de cá, com ajuda de um podão, o Jadson começou a coletar as sementes, elencando alguns dos critérios utilizados para a escolha da matriz, como o tamanho e a forma da copa, a quantidade de frutos e a altura da árvore. Eu me aventurei na tarefa e coletei alguns frutos que, em seguida, passarão por um processo de beneficiamento para a retirada das sementes.

Tivemos a oportunidade, também, de conhecer um dos quintais produtivos cujos cultivos (leguminosas e plantas frutíferas) outrora eram vendidos em parceria com os associados a partir do desenvolvimento do Comunidades em Rede. Com o fim do projeto, em 2017, nem todos os produtores deram continuidade à produção de hortaliças. Lá, conhecemos o seu Antônio que, ciente de nossa visita, já nos esperava encostado na parede frontal de sua casa pronto para nos mostrar os resultados de uma produção livre de agrotóxicos, inseticidas e fertilizantes químicos.

Ele é agricultor e já produzia raízes e hortaliças antes da parceria com a APOP. Fato que consolidou aprendizados e trocas de saberes entre ele e os jovens associados sobre adubação, preparo do solo, plantio, colheita, manejo de plantas daninhas, buscando realizar tudo de forma natural ao darem preferência a ingredientes da natureza. Para adubar a terra, por exemplo, seu Antônio faz uso de sobras de verduras, legumes, frutas e folhas de árvores no preparo de compostagem orgânica que ajuda a nutrir e fortalecer o solo.

Seguimos pela lateral da casa até o fundo do terreno onde nos deparamos com cultivos diversificados: bananeiras, caramboleira, mangueiras, mamoeiros, maracujazeiros distribuídos no entorno da casa e, em espaços delimitados, canteiros com recém-plantadas hortaliças. De acordo com o seu Antônio, em virtude de os canteiros não estarem apresentando a mesma produtividade de meses atrás, ele pretende deixar a terra descansar um pouco a fim de proporcionar ao solo condições de recuperação nutricionais, enquanto isso fará uso de outra área do terreno para cultivar suas hortaliças.

Ambas as técnicas aqui elencadas já eram adotadas por ele antes da parceria com a APOP e se devem, também, aos anos em que ele trabalhou na Escola Família Agrícola de

Ladeirinhas, no município de Japoatã, Sergipe. A instituição oferece o ensino médio profissionalizante de Técnico em Agropecuária, com internato e em regime de alternância, aos filhos de pequenos agricultores e assentados do município e de municípios vizinhos.

Seu Antônio nos informou que a proposta da instituição supracitada envolve o desenvolvimento de técnicas ecologicamente corretas de produção, daí a facilidade no diálogo com os jovens da APOP. Atualmente, ele é um dos sócios honorários da APOP.

A dinâmica adotada pelos associados que atualmente fazem parte do cotidiano da Associação representa um hiato à falta de parcerias que delineiam, também, a área de atuação da APOP. Já que é a partir dessas parcerias que os jovens recebem apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento e o aprimoramento de padrões orgânicos e capacidade de produção de mudas, de modo a atingir as metas estabelecidas em regimento e fixadas em cada uma das parcerias.

Com o fim do último Projeto, Comunidades em Rede, os associados não conseguiram dar continuidade à dinâmica dos quintais produtivos. O número de associados atuantes, conjugado aos problemas técnicos-produtivos e operacionais, são indicados por eles como elementos determinantes a baixa produtividade:

Porque, assim, no começo, quando você planta em uma terra que não tá sendo usada, acho que tá tudo bem no começo, mas depois vai surgindo muitas pragas [...] foi feita a coleta do solo só que o resultado não veio pra gente, ou seja, a terra não foi corrigida. Se tivesse algum problema, não foi corrigido. Aí começou a surgir vários problemas e a gente não sabe exatamente o que é. Disse que no tomate é uma coisa porque o tomate é isso e aquilo, mas o solo... não sabe o que é que tem no solo. Então esse foi um dos problemas também pra diminuir a produção (Eliane, associada desde 2007 – entrevista realizada em 2018).

[Sobre o Projeto Comunidades em Rede] que aí era assim, cada um tinha uma horta em seu quintal, aí Débora era a que era responsável por organizar. Aí essa semana você vai levar isso, aí todos na sexta-feira vinha aqui, aí a gente organizava e já tinha pedidos, aí já ia levando o certo já. Aí a gente vendia. Já era certo já. Aí acabou. E aí continuou ainda um tempinho, mas só que depois aí parou porque não houve mais o controle. Ela se afastou um pouco por causa de problemas pessoais. Aí pronto. Sem o controle, sem uma organização, aí não dá certo (Cleyton – associado desde 2017, entrevista realizada em 2018).

Os parceiros que continuaram plantando em seus quintais, diminuíram a produção e passaram a se relacionar diretamente com os seus consumidores. A venda dos produtos cultivados na horta da Associação é realizada de porta em porta com expondo os produtos

disponíveis em uma galinhota, quando ocorre também a entrega de encomendas feitas durante a semana. Em relação as mudas, a divulgação é feita por telefone e as compras são realizadas, sobretudo, por proprietários de sítios e fazendas do município para fins de paisagismo e ornamentação. Há ainda aqueles consumidores que vão até a sede da Associação em busca dos produtos.

A procura por produtos “limpos” não é uma demanda na comunidade, de modo que os associados acabam vendendo os alimentos cultivados pelo mesmo valor ou, às vezes, até mais barato que os produtos vendidos na feira:

Não é só a gente que trabalha com isso aqui de legumes, aí não são todas as pessoas também que tem essa consciência do orgânico, do agroecológico. Aí, imagine, pense você, uma pessoa que não tem o conhecimento, não sabe, vem aqui e vê um pimentão desse tamanho [indica com as mãos o tamanho], vai ali no final da rua, você vai comprar o pimentão desse tamanho [indica com as mãos o tamanho]. Ele vai comprar o maior (Cleyton, associado desde 2017 – entrevista realizada em 2018).

No dia-a-dia, eles buscam reverter esse cenário conversando com os consumidores sobre os benefícios dos alimentos produzidos sem agrotóxicos. O termo turrão foi utilizado por eles durante as nossas conversas em referência aqueles sujeitos que não se deixam convencer, que não concordam com a utilização de técnicas de produção menos prejudiciais ao meio ambiente ou, se concordam, não as praticam.

No que diz respeito à etnografia, a expressão sugere que se trata de algo que caracteriza a interação dos jovens com grupos específicos da comunidade, do mesmo modo que se apresenta de maneira topicalizada como tendo uma dinâmica em si com o potencial de expandir, bem como de minimizar oportunidades de aprendizagem.

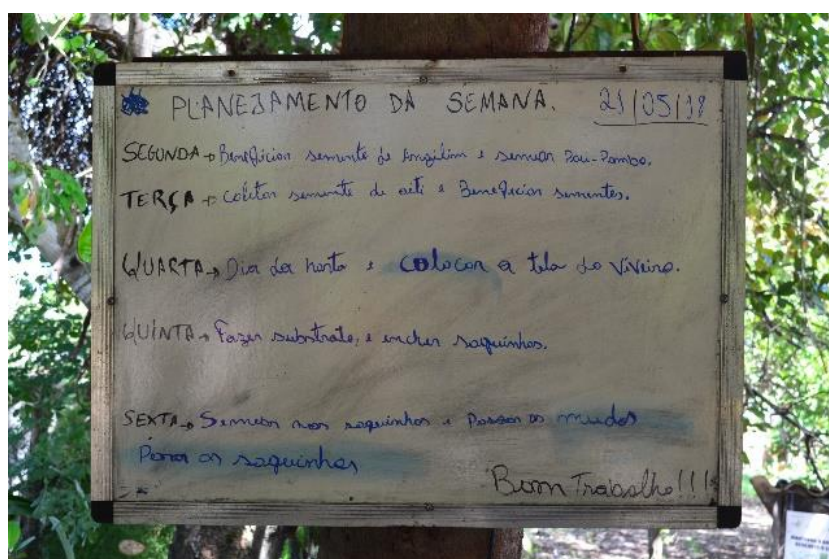
A noção é direcionada por eles tanto aos mais velhos residentes na comunidade e com quem se relacionam quanto para ilustrar uma etapa anterior à aquisição de diferentes conhecimentos, valores, habilidades e experiências nos cursos de capacitação de que fizeram parte – tendo sido eles, também, turrões – e que serviram como suporte ao modo de vida e de produção adotado por eles. A experiência emerge aqui como fator de transformação, de modificação de hábitos em um contexto em que a interação sujeito-ambiente é fundamento e condição necessária para que o conhecimento, nesse caso em particular em sua interface com as questões ambientais, avance.

Lançando o olhar sobre o sujeito aprendente, Rogers (2009) assinala a necessidade de que ele esteja aberto às suas experiências, reagindo a cada estímulo, necessidade e exigência; permitindo-se entrar em contato com o novo (ideias, sentimentos, comportamentos) na relação com o outro e com o mundo. Assim, ao fazer uso do adjetivo “turrões” os jovens nos permitem analisar que cada pessoa reage e responde ao mundo tomando como referência as suas experiências, o que dá margem a variados processos de (des)construção em virtude da diversidade de olhares:

A gente no curso aprende a forma certa de semear, de colocar semente, mas em casa, tipo, em casa seu pai coloca como ele aprendeu e que deu certo pra ele a vida toda. Por que agora ele vai querer que coloque assim certinha ou então que escarifique? Tipo, feijão mesmo ou o milho, painho colocava de molho. O feijão ele só semeava quando já tava o olhinho e aí o que é que acontecia? Por que muitos morriam? Porque o olhinho quebrava. Porque ele já botava o feijão com o olhinho e jogava de qualquer jeito lá. Aí o olhinho ficava pra baixo, pro lado e jogava terra em cima. Aí ali ele jogava terra demais e sobreviviam na sorte ali, né? Mas sobreviviam muitos. Ele não contava os que morriam (risos) porque sobreviviam muitos. Mas se ele fizesse da forma certinha né? Mesmo que ele colocasse de molho, mas já botasse na terra antes do olhinho nascer pra não quebrar né? Porque a partir do momento que quebra, já era, não vai ter outro, não vai germinar de novo (Eliane, 2017).

Em relação a rotina, Jadson, que é o atual presidente, Cleyton e Huilton dedicam cerca de 6h diárias às atividades da Associação, tais como coleta e beneficiamento de sementes, manutenção de viveiro, gerenciamento de entrada e saída de dinheiro e produção de substrato (Figura 20). Aos sábados e domingos eles se revezam na tarefa de regar a horta.

**Figura 19.** Planejamento semanal de atividades da APOP



**Fonte:** Camila Bomfim de Gois, 2018.

As preocupações atuais na produção, estão relacionadas as pragas, principalmente na cultura de tomate e de pimentão; e mais recentemente, o ataque de predadores. No viveiro, a maior preocupação é com as lagartas e com os fungos. Os defensivos utilizados na perspectiva de evitar esse tipo de problema são produzidos com nim (*Azadirachta indica*), sobretudo na horta, e leite (uma solução de água e leite).

Pelo pouco tempo que estão na APOP, tanto Cleyton (associado desde 2017) quanto Huilton (associado desde maio de 2018) não chegaram a participar dos cursos oferecidos mediante as parcerias, sobretudo, com a Codevasf. Ambos destacaram que as atividades de produção que eles desenvolvem hoje foram aprendidas no dia-a-dia, na prática. Afirmação reforçada por Cleyton (2018) durante a entrevista:

Quando eu comecei eu não sabia de nada, eu não tinha conhecimento, eu não tinha experiência com nada relacionado a horta, nem a planta, nada, nada. Aí eu vim aprender aqui.

O pai de Cleyton tem uma horta no fundo do quintal que fica ao lado do terreno da Associação. Uma cerca separa as propriedades e enquanto cuidam de seus respectivos cultivos, eles (os associados e o pai de Cleyton) conversam sobre variados temas, dentre os quais os relacionados à produção. Mas nem tudo dessa troca é colocado em prática pelo pai de Cleyton, já ele costuma usar veneno em seus cultivos.

Para Cleyton, o ditado popular que faz jus a essa situação é “casa de ferreiro, espeto de pau”, mas reconhece que sua entrada na Associação permitiu o acesso à uma gama de conhecimentos técnicos (como se trabalha na horta, como plantar, como cuidar das mudas, como cuidar do meio ambiente) que modificou as relações no ambiente familiar – ele passou a auxiliar o pai no cuidado com a horta de casa – ainda que não tenha sido essa a sua intenção ao entrar na APOP:

Pesquisadora – E o que é que te chamava atenção?

Cleyton – Antes, o dinheiro. Eu pensava... quando você não trabalha aqui você pensa que ganha muito dinheiro, aí o que me motivou mais foi isso porque era uma renda né?

Para Rita, associada desde 2007, essa é uma dinâmica comum:

Na verdade, eles entram na Associação com a visão de que vai receber um salário, assim um dinheiro bom né? mas pra gente poder ganhar esse dinheiro tinha que produzir, aí muitos vão, entram enganado. Aí pensa logo “não, tô trabalhando aqui voluntário, sem receber nada” aí desanima. Aí esses projetos foram bons porque muitos ainda ficaram porque trabalhavam de carteira assinada, segurou, aí foi bom. Mas depois que terminou o projeto, pronto, muitos, infelizmente.

Durante o período de observação, estava em andamento o processo de licitação para a cotação de preços dos materiais necessários a ampliação do viveiro de mudas da Associação – ação financiada pelo Projeto Dom Távora em parceria com o governo do Estado, por meio de recursos disponibilizados pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). Além do apoio financeiro, o Projeto oferece apoio técnico, propõe troca de experiências a partir da vivência em outras realidades de produção orgânica.

## **Perspectivas**

A APOP se constrói na dinâmica das relações e dos diálogos estabelecidos por um grupo de sujeitos que carregam na continua re(estruturação) dessa organização uma gama de demandas socioambientais, sobretudo, relacionadas à categoria jovem rural. Vejamos como esse cenário fragiliza ou fortalece a Associação.

O trabalho agrícola se inscreve na realidade dos associados pelo próprio contexto sociocultural em que estão inseridos, as principais referências são a roça e os lotes de arroz, onde acompanhando os pais e/ou em experiências de trabalho “diária” os jovens desenvolveram atividades ligadas à produção do arroz. A influência dos pais foi/é muito forte nesse contexto:

Há vinte e nove anos que eu moro aqui e eu quase não plantei arroz porque meu pai não deixava ir, ele dizia que não ia deixar a gente trabalhar pra ninguém (Eliane. 2018).

Às vezes, até os pais mesmo ficam incentivando “ah, por que não vai procurar um emprego que ganhe mais?”, mas eu quero ficar, mas ficam no pé do ouvido, aí eu me sinto meio pressionado (Huilton, 2018).

Pesquisadora – Eles te estimulavam?

Jadson – Não. Só uma vez ou outra que precisava, aí eles chamavam. Até porque eu acho que eles queriam algo diferente, né? Porque sempre os nossos pais querem o melhor pra gente. Tipo, incentiva a estudar, essas coisas.

Quando a gente tirava nota baixa, “apois, agora vocês vão aprender a fazer cerca” “vocês vão me ajudar a fazer cerca”. Aí ele fazia cerca, a gente dava a coisa, a gente batia o grampo. Aí “isso aí é pra vocês aprenderem a tirar nota alta porque no dia que vocês não derem pra ser alguma coisa da vida, pelo menos da agricultura vocês vão saber” (Débora, 2018).

Ainda que o rural seja visto pelos associados como um bom lugar pra se viver, sossegado, com a vantagem de se poder produzir o seu próprio alimento, morar no campo enquanto um projeto de vida emerge nas conversas como um projeto secundário à busca por melhores condições de sobrevivência e realização de aspirações profissionais.

Eu tenho interesse de terminar o meu curso e que volte pra poder aplicar na comunidade que, assim, se tiver as oportunidades de um trabalho que seja na região, que seja sobre isso (Eliane, 2018).

Querendo ou não você vê o salário aqui, 200 reais, não é muita coisa. Aí, às vezes, você quer fazer algo e o dinheiro não dá. Aí você pensa “se eu tivesse trabalhando em algo melhor, eu poderia fazer isso”. Aí esse é o grande motivo, mais a renda mesmo. mas aqui em questão de moradia aqui é muito bom porque é tranquilo, você sai pra rua, volta meia noite e nada vai acontecer com você. Bem tranquilo aqui. Umas vezes outro assalta, mas... (risos) (Cleyton, 2018).

Rapaz, se hoje surgisse qualquer emprego que eu ganhasse mais, hoje, eu acho que eu sairia. Qualquer emprego (Huilton, 2018).

Há ainda aqueles que saíram da comunidade e ao voltarem não retornaram para as atividades da Associação, mesmo mantendo o vínculo de sócios, como é o caso de Débora e Eliane, que participam pontualmente de algumas atividades (no processo de licitação do Projeto Dom Távora, Eliane estava totalmente envolvida).

Ao serem perguntados se existe o interesse em sair da comunidade, considerando apenas os que moram em Ponta de Areia, as respostas indicam que se trata de um cenário previsível, uma vez que o contexto social oferece poucas opções de trabalho:

Sim, sinceramente eu gostaria só pra trabalhar, mas... assim... quando eu tivesse numa idade razoável eu queria voltar. Não idoso, mas tipo uma idade boa porque eu acho aqui um lugar bem tranquilo de se morar sem violência... aí eu gostaria de sair, mas depois voltar. Acho que é apego a terrinha (risos) (Cleyton, 2018).

Querer, não queria. Tem aquela vontadezinha, mas em quando tiver possibilidades não (Jadson, 2018).

Já, até que já fui (risos) por causa de trabalho. Porque assim por mais que seja bom atividade rural e tudo, você precisa se manter e o salário que os pais ganham é muito pouco, não dá pra você se manter (Eliane, 2018).

Pesquisadora – Você já pensou em ir embora?

Huilton – Já.

Pesquisadora – Por quê?

Huilton – Pra procurar um emprego que eu pudesse ganhar ao menos um salário.

Dos associados entrevistados que moram em Ponta de Areia, Débora é a única que passou pela experiência de sair da comunidade em busca de trabalho na perspectiva de “crescer”, sobre essa experiência (que durou quase três meses) ela analisa:

Porque assim, a gente sempre foi ensinado, orientado, que a cidade grande não era boa pra o jovem que morava no rural. Que lá a gente ia se debater com muita desigualdade nessa questão de formação, de emprego, de não estar preparado pra o emprego que poderia ter lá. Mas aí eu disse “não, eu quero fazer como Sofia, eu quero sair da caverna, eu quero ver como é” “cachorro tem quatro pernas? Mas como é? a gente fica só na ideia né? Eu quero ver como é”. Então eu quis sair da caverna e entender como realmente era e ter a minha própria experiência. E assim eu fiz. Só que assim, aí depois, não é que eu me arrependi porque eu aproveitei a experiência, mas eu entendi que lá não era o meu lugar porque eu perdi minha identidade, minha individualidade e aí eu disse “não, eu tenho que voltar pra o meu interior”. Aí foi quando eu coisei o meu salão (Débora, 2018).

Ao lançar a mesma pergunta aos associados que vivem na capital do Estado, dessa vez, indagando sobre a possibilidade de fazer o caminho inverso, as respostas, apesar das diferentes abordagens, delineiam anseios guiados pela identificação com o local (seja rural ou urbano) e pelos benefícios:



Rita – [sobre o atual trabalho] não é a minha praia não, padaria (risos). Porque como eu já venho do interior, da área rural, já trabalhei, vivi a adolescência, a gente acaba gostando do que a gente faz. E é um trabalho, era um trabalho dinâmico também, que a gente tinha lá no projeto. Aí pronto, a gente não se estressava, nada. E é totalmente diferente do que eu tô agora, aqui é só estresse.

Pesquisadora – Se você pudesse voltar, você voltaria?

Rita – Não vejo a hora.

Pesquisadora – Você não pensa em voltar?

Ariane – Pergunte a ele quem é que gosta mais daqui (apontando para Fabrício). Eu sou urbana, vou pra lá e só passo uma semana, já quero voltar.

Pesquisadora – E por quê?

Ariane – Eu não sei. Eu gosto daqui, lá só é bom pra descansar. Eu acho que já me acostumei com barulho, com tudo, o movimento. Lá é parado demais. O que eu gosto fazer, pescar, quando eu vou pra lá, eu vou pescar, ir pra o lote, beber água de coco, passear, andar a cavalo.

Perguntados sobre os motivos pelos quais continuam associados, tendo em vista que, na maioria dos casos, não há uma participação efetiva nas atividades da Associação, eles analisaram:

Porque eu gosto daqui, não quero que a associação acabe porque aqui eu vejo que é um incentivo, é algo que leva o nome da comunidade pra fora como já levou muitas vezes e sem falar que dá oportunidades a alguns jovens daqui. A renda pode ser pouca, mas já ajuda em alguma coisa e sabe que daqui pode crescer, que tudo depende da venda da produção. Se vender muito, a renda aumenta. E sem falar que uma associação é uma organização, estando organizada vem muitos benefícios pra comunidade, não só pra associação, mas pra comunidade também através da associação (Jadson, 2018).

Porque eu fiz parte das que fundou a Associação aí fica chato se eu querer sair (risos) (Rita, 2018).

Como eu disse, que eu gostei muito de trabalhar aqui porque antes eu não gostava e hoje em dia eu gosto de trabalhar com... eu gosto mais da horta, eles até falam de mim, que eu sou o “mané horta”, mas eu gosto mais da horta (Huilton, 2018).

É um trabalho mais fácil de você fazer, que não exige muito de você, não é dizendo que eu sou preguiçoso, não é isso que eu tô dizendo (risos) mas é um trabalho que se você parar pra limpar uma muda, você vai fazer, você vai meditar naquilo, entendeu? Porque esse é o meu estilo de trabalho, eu gosto

de pensar, gosto de conversar. O que me mantém aqui, também, é que às vezes... fora daqui eu não poderia trabalhar lá [referindo-se ao trabalho de vigia de lotes] porque são o quê? Um mês. Aqui eu tenho o ano inteiro ganhando dinheiro comparado lá (Cleyton, 2018).

Pesquisadora – O que é que te mantém então?

Débora – Acreditar que vai melhorar. Eu acredito que sempre vai melhorar.

Pesquisadora - E uma sugestão que você daria na questão de melhoria? O que precisa pra melhorar?

Débora – O ideal, ter uma pessoa pensante que corra atrás das coisas, porque se manter só no trabalho aqui pode ser que se mantenha do jeito que está. Mas se tiver o cabeção, alguém que se articule, que corra atrás pra poder melhorar. Mas eu creio e acredito muito que tudo vai melhorar.

Ariane no começo da entrevista não tinha certeza se ainda era ou não associada, confirmando com o irmão de que, de fato, é. Já Eliane não respondeu diretamente à pergunta, acabou que por justificar o seu afastamento. A dimensão afetiva aparece na fala dos associados que responderam à questão de três maneiras: pelo sentimento de afinidade com o trabalho desenvolvido na Associação; Pela possibilidade de incentivar outros jovens; e pela ligação com o vivido.

#### 4.2 Aspectos relevantes das experiências

Nesse tópico irão ser analisados alguns aspectos das experiências elencadas pelos jovens associados e pelos agentes externos, considerando a proposta de investigação da tese. Desse modo, alguns esclarecimentos são necessários: os projetos de iniciativa pública aqui analisados emergem na discussão a partir do entendimento de que eles se caracterizam como espaços de comunicação a respeito de práticas de produção alternativas, possibilitando a consolidação de novas relações e configurações sociais no compartilhamento de saberes socioambientais e na aquisição de renda por parte dos jovens envolvidos.

Os projetos e atividades caracterizadas resultam de programas federais ou estaduais ligadas à produção agroalimentar e à geração de trabalho e renda no meio rural. As informações foram coletadas nos sites das instituições executoras (manuais, termos, dentre outros), fornecidas pelos idealizadores das propostas e por aqueles que as vivenciaram enquanto parceiros, de modo que a caracterização de cada um dos projetos está de acordo com a quantidade de informação cedida e encontrada.

Um dos primeiros aspectos que chamou a atenção da pesquisadora ainda na etapa exploratória do estudo foi a frequência com que as parcerias estabelecidas, mesmo aquelas que não foram empreendidas junto com a Associação, mas com alguns de seus membros em particular, emergiam nas falas dos sujeitos quando questionados sobre os espaços e/ou pessoas que contribuíram no processo de aprendizagem socioambiental.

- Capacitação e monitoramento da Juventude Rural – Projeto Amanhã

Foi criado em 13 de maio de 1993 pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), empresa pública vinculada ao Ministério da Integração Nacional. A área de atuação do Projeto Amanhã atende jovens moradores dos perímetros de irrigação da empresa, abarcando, assim, municípios dos estados de Alagoas, Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí e Sergipe. Trata-se de um programa social voltado à coordenação e articulação de políticas públicas que promovam os direitos dos jovens.

O objetivo do programa é contribuir na inserção de jovens rurais (14-26 anos), matriculados em instituições de ensino formal, no mercado de trabalho, oferecendo cursos, palestras, atividades de campo, práticas de empreendedorismo agropecuários e agroindustriais e associativismo. A ideia é oferecer condições aos jovens, por meio da educação, para que eles possam buscar alternativas de trabalho e renda na localidade de origem, favorecendo o crescimento da região e minimizando a migração desses sujeitos.

O Programa proporcionou ao longo de seus 25 anos de atuação condições de permanência do jovem no meio rural por meio da formação da cidadania, da capacitação para o trabalho e da organização cooperativa. Para tanto, conta com parcerias, públicas e privadas, para a realização dos cursos e fornecimento de estágios, como prefeituras, SESI, SENAI, Serviço de Aprendizagem Rural-SENAR, SEBRAE, Emater, Embrapa, Escolas Famílias Agrícolas, dentre outras.

Os cursos são gratuitos e ocorrem de acordo com a demanda da região onde serão oferecidos, a fim de fortalecer os sistemas produtivos existentes, ou possibilitar a consolidação de outros sistemas ligados as áreas de atuação da Codevasf, como apicultura e piscicultura; ou ainda, ligados à economia criativa (artesanato, cabeleireiro, informática, dentre outros).

Conforme Relatórios de Gestão dos anos de 2016 e 2017 (CODEVASF, 2017;

CODEVASF, 2018), atualmente, os recursos destinados ao Projeto não são suficientes para cobrir as despesas necessárias para sua manutenção e, conseqüentemente, para o desenvolvimento das ações educativas. Ainda assim, no ano de 2016, no estado de Sergipe, 46 (quarenta e seis) jovens foram capacitados em diversas áreas (avicultura, apicultura, introdução à agroecologia, manejo em viveiros de peixes).

Esse número caiu para 20 (vinte) no ano de 2017, foram capacitados jovens produtores do povoado Brejão dos Negros (que tem a produção de pólen como uma das principais fontes de renda), em Brejo Grande-SE, nos cursos de apicultura para a produção de pólen e alimentação de abelhas. Em uma realidade pobre de oportunidades formativas, a oferta dos cursos era bem recebida:

Débora – Quanto mais tem cursos, a gente vai querendo mais. De minhocultura... que eu lembro que eu entrei no Projeto Amanhã, eu tinha de quinze a dezesseis anos. Teve de cabelereiro... porque esse aí foi a gente que pediu pra ela. Teve de teatro também...

Eliane – Aí ela se formou em cabelereiro. Ela tem um salãozinho, montou e tudo.

Débora – É, e ficou lá (risos). Não, eu trabalhava. De vez em quando, quando tem uma cliente que quer, eu ainda faço. Mas assim, não é mais como antes porque abriram muitos salões e tal.

Os impactos positivos do Programa em uma perspectiva socioambiental do desenvolvimento são discutidos por Nalle Jr. (2006). Para o autor, a ideia de conceber o desenvolvimento somente a partir da matriz econômica é limitada, sendo necessário agregar temas como meio ambiente, sustentabilidade, sociedade, cidadania e gestão na otimização de resultados na construção e desenvolvimento de políticas públicas, tal qual se fundamenta a proposta do Projeto Amanhã.

A relação da APOP com o Projeto Amanhã configura o nascimento da Associação, uma vez que foram as ações educativas (treinamento profissionalizante e capacitação para gestão) ofertadas na unidade do Centro Integrado de Betume – CIB (4ª/CIB), em Neópolis - Sergipe, e a relação de amizade construída entre os jovens de Ponta de Areia que favoreceram a consolidação do grupo que mais tarde iria formalizar a Associação. Uma construção que se insere na proposta do Projeto de auxiliar jovens na gestão de negócios agrícolas.

**Figura 20.** Alunos dos cursos de capacitação do Projeto Amanhã



**Foto:** Arquivos da Associação, s/d.

O apoio técnico, caracterizado aqui mediante realização de cursos, como de agroecologia, vermicompostagem, aproveitamento de resíduos orgânicos, dentre outros, representou a oportunidade de formação desses sujeitos que, embora imersos em um universo de relações produtivas agrícola por conta da cultura de arroz na localidade, não enxergavam nessa atividade uma opção de trabalho.

Além da possibilidade de acesso a determinados recursos por meio da diversificação de atividades (além dos cursos ligados à agricultura de base agroecológica, foram oferecidos, na ocasião, cursos de teatro, corte e costura, inclusão digital, mecânica, dentre outros), o desenvolvimento do projeto se delineou na oportunidade de formação e afirmação de novas relações sociais para viabilizar a manutenção dos jovens rurais em seu local de origem mediante o desenvolvimento de novas habilidades profissionais, do estabelecimento de vínculos entre os jovens conectados por uma mesma realidade, caracterizada por limitações no acesso ao trabalho e ao ensino.

Os cursos ofertados, divulgados nas escolas, eram abertos para os jovens que quisessem participar, de modo que era comum haver jovens de Pacatuba, Neópolis, Brejo Grande, Ilha das Flores em um mesmo curso. Do mesmo modo, a ampliação do capital social não estava necessariamente relacionada a possibilidade de profissionalização, muitos jovens viam nos

cursos um hobby.

Algo que foi gradativamente sendo alinhado pelos agentes na intenção de valer-se dos recursos do Projeto como forma de estímulo à inserção desses sujeitos no processo econômico, ou de políticas públicas. Assim, de acordo com Débora (associada que participou de todo o processo que levou a construção da APOP), cursos como o de teatro, que era uma demanda da juventude, deixaram de ser ofertados e deram lugar a cursos como o de viveirista, ervas medicinais, dentre outros.

A motivação pelo trabalho associado emergiu em um cenário em que o desenvolvimento de novas habilidades profissionais, por meio dos cursos oferecidos pelo Projeto, estava envolto no fortalecimento de laços de reciprocidade, confiança e solidariedade entre os jovens e os agentes externos à comunidade (assistentes sociais, técnicos, dentre outros profissionais).

O papel cumprido pelos agentes nesse processo, se destaca, dentre outros motivos, pela ênfase nas habilidades dos jovens para identificar necessidades, construir relacionamentos, interagir colaborativamente no alcance de objetivos educacionais, sociais e ambientais.

A prática colaborativa expressa-se, inicialmente, no cultivo de ervas medicinais, ao passo que vai se fortalecendo até a consolidação da Associação. Contexto facilitado pela metodologia participativa adotada nas ações desenvolvidas pelo Projeto que buscavam conduzir uma aprendizagem por meio de relações dialógicas, construção coletiva do conhecimento, ação reflexiva mediante aulas expositivas e exercícios práticos, como forma de fomentar o empreendedorismo (FONSECA *et. al*, 2006), ao passo que favorecia a apropriação de valores da ética ambiental (tal como a rejeição ao uso de insumos químicos), do trabalho coletivo e cooperativo na busca do desenvolvimento rural, protagonismo dos jovens e produção de base agroecológica.

Dessa forma, a experiência do Projeto Amanhã pelos jovens se consolidou: no fomento de atividades ligadas a agricultura, de forma planejada; enfoque no trabalho conjunto, incentivo à Associação.

- Projeto Frutos da Floresta – conservação e manejo

Projeto aprovado e patrocinado pela Petrobras, por meio do Programa PETROBRAS Ambiental, teve o apoio de diversos parceiros: Codevasf, SEBRAE, Ministério do Desenvolvimento Agrário, FAPISE, FETASE, além das prefeituras de Japaratuba e Pacatuba e

mais 15 (quinze) associações comunitárias. O Instituto de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável (ICODERUS) foi a instituição responsável pelo planejamento e execução das ações a serem desenvolvidas.

O Projeto Frutos da Floresta, idealizado pelo engenheiro florestal e, na ocasião, coordenador do ICODERUS Ronaldo Fernandes Pereira, foi contemplado pelo Programa Petrobras Ambiental no ano de 2010. Sua proposta se alinha e dá continuidade ao Projeto “Doces Matas”, iniciado em 2005, cujo foco era conservar nascentes e matas ciliares pelo uso sustentável dos recursos florestais investindo no envolvimento da comunidade a partir do estímulo da apicultura.

A proposta do “Frutos” era desenvolver e disseminar ações e práticas de conservação, proteção e manejo nos principais ecossistemas do estado de Sergipe com base na gestão comunitária e uso sustentável dos recursos naturais, com foco na agricultura familiar; incentivar a população dos assentamentos que moram próximos as reservas legais, a retirar seu sustento da mata de forma controlada por meio do cultivo de outras culturas, como a apicultura, meliponicultura, dentre outras.

Dentre as ações desenvolvidas, destacam-se: coleta e beneficiamento de sementes e plantio de árvores nativas; produção de cerca de 50 mil mudas para ações de reflorestamento na região do Baixo São Francisco. Durante o desenvolvimento do Projeto Frutos da Floresta, os associados dispunham de uma maior variedade de equipamento para a coleta de sementes de algumas espécies da Restinga, Mata Atlântica, Sertão e Semiárido. As matrizes eram georreferenciadas, permitindo que eles identificassem com maior facilidade a matriz que apresentou melhor percentual germinativo.

Com o fim do projeto, entretanto, os associados não realizam a marcação de matrizes e as espécies florestais da Mata Atlântica passaram a ser o foco na produção de mudas considerando a proximidade das áreas de coleta - eles produzem hoje cerca de vinte espécies, número que ultrapassou cinquenta quando durante o desenvolvimento do projeto.

Durante o desenvolvimento do Projeto foram oferecidas algumas oficinas para os jovens da comunidade, dentre as quais, a de informática. Os computadores utilizados nesse processo ficaram na Associação que transformou a casa sede em uma lan house. Assim como ocorreu com a dinâmica de coleta de semente, com o fim do projeto, os associados não conseguiram dar continuidade a lan house:

Eliane – No “Frutos” aqui funcionava só a produção mesmo, não tinha escritório aqui não. Mas aqui já foi um Lan House também.

Jadson – Isso aqui é patrimônio, essa mesa é patrimônio do “Frutos”.

Eliane – No “Frutos”, tinha um projeto lá que dava aula de informática, teve dois cursos, não foi?

Pesquisadora – Era aqui que aconteciam as oficinas?

Eliane – Era aqui, mas depois virou um Lan House para aumentar a nossa renda. O cara que fazia a manutenção era do “Frutos”, ele era tipo um faz tudo. Aí era ele quem fazia a manutenção, só que a gente não pagava nada pra ele. E, também, por ele tá em várias atividades do projeto, ele podia tá vindo sempre e dava muito problema que a gente não conseguia resolver. Porque eu ficava falando pelo telefone ou ele vinha aqui. Então eu percebi que com a manutenção que tinha que ter sempre, o pagamento da internet e a energia, o que a gente fazia não dava e, também, foi num momento que nem todo mundo tinha celular, que nem todo mundo tinha internet, foi num momento bom.

O Projeto Frutos da Floresta emerge na fala da associada Eliane como “o grande projeto” em virtude da necessidade de produção de mudas em uma escala bem maior que a habitual, articulando o enfoque mais produtivista do desenvolvimento ao aspecto ambiental. A parceria se estabeleceu no fornecimento de mudas, sobretudo espécies da caatinga, pela APOP, para ações de reflorestamento.

A produção de mudas em larga escala exigiu a organização do trabalho em mutirões, trazendo a comunidade para dentro da Associação e consolidando-a como um espaço de aprendizado na multiplicação e trocas de conhecimentos sobre o manejo de sementes e mudas florestais.

- Projeto Comunidades em rede

O Projeto Comunidades em rede tinha como foco a atuação conjunta da comunidade na produção orgânica de hortaliças e comercialização direta com o consumidor, para fins de geração de renda. Seu desenvolvimento envolvia o cultivo de hortaliças pelos moradores da comunidade em seus quintais, denominados quintais produtivos, a capacitação dos produtores e o estabelecimento de redes de venda das hortaliças.

A dinâmica metodológica do Projeto fortalecia o intercâmbio de conhecimentos e experiências, tanto no processo produtivo quanto na gestão e organização dos produtores



envolvidos. Suas redes eram construídas não apenas pelo trabalho desenvolvido pelos associados da APOP, mas também por aqueles dedicados à produção de conhecimentos (técnicos e pesquisadores) e os agentes envolvidos nas etapas de produção, de coleta, de distribuição e de consumo.

Durante a semana, os associados anunciavam os produtos disponíveis para serem entregues às quintas-feiras em Pacatuba-SE, e às sextas-feiras em Aracaju. As hortaliças, produzidas nos quintais dos parceiros do Projeto, moradores locais, e na própria associação eram comercializados por transações feitas pelo WhatsApp. Os associados ficavam responsáveis pela execução do planejamento e acompanhando o processo de produção; informando aos consumidores; realizando a entrega e efetuando o pagamento aos produtores (que recebiam o valor integral do que produziu).

**Figura 21.** Parceiro entregando cultivos para a venda



**Fonte:** Arquivos da Associação, s/d.

**Figura 22.** Sacolas "Comunidades em Rede"



**Fonte:** Camila Bomfim de Gois, 2018.

Assim, faz parte dessa rede o grupo de produtores rurais de Estância-SE que ficaram responsáveis por atender aos consumidores da capital, já que a produção do grupo de Ponta da Areia não estava sendo suficiente para cobrir a demanda; os produtores locais, dentre os quais o Seu Antônio que emerge como uma figura de destaque no diálogo de experiências por partir da realidade de vida e trabalho como funcionário da Escola Agrícola de Ladeirinhas, em Japoatã-SE, no processo de construção de conhecimento; os técnicos do projeto que ofereciam assistência por meio de oficinas, visitas técnicas e planejamentos semanais.

No caso da assistência técnica, a intenção era ampliar as opções de boas práticas de cultivo e manejo de hortaliças, de modo a minimizar impactos socioambientais:

Aí como os produtos é pra ser orgânico, aí teve essa oficina de conscientização com os produtores porque o que mais produz aqui é arroz, então as pessoas estão acostumadas a ir lá e jogar veneno. Aí teve essa parte de oficinas com eles pra poder ter essa parte de conscientização do agroecológico. Trabalhar com compostagem, os produtos alternativos que existem como o nim, que não é pra matar, é pra prevenir (Eliane, associada desde 2012 – Entrevista realizada em 2017).

E durante esse processo, a construção de padrões ambientais menos danosos ao meio ambiente ocorria mediante um trabalho de sensibilização que ia desde a adoção de sacos de panos (Figura 23) para o transporte dos alimentos, conversas informais com os consumidores sobre os benefícios desse tipo de alimentação e oficinas para os produtores, alguns já com experiência na agricultura. Sobre outros aspectos:

Eliane – Com os produtores, tipo, tem uma produtora, Laura. Ela já passa pra família e ela mesma conta no depoimento dela que mudou muito, que ela não tinha, não consumia couve, passou a consumir couve e saudável né? Sem precisar comprar na feira cheio de veneno. Então ela já comenta com vizinho que compra a ela e todo mundo compra a ela e compra saudável. Então se todo mundo tá comprando a ela que tá produzindo saudável, todo mundo tá se alimentando bem. A comunidade. E o objetivo era assim atender toda a comunidade primeiro, mas como o número de produtor é pouco você vai, vai conseguindo...

Débora – E na parte da comercialização o preço ser justo. Não é porque é agroecológico que a gente vai botar o preço lá em cima. É ser justo pra ter mais acesso ao produto saudável.

Com o desenvolvimento do Projeto, a APOP ultrapassou os limites da sede e se fez semente nos quintais de Ponta de Areia, promovendo diálogo sobre as atividades desenvolvidas, além de ampliar a rede de consumidores de alimentos produzidos com técnicas que respeitam o meio ambiente.

- **OPARÁ: Águas do São Francisco**

O Projeto se apresenta em um cenário de crise hídrica com repercussões ambientais e sociais que exige atenção e cuidado. Patrocinado pela Petrobras através do Programa Petrobras Socioambiental, OPARÁ: Águas do São Francisco se inscreve nessa proposta, desenvolvendo ações em parceria com a Sociedade Socioambiental do Baixo São Francisco Canoa de Tolda e

a Universidade Federal de Sergipe (UFS).

São objetivos do Projeto (<http://opara.org.br/>): recuperação ambiental de áreas degradadas da caatinga com atividades de restauração florestal; educação ambiental por meio da mobilização, sensibilização, cursos, palestras, oficinas e organização comunitária em rede; monitoramento hídrico (*Global Water Watch*) e pesquisas na região semiárida nos estados de Sergipe e Alagoas, na bacia do rio São Francisco, Jacaré e riacho Mato da Onça.

O perímetro irrigado Jacaré-Curituba (região de clima semiárido que abriga cerca de 800 famílias em regime de agricultura familiar) é a principal área de atuação do projeto, que se estende a outras localidades, como a Reserva Mato da Onça, em Pão de Açúcar-AL.

A parceria se estabeleceu pelo fornecimento por parte da APOP de mudas nativas para fins de reflorestamento, estimulando e ampliando as práticas de coleta e produção e a geração de renda.

- Projeto de Desenvolvimento de Negócios Rurais para Pequenos Produtores – Projeto Dom Távora

Trata-se de uma ação concebida pelo governo do estado de Sergipe em parceria com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), como parte da estratégia de desenvolvimento expressa no Plano de Desenvolvimento Estadual – Desenvolver Sergipe.

Conforme informações disponíveis no Manual de Operações do Projeto (M.O.P.), seus objetivos são: contribuir para a redução da pobreza rural por meio da promoção de negócios rurais, agropecuários ou não, por pequenos produtores pobres; promover a participação competitiva dos pequenos produtores e de suas organizações econômicas nos mercados de insumos, produtos, serviços e de trabalho; favorecer o acesso dos beneficiários aos serviços de assistência técnica e extensão rural, à qualificação e aos investimentos financeiros, para o desenvolvimento de negócios rurais; capacitar produtores para gerir seus empreendimentos individuais e associativos, e contribuir para a criação e o fortalecimento das organizações de produção, da transformação e da comercialização formadas pela população pobre rural, para agregar valor aos produtos e serviços; fortalecer as capacidades institucionais dos organismos públicos e privados, que propiciem os serviços necessários para o desenvolvimento técnico e comercial dos negócios rurais (BRASIL, 2016).

As propostas originadas das comunidades são analisadas e executadas pela Secretaria de Estado da Agricultura Desenvolvimento Agrário e da Pesca (SEAGRI), com apoio técnico da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO). Estão aptos a enviar propostas todas as famílias pobres que vivem nas áreas rurais de atuação do Programa (atende 15 dos mais pobres municípios do estado) e que estejam organizadas em associações, comunidades quilombolas e assentamentos rurais. Jovens rurais, grupos étnicos e mulheres chefes de família configuram grupos prioritários e devem corresponder, no mínimo, a 30% dos beneficiários.

A proposta enviada pela Associação de Produtores de Orgânicos de Ponta de Areia (APOP) e aprovada pela SEAGRI se consolidou na possibilidade de aumentar a capacidade de produção de mudas de espécies nativas e exóticas a partir da ampliação do viveiro telado da Associação, ampliando, em tese, a apropriação de renda pela produção e a garantia de trabalho para o jovem que vive no meio rural. Destaca-se que o jovem rural (16-29 anos) é um dos grupos prioritários no desenvolvimento do Projeto, como forma de estimular a independência desses sujeitos no local de origem e evitar o êxodo. Além disso,

A preocupação desse projeto também é como, depois de produzir, pra quem vender. Aí essa parte da gente que é a produção de mudas, é a parte mais difícil porque não tem um mercado, assim, já certo. Mas aí eles estão orientando a gente, vai ter um consultor aqui sobre essas coisas de vendas, que vai orientar a gente melhor (Eliane, associada desde 2012 – Entrevista realizada em 2018).

O apoio técnico está sendo realizado por um engenheiro agrônomo que já realizou uma visita técnica a sede.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS



Imagem: Arquivos da APOP, s/d.

## Considerações Finais

O objetivo dessa pesquisa foi analisar as experiências de aprendizagem de jovens rurais e as redes de formação associadas e particularmente empenhadas em conduzir e fortalecer ações de caráter socioambiental no Baixo São Francisco Sergipano. Especificamente a partir da caracterização da Associação de Produtores de Orgânicos de Ponta de Areia, em Pacatuba-SE, formalizada no contexto de processos interativos ligados à um projeto de formação de jovens.

Sete sujeitos com idade entre 19-35 anos fizeram conosco esse percurso, indicando os elementos norteadores de um processo formativo que é individual, coletivo e, nesse caso, organizacional, uma vez o ambiente da APOP proporciona, além da aquisição do conhecimento prático, valores sobre o manejo sustentável.

A pesquisa na APOP nos aproximou da realidade social dos jovens envolvidos na construção e na manutenção dessa instituição. Percebeu-se que as demandas locais vivenciadas pela categoria na comunidade – acesso à educação superior, posse de terra, trabalho e renda – impõem aos jovens dilemas sociais, como a necessidade de sair da comunidade em busca de trabalho.

Para os jovens da investigação, no contexto em que cresceram, a saída para os centros urbanos é o que está mais próximo de “crescer” “ser alguém na vida”. Então mesmo aqueles que se dedicam ao trabalho na Associação, e gostam das atividades que desenvolvem, entendem que mais cedo ou mais tarde terão que sair da comunidade em busca de um trabalho mais rentável.

Ao buscar caracterizar os principais problemas do cotidiano dos jovens e o contexto socioeconômico e cultural no qual eles estão inseridos observamos que a juventude do ontem, envolta na idealização e formalização da Associação, e a juventude do hoje, que a mantém em funcionamento, se conectam por processos de individualização que nos permitem reforçar a ideia de juventudes, pois, ainda que vivenciem uma realidade social comum e sejam influenciados por ela, experimentam e decidem sobre a construção de seu trajeto de vida de maneira individual.

Daí que a opção em dar continuidade aos estudos, ir morar na capital em busca de melhores oportunidades de emprego e renda, abrir um pequeno negócio na comunidade, ou torna-se um associado, ainda que isso implique uma condição financeira de semidependência

familiar, desconstrói a previsibilidade da categoria “juventude” e estabelece referências relacionadas às aprendizagens e ao exercício do trabalho, e aos fatores concretos que o condicionam.

O aprendizado emerge aqui como um processo de engajamento daqueles que anseiam por novas possibilidades, e decorre da experiência da vida cotidiana. No contexto da pesquisa, o conteúdo da aprendizagem tanto estava condicionado ao entendimento de que o exercício de funções ligadas à agricultura era castigo, ou uma falta de opção – “[...] no dia que vocês não derem pra ser alguma coisa da vida, pelo menos da agricultura vocês vão saber” – como pelas ideias, investimentos e energia introduzidas por terceiros, cuja combinação valorização da natureza, protagonismo juvenil e qualidade de vida auxiliaram na desconstrução do rural como um lugar indesejado.

Dos sete sujeitos entrevistados, quatro mulheres e três homens, duas residem em centros urbanos, Ariane e Rita. A primeira, atraída pelo estilo de vida urbano não pensa em voltar para a comunidade, já Rita, se tivesse uma oportunidade, voltaria. Indicando o esforço realizado para, mudando de cidade e ramo de trabalho, buscar melhores oportunidades de renda. Ambas fazem uso de práticas de sustentabilidade em seus cotidianos, como economizar água, incentivar o cuidado com a natureza, indicando o quanto os valores sustentáveis foram introduzidos em seus estilos de vida.

O mesmo é percebido no contexto de vida dos associados que moram na comunidade onde fica localizada a Associação. Débora cultivava uma horta no fundo do quintal, Cleyton passou a auxiliar o pai em seus cultivos, Eliane decidiu cursar engenharia ambiental e sanitária, Huiton incentiva aos pais a não queimarem os resíduos produzidos pela família. A adoção de uma perspectiva de aprendizagem individual, entendida como um processo de aquisição, reflexão e transformação de saberes e práticas, não se faz de maneira isolada.

Assim, os resultados da pesquisa indicaram que a APOP não somente dinamiza saberes de caráter socioambiental, como possibilita que eles sejam fundamento de práticas educativas de caráter colaborativo, ultrapassando os limites físicos da sede, gerando mudanças de comportamento, e oportunizando geração de renda mediante desenvolvimento de produtos e serviços sustentáveis.

Sua força social está na capacidade de ampliar o conhecimento, sobretudo por meio de parcerias, daí que a capacidade de ação dos jovens delineia um processo de cidadania,

fortalecendo redes e induzindo, com maior ou menor força ao longo desses dez anos de Associação, um processo de desenvolvimento.

Analizamos que a primeira geração de associados (alguns acima da idade na delimitação etária para “jovem”, mas que ainda assim entraram na pesquisa) construíram suas experiências em um espaço de aprendizagem muito mais intenso em termos de relações sociais e culturais, sobretudo no âmbito do Projeto Amanhã.

No decorrer de suas trajetórias, agora não apenas como indivíduos mas como sujeitos coletivos, continuaram aperfeiçoando os valores incultidos, habilidades, conhecimentos e formas de participação social mediante parcerias que ganharam destaque na pesquisa pela compreensão de que elas se delineiam a partir de ações interdisciplinares e processos sociais mais amplos, tratando-se, assim, de um tipo de aprendizado capaz de favorecer o diálogo e a interação em um constante processo de recriação e reinterpretação de informação, conceitos e significados (JACOBI, 2003) – ampliando a capacidade de incorporar as dificuldades mencionadas por eles para, a partir delas, tirar proveito do processo.

Sem as parcerias que favorecem e ampliam processos como produção conjunta (associados, comunidade, técnicos), comercialização de produtos, o debate em torno da produção sustentável vem se consolidando em um espaço mais restrito, influenciado pelas aspirações dos sujeitos envolvidos – geralmente ligada à melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento da comunidade (motivo pelo qual alguns jovens continuam associados). Embora tenha se formalizado em torno das ações de um Projeto voltado para as necessidades de um público-alvo específico, na perspectiva de que, juntos, eles se tornassem protagonistas de seu próprio desenvolvimento.

A perspectiva de desenvolvimento que se inscreve no processo de formalização da APOP, voltado para as necessidades de um público-alvo específico (a juventude) na perspectiva de que juntos eles se tornassem protagonistas de seu próprio desenvolvimento, ao se restringir a capacitação profissional, a Associação não consegue criar renda suficiente para manter o jovem na comunidade. Por outro lado, se consolida como uma referência no cuidado com o meio ambiente, por apoiar e desenvolver ações na perspectiva de minimizar problemas ambientais, assim como pelo potencial no compartilhamento de experiências de base agroecológica e geração de produtos e serviços sustentáveis.

As aspirações dos jovens quando projetadas na permanência no rural se lança à necessidade de uma renda satisfatória para o sustento familiar. Os sete entrevistados possuem



uma relação de semidependência financeira com os pais. O dinheiro fruto do trabalho desenvolvido pelos três associados que lidam diariamente com as atividades da APOP não entra na soma para as despesas da casa, eles usam o dinheiro em separado, e entendem que se já tivessem construído seu próprio núcleo familiar teriam que buscar uma alternativa de trabalho mais rentável.

Passado, presente e futuro se relacionam na fala dos associados em torno de uma projeção comum: melhores oportunidades de trabalho e estudos. Essa busca possibilitou a formalização da Associação no ano de 2007, e vem delineando vivências múltiplas, algumas descontinuas ante a necessidade de sobrevivência material. A maior parte das trajetórias dos jovens da pesquisa apontam para um prolongamento da juventude, seja pela escolha em dar continuidade aos estudos, ou pelo adiamento da construção de seu próprio núcleo familiar.

Quais são os contextos em que se desenvolvem as aprendizagens que impulsionam o debate e a construção coletiva de ações em sustentabilidade socioambiental, de modo a impulsionar impactos sociais, econômicos e ecológicos positivos? No contexto da APOP, é possível concluir que as aprendizagens para a sustentabilidade, enquanto processo, perpassa pelas articulações, diálogos, redes estabelecidas no desenvolvimento de suas ações e, enquanto fim, se consolida na capacidade de representatividade de seus membros, na formação da cidadania vinculada a valores e práticas agroecológicas e compartilhados pelos sujeitos no decorrer de suas experiências.

## REFERÊNCIAS



Imagem: Camila Bomfim de Gois, 2018.

## Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo; SILVESTRO, Milton; BALDISSERA, Ivan Tadeu; FERRARI, Dilva; TESTA, Vilson Marcos. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: UNESCO, 1998. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001315/131546porb.pdf>> Acesso: 22/08/2018.
- ALMEIDA, Ana Cristina Oliveira de; PINHEIRO, Raquelle Caroline dos Santos; SANTOS, Amaury da Silva dos. Concepções e iniciativas agroecológicas no estado de Sergipe. **Revista Brasileira de Agroecologia**, 9(1), 2014. p. 158-169.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3 ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.
- AMORIM, Lucas Oliveira do; PEREIRA, Mônica Cox de Britto; CURADO, Fernando Fleury; OLIVEIRA, Lanna Cecília Lima de; VASCONCELOS, Elielma Barros de. O movimento dos pequenos agricultores e a luta em defesa das sementes crioulas no alto sertão sergipano, Brasil. **Revista de Geografia (Recife)**, 34(1), 2017.
- ANDRADE, Mariana Barbosa; ANDRADE, Cialy Rolemberg; ANDRADE, Ivelise Fernanda Silva de; VIEIRA, Lício Valério Lima. Geografia, Turismo e Educação Ambiental no município de Pirambu - SE: uma estratégia para a valorização da consciência ecológica. **Interfaces Científicas-Humanas e Sociais**, v. 2, n. 2, 2014. p. 09-19.
- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **A etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 1995.
- ANGROSINO, Michael; FLICK, Uwe. (Coord.). **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- APOP. **Estatuto da Associação de Produtores Orgânicos de Ponta de Areia**. Pacatuba-SE. Ponta de Areia, 2015.
- BARBIER, Edward. B; BURGESS, Joanne C. Sustainable development: an economic perspective. **International Encyclopedia of the social & behavioral sciences**, p. 823-827, 2015.
- BARCELLOS, Sérgio Botton. A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil e os elementos constitutivos desse processo social. **Mundo agrário**, v. 16, n. 32, 2015.
- BARROS, Helber Corrêa de. **Percepção ambiental da relação homem-natureza pelos jovens do/no campo em Paranatama-PE**. 2013. 74 fls. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.
- BASTOS, Alexandre Marucci. **Dossiê DEDS (2005-2014) – a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável no Brasil: uma análise pela perspectiva estratégica**. 2016, 363 fls. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara).

BASTOS, Alexandre Marucci; BIZELLI, José Luís; SOUZA, Claudio Benedito Gomide de. Agenda Década da Educação para o desenvolvimento sustentável – DEDS 2005-2014: o caso paulista. **Miradas diversas de la educación em Iberoamérica**, 2015.

Betume. Disponível em: <<http://www.codevasf.gov.br/principal/perimetros-irrigados/elenco-de-projetos/betume>>. Acesso em: 03/05/2018.

BEZERRA, Maria do Carmo de Lima; BURSZTYN, Marcel (Coord.). **Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento sustentável**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis: Consórcio CDS/ UNB/ Abipti, 2000.

BOGHOSSIAN, Cynthia Ozon; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos. **Saúde e sociedade**, v. 18, p. 411-423, 2009. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v18n3/06.pdf>> Acesso em: maio 2017.

BONOMA, Thomas V. Case research in marketing: opportunities, problems, and a process. **Journal of marketing research**, 1985. p. 199-208.

BOSCHI, Renato Raul. **A arte da associação**: política de base e democracia no Brasil. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1987.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, J. **Razões práticas**. Campinas: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Fim de século, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Comunidades aprendentes. In: FERRARO JR.; Luiz Antonio. (Org.). **Encontros e caminhos**: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005. p.85-91.

BRASIL (1988). Constituição Federal. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)> Acesso em: 02/01/2016.

BRASIL, Atlas. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013. Disponível em: < <http://www.atlasbrasil.org.br/2013>> Acesso em: 21/08/2017.

BRASIL, República Federativa do. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 Brasileira**: Resultado da Consulta Nacional/Ministério do Meio Ambiente. Brasília: MMA, 2004. Disponível em: < [http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/\\_arquivos/consulta2educacao.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/consulta2educacao.pdf)> Acesso em: setembro de 2016.

BRASIL. **Decreto nº 96.999 de 20 de outubro de 1988**. Cria, no litoral do Estado de Sergipe, a Reserva Biológica de Santa Isabel e dá outras providências. Brasília: Presidência da República – Casa Civil. Disponível em: < [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1980-1989/d96999.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/d96999.htm)> Acesso em: 21/06/2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente**. 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/meioambiente.pdf>> Acesso: fevereiro de 2017.

BRASIL. MMA; MEC. Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Ministério da Educação (MEC). Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). **Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável**: relatório da pesquisa aplicada junto ao público do V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental (Goiânia, 3 a 6 nov. 2004). Série Documentos Técnicos, n. 4. Brasília: MMA/MEC, 2005, 50 p. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/\\_arquivos/dt\\_04.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/dt_04.pdf)> Acesso em: abril de 2018.

BRASIL. Projeto de desenvolvimento de negócios rurais para pequenos produtores – Dom Távora. Manual de operações do Projeto (M.O.P.), novembro de 2016.

BRASIL. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Lei 9.985 de 18 de julho de 2000; Decreto 4.340 de 22 de agosto de 2002**. Brasília: Presidência da República – Casa Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm)> Acesso em: 21 de junho de 2017.

BRÜSEKE, Franz Josef. O problema do Desenvolvimento Sustentável, In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. 5ª ed. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2009.

CALADO, Karine de Andrade. Protagonismo juvenil e educação ambiental: estudo do Programa Projovem Adolescente do município Borborema-PB. 2014. 99 fls. Dissertação Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal da Paraíba.

CAMARANO, Ana Amélia (Org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: Ipea, 2006.

CAMPOS, Priscilla Teixeira. **O teatro do oprimido e a flor da permacultura na educação ambiental**. 2014, 135 fls. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

Projeto Amanhã, hoje! Capacitando jovens, formando cidadãos. Disponível em: <<https://www.codevasf.gov.br/linhas-de-negocio/desenvolvimento-territorial/projeto-amanha-hoje>> Acesso em: março de 2017.

CAPRA, Fritjof. **Alfabetização Ecológica**. A educação das crianças para um mundo sustentável. São Paulo. Cultrix. 2006.

CARNEIRO, Maria José & CASTRO, Elisa Guaraná de (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CARNEIRO, Maria José. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. **Mundo rural e política**: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, 1998a.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos sociedade e agricultura**, 1998b.

COMISSÃO CARTA DA TERRA (entidade internacional independente). A carta da terra. 2000. Disponível em:

<[http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/arquivos/carta\\_terra.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/arquivos/carta_terra.pdf)>. Acesso em: Acesso em: dez. 2016.

CARVALHO, Isabel Cristina M. C. A invenção do sujeito ecológico: identidade e subjetividade na formação dos educadores ambientais. In: SATO, Michele; CARVALHO, Isabel (Organizadoras). **Educação ambiental: pesquisas e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2008. P.51-62.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista latinoamericana de ciencias Sociales, Niñez y juventud**, v. 7, n. 1, 2009.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude rural: “apenas uma palavra” ou “mais que uma palavra”. **30º Encontro anual da ANPOCS**, Caxambu, MG, outubro de 2005.

CASTRO, Elisa Guaraná de; MARTINS, Maira; ALMEIDA, Salomé Lima Ferreira de; RODRIGUES, Maria Emília Barros; CARVALHO, Joyce Gomes de. **Os jovens estão indo embora?** Juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, Rio de Janeiro: EDUR, 2009.

CASTRO, Elisa Guaraná. Juventude rural do campo, das águas e das florestas: a primeira geração jovem dos movimentos sociais do Brasil e sua incidência nas políticas públicas de juventude. **Revista de Ciências Sociais**, nº45, Julho/Dezembro de 2016, p. 193-212.

CAVALCANTE, Itanamara Guedes. **Juventude em pauta: o processo de construção da política pública de juventude em Sergipe**. 2010.

CBHSF. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo – agência peixe vivo. Plano Municipal de Saneamento Básico de Pacatuba - SE. 2018. Disponível em: <<http://cbhsaofrancisco.org.br/2017/box/uploads/2018/08/produto-02-pacatuba-final.pdf>> Acesso: setembro de 2018.

CHARLOT \_\_\_\_\_. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Tradução Bruno Magne. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CHARLOT \_\_\_\_\_. **Juventudes sergipanas: Relatório de pesquisa à Secretaria de Estado de Combate à Pobreza e da Assistência Social, Governo do Estado de Sergipe, por conta da UNESCO**. 2006.

CHARLOT \_\_\_\_\_. **Relação com o saber, formação dos professores e globalização: questões para a educação hoje**. Tradução Sandra Loguercio. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CHARLOT, Bernard. **A mistificação pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

Clovis (org.). Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, Recife, Brasil, outubro de 1994. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rtf>> Acesso em: dezembro de 2017.

COIMBRA, José de Ávila Aguiar. Considerações sobre a interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JR, Arlindo; TUCCI, Carlos Eduardo Morelli; HOGAN, Daniel Joseph; NAVEGANTES,

Raul (Editores). **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais**. São Paulo: Signus Editora, 2000. p. 52-70.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). *Nosso futuro comum*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO-CBHSF. Associação Executiva de Apoio à gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo – Agência Peixe Vivo. Plano municipal de Saneamento Básico Pacatubense-SE – Produto 2: Diagnóstico da situação de Saneamento Básico, julho de 2018. Disponível em: <<http://cbhsaofrancisco.org.br/2017//box/uploads/2018/08/Produto-02-Pacatuba-FINAL.pdf>> Acesso em: setembro de 2018.

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. Relatório de gestão, 2017. Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Brasília: Codevasf, 2018.

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. Relatório de gestão, 2016. Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Brasília: Codevasf, 2017.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Jovens andarilhos no curto ciclo do capital. **Okara: Geografia em debate**, v. 1, n. 1, 2007. p. 77-100

DAMATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1987.

DE ASSIS, Renato Linhares; ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 6, 2002.

DELORS, Jacques, *et al.* **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI. Tradução José Carlos Eufrázio. Brasília: UNESCO, MEC, 2010. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf>> Acesso: dezembro de 2017.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 2001.

DENZIN, Norman Kent; LINCOLN, Yvonna. **O planejamento da Pesquisa Qualitativa: Teorias e abordagens**. Porto Alegre: ARTMED, 2006, p. 15-39.

DEWEY, John. **Democracia e educação**. Tradução Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. 3 ed. São Paulo: Nacional, 1959.

DEWEY, John. **Vida e educação**. Tradução Anísio Teixeira. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1967.

DIEGUES, Antônio Carlos. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 6, n. 1-2, p. 22-29, janeiro-junho, 1992.

DUARTE, Jorge. **Entrevista em profundidade**. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2005. p.62-75.

ELKINGTON, John. Enter the triple bottom line. In: HENRIQUES, Adrian; RICHARDSON, Julie. (Editores). **The triple bottom line, does it all add up?** Assessing the sustainability of business and CSR. London: Earthscan Publications Ltd, 2004. p. 01-16.

ELKINGTON, John. Towards the suitable corporation: win-win-win business strategies for sustainable development. **California Management Review**, v. 36, n. 2, p. 90-100, 1994.

ERICKSON, Frederick. Métodos cualitativos de investigación sobre la enseñanza. In: M. Wittrok (Ed.). **La investigación de la enseñanza, II: Métodos cualitativos y de observación**. Barcelona: Paidós, 1989.

ERICKSON, Frederick. What makes school ethnography 'ethnographic'? **Anthropology Educational Quarterly**, v.15, p. 51-66, 1984.

FMC - Fundo Mink'a de Chorlaví. Ação coletiva e melhorias nas condições de vida da população rural. Disponível em: <[https://idl-bnc-idrc.dspacedirect.org/bitstream/handle/10625/31366/119165\\_p.pdf?sequence=8](https://idl-bnc-idrc.dspacedirect.org/bitstream/handle/10625/31366/119165_p.pdf?sequence=8)> Acesso em: março de 2017.

FONSECA, Claudia. Quando cada caso não é um caso. **Revista Brasileira de Educação**, v. 10, p. 58-78, 1999.

FONSECA, Ivan F.; VILELA, Marcus V.; SOUSA, Patrícia B.; MIRANDA, Sérgio P.; SILVA, Vitória M. A. da. **Projeto Amanhã: uma experiência de desenvolvimento local por meio da capacitação de jovens rurais**. In: PASSADOR, Cláudia Souza; PASSADOR, João Luiz (Orgs). **Gestão pública e desenvolvimento no século XXI: casos da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF)**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

FONSECA, Ivan F.; VILELA, Marcus Vinicius; SOUSA, S. P. de Miranda; SILVA, Vitória M.A. **Projeto Amanhã: uma experiência de desenvolvimento local por meio da capacitação de jovens rurais**. In: PASSADOR, Cláudia Souza; PASSADOR, João Luiz (Organizadores) **Gestão Pública e desenvolvimento no século XXI: casos da Companhia de desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

FONTES, Marília Andrade; RIBEIRO, Genésio Tâmara; SIQUEIRA, Edmar Ramos de; SIQUEIRA, Pedro Zucon Ramos de; RABANAL, Jorge Enrique Montalvan. Sistema agroflorestral sucessional como estilo produtivo para agricultura familiar em território de identidade rural, em Sergipe, Brasil. **Revista Brasileira de Agroecologia**, 8(2), 2013. p. 112-120.

FRANTZ, Walter. Educação e cooperação: práticas que se relacionam. **Sociologias**. n. 6, 2001. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/868/86819569011.pdf>> Acesso: setembro de 2018.

FRANTZ, Walter; SCHÖNARDIE, Paulo Alfredo; SCHNEIDER, José Odelso. As práticas do movimento cooperativo como lugares de educação. **Didáticas Específicas**, n. 16, 2017. p. 14-26.

FREIRE, Paulo. **Política e educação: ensaios**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.



FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GADOTTI, Moacir. **Educar para a sustentabilidade**: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008. Disponível em: <[http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/3080/1/FPF\\_PTPF\\_12\\_077.pdf](http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/3080/1/FPF_PTPF_12_077.pdf)> Acesso: 29 de julho de 2017.

GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais da educação. **São Paulo em perspectiva**, v. 14, n. 2, p. 03-11, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9782.pdf>> Acesso: maio 2017.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991.

GLASSER, Harold. Minding the gap: the role of social learning in linking our stated desire for a more sustainable world to our everyday actions and policies. In: WALS, Arjen E.J. (ed.). Social learning towards a sustainable world: principles, perspectives, and praxis. Wageningen: Wageningen Academic Publishers, 2009, p. 35-61.

GOIS, Camila Bomfim de. **Crianças e assentamento**: meio ambiente, representações e vivências. São Cristóvão, SE, 2014. 92 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe, 2014.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **O desafio ambiental**: os porquês da desordem mundial: mestres explicam a globalização. Rio de Janeiro: Record, 2011.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 14 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

GONÇALVES, Paulo Marco de Campos. **"Anticorpos de Gaia no encontro das águas"**: trajetórias de aprendizagem de jovens nas trilhas do ambientalismo. 2010. 274 fls Tese de Doutorado. Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo.

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE. **Decreto nº 22 995 de 09 de novembro de 2004**. Declara como Área de Proteção Ambiental (APA), região situada nos municípios de Pirambu, Japoatã, Pacatuba, Ilha das Flores e Brejo Grande, e dá outras providências correlatas. 2004. Disponível em: <<http://www.semharh.se.gov.br>> Acesso em: 21 junho 2017.

GREEN, Judith L.; DIXON, Carol N.; ZAHARLICK, Amy. A etnografia como uma lógica de investigação. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v.42, p.13-79, dezembro de 2005. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/edur/n42/n42a02.pdf>> Acesso em: 23 de dezembro de 2017.

GUBER, Rosana. **La etnografía: método, campo y reflexividad**. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2001.

GUIMARÃES, Mauro. **Educação ambiental crítica**. In: Identidades da educação ambiental brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 25-34.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes. Antropologia e educação: origens de um diálogo. **Cadernos Cedes**, v. 18, n. 43, p. 8-25, 2018.

GUTIÉRREZ, Francisco; PRADO, Cruz. **Ecopedagogia e cidadania planetária**. Tradução Sandra Trabucco Vanenzuela. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

HINE, Christine. **Ethnography for the internet: Embedded, embodied and everyday**. Bloomsbury Publishing, 2015.

HINE, CHRISTINE; CAMPANELLA, Bruno. Por uma etnografia para a Internet: transformações e novos desafios. **MATRIZES**, São Paulo. v. 9. Nº 2 jul./dez., 2015. p.167-173.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico de 2010. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2011.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. 2016. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/9B4>> Acesso em: 22 junho 2017.

JACOBI, Pedro R.; FRANCO, Maria Isabel. Aprendizagem Social: práticas educativas e participação da sociedade civil como estratégias de aprimoramento para a gestão compartilhada em bacias hidrográficas. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 2, p. 5-18, 2006. Disponível em: < <http://www.seade.gov.br/wp-content/uploads/2014/07/v20n2.pdf>> Acesso em: 05 abril 2017.

JACOBI, Pedro Roberto. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de pesquisa**, n. 118, p. 189-205, 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834>> Acesso em: 31/08/ 2017.

JACOBI, Pedro Roberto; TRISTAO, Martha; FRANCO, Maria Isabel Gonçalves Correa. A função social da educação ambiental nas práticas colaborativas: participação e engajamento. **Cadernos Cedes**, v. 29, n. 77, p. 63-79, 2009. Disponível em: < [http://www.producao.usp.br/bitstream/handle/BDPI/6416/art\\_JACOBI\\_A\\_funcao\\_social\\_da\\_educacao\\_ambiental\\_nas\\_2009.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://www.producao.usp.br/bitstream/handle/BDPI/6416/art_JACOBI_A_funcao_social_da_educacao_ambiental_nas_2009.pdf?sequence=1&isAllowed=y)> Acesso em: 31 agosto 2017.

JACOBI, Pedro. Meio ambiente e sustentabilidade. In: **O Município no século XXI: cenários e perspectivas**. Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal, 1999. p. 175-183.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Imago Editora, 1976.

KRAMER, Sonia. Linguagem e história: o papel da narrativa e da escrita na constituição de sujeitos sociais. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Orgs.). **Teoria e educação no labirinto do capital**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

LAPLATINE, François. Os pais fundadores da etnografia. In: LAPLATINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2007. Disponível em:

<<https://pt.scribd.com/doc/46086058/Aprender-Antropologia-Francois-Laplangtine-Livro-Antropologia-2007>> Acesso em: 23 novembro 2017.

LEFF, Enrique (coord.). **A complexidade ambiental**. Tradução de Eliete Wolff. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LEFF, Enrique. Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo de saberes. **Educação & realidade**, v. 34, n. 3, 2009. p. 17-24.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Tradução: Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIMA, Gustavo da Costa. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. **Ambiente & Sociedade**, v. 6, n. 2, 2003. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/317/31760207.pdf>> Acesso em: 12 dez. 2016.

LOPES, Uaçaí de Magalhães; TENÓRIO, Robinson Moreira. **Educação como fundamento da sustentabilidade**. Salvador: Edufba, 2011.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, n. 85, 2014.

MARIOTTI, Humberto. Diálogo: um método de reflexão conjunta e observação compartilhada da experiência. São Paulo. **Associação Palas Athena**, 2001. Disponível em: <<http://old.teoriadacomplexidade.com.br/textos/dialogo/Dialogo-Metodo-de-Reflexao.pdf>> Acesso em: 12 dezembro 2017.

MATURANA, Humberto R.; VARELA, Francisco J. **A árvore do conhecimento**: as bases biológicas da compreensão humana. 1. ed. São Paulo: Palas Athena, 2001.

MELUCCI, Alberto. **Por uma sociologia reflexiva**: pesquisa qualitativa e cultura. Tradução: Maria do Carmo Alves do Bomfim. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

MENEZES, Isabela Gonçalves de. **Jovens rurais no sertão sergipano**: escolarização e identidades culturais. São Cristóvão, SE, 2012. 237 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, 2012.

MENEZES, Isabela Gonçalves de; NEVES, Paulo Sergio da Costa; ALVES, Natália. Ficar ou sair do campo, ser ou não ser agricultor: dilemas de jovens rurais do sertão sergipano. In: CONGRESO ALAS URUGUAY 2017 “Las encrucijadas abiertas de América Latina: La sociología en tiempos de cambio”, 31, 2017. Anais... Montevideo, 2011.

MILES, Matthew Bailey; HUBERMAN, Michael. **Qualitative data analysis**: An expanded sourcebook. sage, 1994.

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2014.

MOSTERT, E. Public participation and the European water framework directive: a framework for analysis. HarmoniCOP Project. 2003. Disponível em: <

[http://www.harmonicop.uni-osnabrueck.de/\\_files/\\_down/HarmoniCOPinception.pdf](http://www.harmonicop.uni-osnabrueck.de/_files/_down/HarmoniCOPinception.pdf)>. Acesso em: mar. 2016.

MOTA, Dalva Maria da; SANTOS, Jane Velma dos. Uso e conservação dos remanescentes de mangabeira por populações extrativistas em Barra dos Coqueiros, Estado de Sergipe. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 30, n. 2, 2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/3073/307324801007.pdf>> Acesso em: dezembro 2017.

MOURA, Maria Suzana; MEIRA, Ludmila. Desafios da gestão de empreendimentos solidários. **Bahia Análise & Dados**, v. 12, n. 1, p. 77-84, 2002.

NALLE JR. Claudio. **Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas**: o caso do Projeto Amanhã da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba. Ribeirão Preto, SP, 2006. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de São Paulo, 2006.

NUNES, Roseli Pereira. **Formação socioambiental de jovens filhos de pescador**: percepções e relações culturais. 2013. 177 fls. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2013

OLIVEIRA, Carla Michele Geraldo de. Um olhar sobre a juventude rural do Assentamento Rancho Alegre: permanência ou migração. 2015. 170 fls. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2015

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva**: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: EdUSP, 1999.

OPARÁ Águas do São Francisco. Disponível em: <<http://opara.org.br/>> Acesso em: 15 dezembro 2018

PAIS, José Machado. **Culturas Juvenis**. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2 ed. 2003.

PEIXOTO, Leandro Antônio Gráss. **O engajamento ecológico como possibilidade de formação da politicidade dos jovens**. 2011. 114 fls. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

PEREIRA, Ronaldo Fernandes. Projeto de Recuperação de Matas Ciliares e Áreas Degradadas no Baixo São Francisco Sergipano Através de Ações Integradas a Apicultura. Aracaju, SE: CODEVASF, 2005.

PHILLIPE JR, Arlindo; SOBRAL, Maria do Carmo; FERNANDES, Valdir; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Desenvolvimento sustentável, interdisciplinaridade e ciências ambientais. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**. v. 10, nº21 (outubro, 2013) Brasília: Capes, 2013.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RABELO, Laudemira Silva; RABELO, Melca Silva; SÁ, George Satander; VIDAL, Vlândia Pinto; PINHEIRO Patrícia Verônica. A experiência do Prodema na pós-graduação brasileira:

ciência para a sustentabilidade na UFS. **RBPG. Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v.10, n.21, 2013. p. 633-660.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 2004.

RIBEIRO, Eduardo. **Fé, Produção E Política**: Experiências associativas de camponeses de Minas Gerais. Minas Gerais, 1994.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Entrevista: In: RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

ROGERS \_\_\_\_\_. **Torna-se pessoa**. Tradução Manuel José de Carmo Ferreira e Alvamar Lamparelli. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

ROGERS, Carl Ransom. **Liberdade para aprender**. 4. ed. Belo Horizonte, MG: Interlivros, 1978.

RUA, Maria das Graças. **As políticas públicas e a juventude dos anos 90**. In: CNPD (Org.) Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas. Brasília: CNPD, 1998. (Volume 2). p.731-749.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. In: STROH, Paula Yone, (Org.). Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, Amaury da Silva dos; OLIVEIRA, Lanna Cecília Lima de; CURADO, Fernando Fleury; AMORIM, Lucas Oliveira do. Caracterização e desenvolvimento de quintais produtivos agroecológicos na comunidade Mem de Sá, Itaporanga d'Ajuda-Sergipe. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 8, n. 2, p. 100-111, 2013.

SANTOS, Ana Caroline Trindade dos. **Juventude rural e permanência no campo**: um estudo de caso sobre juventude do Assentamento Rural Flor do Mucuri/SE. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Serviço Social, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. In: **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática**. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Cleane Oliveira. MELO E SOUZA, Rosemeri. Territórios Produtivos da Agricultura Orgânica em Sergipe. **Revista Geonorte**, Edição Especial, V.3, N.4, 2012, p. 449-462.

SANTOS, Cleane Oliveira; SOUZA, Rosemeri Melo. Territórios Produtivos Da Agricultura Orgânica Em Sergipe. **Revista de Geografia** (Recife) - ISSN: 0104-5490, v. 31, n. 1, p. 58-72, 2014.

SANTOS, Vânia Maria Nunes dos; JACOBI, Pedro Roberto. Educação, ambiente e aprendizagem social: metodologias participativas para geoconservação e sustentabilidade. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 98, n. 249, 2017. Disponível em: < <http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/2758>> Acesso em: dezembro de 2017.

SAUVÉ, Lucie. Currents in Environmental Education: Mapping a Complex and Evolving Pedagogical Field. **Canadian Journal of Environmental Education**, v. 10, n. 1, p. 11-37, 2005. Disponível em: < <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ881772.pdf>> Acesso: julho 2018.

SILVA, José Nunes. Juventudes Rurais e Agroecologia: um diálogo imprescindível. **REDES: Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 22, n. 2, p. 208-226, 2017.

SILVA, Lenildes Ribeiro. UNESCO: Os quatro pilares da “educação pós-moderna. **Revista Inter Ação**, v. 33, n. 2, p. 359-378, 2008. Disponível em: <  
<https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/5272/4689>> Acesso em: 28 janeiro 2018.

SILVA, Phellipe Cunha da. **Educação ambiental em municípios petrolíferos de Sergipe: realidades e possibilidades**. 2014. 109 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

SINGER, Paul. Poder, política e educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 1, n. 1, p. 5-15, 1996.

SIQUEIRA, Rosana Rocha; VARGAS, Augusta Mundim; SOARES, Maria José Nascimento Soares. **Adolescentes e o consumo sustentável: percepções e estilos de vida**. 1 ed. Aracaju: IFS, 2016.

SOARES, Maria José Nascimento. **O processo formativo-educativo dos trabalhadores rurais do MST/SE: a prática pedagógica dos monitores-professores**. 2006. 228f. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2006.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens: o caso dos filhos (as) de agricultores familiares de Ouro/SC**. 2002. 288 fls. Tese. Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <  
<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/82617/184359.pdf?sequence=1>>  
Acesso em: 15 dez. 2016.

SUASSUNA, Dulce. **Um olhar sobre políticas ambientais: projeto tamar**. Brasília: Thesaurus, 2007.

THOMAS, Keith. O dilema humano. In: THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**. Tradução João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TOCQUEVILLE, Charles Aléxis Clérel de. **A democracia na América: leis e costumes**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

TRAJBER, Rachel; SATO, Michèle. Escolas sustentáveis: incubadoras de transformações nas comunidades. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, 2010.

UNESCO. Década da Educação das Nações Unidas para um Desenvolvimento Sustentável, 2005-2014: documento final do esquema internacional de implementação. Brasília: UNESCO, 2005.

UNESCO-PNUMA. Jovens rumo à mudança: kit de formação para o consumo sustentável – o guia. UNEP/Earthprint, 2002. Disponível em:  
<<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001240/124085POR.pdf>> Acesso: 18 setembro 2017.

VEIGA, José Eli da. “Diálogos na USP, os temas da atualidade”. [14 de outubro de 2016]. São Paulo: Programa Rádio USP. Entrevista concedida a Marcello Rollemberg.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VIEIRA, Ricardo. Etnografia e histórias de vida na compreensão do pensamento dos professores. In: **Metodologias Qualitativas Para as Ciências Sociais**. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Instituto de Sociologia, Porto, 1998, p. 49-61.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. **Una nueva ruralidad en América Latina**, 2001, p. 31-44. Disponível em: <  
<http://conectarural.org/sitio/sites/default/files/documentos/giarraca.pdf#page=26>> Acesso: jun. 2017.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Orgs). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. p. 21-34.

WEISHEIMER, Nilson. **A situação juvenil na agricultura familiar**. Porto Alegre, RS, 2009. 331f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes rurais**: Mapa dos estudos recentes. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

WENGER, Etienne. Communities of practice: A brief introduction. 2011. Disponível em: <  
<https://scholarsbank.uoregon.edu/xmlui/handle/1794/11736>> Acesso em: dez. 2017.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução Daniel Grassi. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

## Apêndice 1



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE  
DOUTORADO EM ASSOCIAÇÃO PLENA

### ROTEIRO DA ENTREVISTA APLICADA AOS JOVENS

1. Identificação individual dos jovens

Nome

Idade

Local de nascimento

Local de residência

Estado civil

Filhos?

Escolaridade

O que você costuma fazer em suas horas de folga? (Lazer)

2. Atuação e motivação pela agricultura orgânica

Como começou seu interesse pela agricultura?

Algum membro da sua família faz a atividade (pais, irmãos, tios...)?

O que é agricultura orgânica?

Você já participou de alguma atividade (curso, capacitação, etc.) ou qualificação profissional voltada às atividades agrícolas?

Qual a importância da agricultura orgânica para o meio ambiente?

3. Juventude rural, ação coletiva e meio ambiente

Como você vê o rural? E quais as vantagens de morar no campo?

Para você, quais são as reais motivações que fazem com os jovens permaneçam no meio rural?

Quais são os fatores que favorecem você ficar ou o seu desejo em sair? Quais os motivos que levaram você a sair?

Quais os principais motivos que seus colegas, amigos e familiares da mesma faixa etária alegam para sair ou permanecer no meio rural?

4. Atuação na APOP

Quais são as funções que você desempenha hoje na APOP?

Quantas horas por dia você se dedica a essas atividades?

Você se sente confortável em me dizer qual é a sua renda mensal?

Você realiza outra atividade para aumentar a renda?

Você considera que a APOP contribui com a geração de conhecimento?

Vocês receberam algum tipo de apoio no início do projeto (assistência financeira, organizativa, técnica)?

(Se sim) Quais instituições/ pessoas apoiaram? E o respectivo apoio.

Quais são os motivos que, para você, a associação pode favorecer a sua permanência aqui na comunidade?



## Apêndice 2



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE  
DOUTORADO EM ASSOCIAÇÃO PLENA

### **ROTEIRO DA ENTREVISTA APLICADA AOS AGENTES EXTERNOS**

- Como foi a trajetória da APOP desde sua fundação até os dias atuais?
- Como surgiu a ideia de criar a associação?
- Como foi o processo de criação?
- Que características tinham/têm os fundadores?
- Os fundadores tinham/têm alguma ligação direta com a causa que o empreendimento social defende?
- O que a organização faz, que tipo de serviço? A forma de atuação?
- Como funciona a tomada de decisão?

## Anexo



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE  
DOUTORADO EM ASSOCIAÇÃO PLENA

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**TÍTULO:** Aprendizagem social de jovens rurais em ambientes do Baixo São Francisco  
Sergipano

Esta entrevista é parte do processo de pesquisa acadêmica que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), da Universidade Federal de Sergipe. Pesquisa que tem como objetivo analisar as experiências de aprendizagem de jovens rurais e as redes de formação associadas e particularmente empenhadas em conduzir e fortalecer ações de caráter socioambiental no Baixo Sertão Sergipano.

Esclarecemos que seu nome só será revelado se você concordar e assinar o referido termo e que todas as informações prestadas serão utilizadas unicamente para os fins desta pesquisa. Sua participação, portanto, não lhe causará prejuízo algum. Esclarecemos, também, que sua participação é voluntária e que, caso queira, poderá interromper ou desistir dessa entrevista a qualquer hora ou deixar de responder a quaisquer das questões que lhe forem feitas.

Quaisquer dúvidas ou esclarecimentos poderão ser sanados junto à Coordenação do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, da Universidade Federal de Sergipe. Se você concorda em participar, nós agradecemos muito a sua colaboração e gostaríamos que você colocasse a sua assinatura a seguir, indicando que você está devidamente informada/informado sobre os objetivos da pesquisa e os usos dos seus resultados (imagens, entrevistas, documentos).

---

Entrevistado(a)

---

Camila Bomfim de Gois  
(Doutoranda/entrevistadora)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
Programa De Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente  
Campus São Cristóvão - Cidade Univ. Prof. José Aloísio de Campos, Av. Marechal Rondon, s/n, Rosa Elze - São Cristóvão/SE CEP 49100-000